



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRA

**FORMAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS POLÍTICOS DO
ESTADO DE RORAIMA: DE 1943 A 1988**

Boa Vista
2014

MANOEL RIBEIRO LOBO JÚNIOR

**FORMAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS POLITICOS DO ESTADO DE
RORAIMA: DE 1943 A 1988**

Dissertação de Mestrado em Sociedade e Fronteira, para obtenção de título de Mestre apresentado a Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós Graduação em Sociedade e Fronteiras.

Orientador: Prof. Doutor. Jaci Guilherme Vieira

Boa Vista
2014

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

L799f Lobo Júnior, Manoel Ribeiro.

Formação e reorganização dos grupos políticos do Estado de Roraima :
de 1943 a 1988 / Manoel Ribeiro Lobo Júnior. -- Boa Vista, 2014.
130 f : il.

Orientador: Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Mestrado em
Sociedade e Fronteiras.

1 – Política. 2 – Governo. 3 – Roraima. I – Título. II. – Vieira, Jaci
Guilherme (orientador).

CDU- 32(811.4)

MANOEL RIBEIRO LOBO JÚNIOR

FORMAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS POLÍTICOS DO ESTADO DE RORAIMA: DE 1943 A 1988.

Dissertação de Mestrado em Sociedade e Fronteira, para obtenção do título de Mestre apresentado a Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós Graduação em Sociedade e Fronteiras.

Banca Examinadora:

.....
Dr. Jaci Guilherme Vieira

Orientador/ Departamento de História- UFRR.

.....
Prof. Dr. Américo Alves de Lyra Junior

Departamento de Relação Internacional -UFRR

.....
Prof. Dr. Cléber Franklim Batalha

Departamento de Ciências Sociais -UFRR

.....
Prof. Dr. Nélvio Paulo Dutra Santos

Suplente\Departamento de História-UFRR

Conceito:
.....

Boa Vista,de.....de.....

AGRADECIMENTOS

À Deus, família, minha esposa Katiuscia pelo apoio incondicional, empenho e dedicação com que me apoiou nessa pesquisa;

Aos meus filhos Lucas, Gabriel e Ernesto razão da minha luta;

A minha querida mãe pela simplicidade com que me educou e a persistência frente as dificuldades;

Aos meus irmãos e amigos, pelo apoio;

Aos professores do Departamento de História, sobretudo, ao meu orientador Professor Doutor Jaci Guilherme pela paciência, experiência investigativa que me ajudou a construir essa pesquisa.

Ao Wanderlan funcionário do TRE que me forneceu dados importantes dos pleitos eleitorais;

Aos funcionários da Casa da Cultura, principalmente Dona Meire que é uma defensora dos arquivos históricos com um trabalho de encadernar os jornais de época fonte importante de pesquisa;

Nas sociedades contemporâneas, a política organiza-se em torno do Estado, e estrutura-se em função dele: o poder do Estado representa o grau supremo da organização política, é também o principal objeto das competições.

René Rémond

“Nas favelas, no Senado, sujeira pra todo lado, ninguém respeita a Constituição, mas todos acreditam no futuro da nação. Que país é este?

Renato Russo

RESUMO

Esta dissertação procurou refletir sobre o processo de formação e reorganização do grupos políticos do Estado de Roraima, a partir do fenômeno clientelista, sobretudo buscou analisar no período proposto da criação do ex-Território Federal do Rio Branco (1943), as lutas das elites locais de se manterem no cenário político com poder de mando após essas mudanças que os colocaram temporariamente aliados das decisões políticas. Na outra parte os líderes da nova estrutura montada com o território, possibilitara a formação, consolidação e reorganização em um cenário futuro, cuja base foram forjadas durante o final da década de 1980, com o processo de redemocratização da política brasileira, em que a transformação do antigo território em Estado era uma realidade. E é nesse contexto que os grupos construíram suas bases de sustentação, cujo clientelismo reforçado por elementos como nepotismo, corrupção e impunidade típica da conjuntura jurídica e política brasileira alimentam a perpetuação dos grupos de interesses que continuam com o domínio político do Estado de Roraima. Por outro lado, o reflexo é uma maioria da população apática ao cotidiano das instituições políticas, e uma parcela que participa diretamente da clientela, cujas as benesses os atrelam em uma simbiose disforme ao poder público.

Palavras Chave:

Grupos Políticos, Clientelismo, Poder, Elites.

RÉSUMÉ

Cette thèse a cherché à réfléchir sur le processus de formation et la réorganisation des groupes politiques dans l'État de Roraima , du phénomène clientéliste visant principalement à analyser la période de la création de l'ancien territoire fédéral de Rio Branco (1943) proposé , les luttes des élites locales de rester sur la scène politique avec le pouvoir de commande après ces changements qui les mettent maintenus temporairement en rupture de décisions politiques. Dans une autre partie des leaders de la nouvelle structure équipée avec le territoire , a permis la formation , la consolidation et la réorganisation dans un scénario d'avenir , la base de ce qui a été forgée à la fin des années 1980 , avec le processus de démocratisation de la politique brésilienne , où la transformation territoire de l'ancien Etat est une réalité . C'est dans ce contexte que les groupes ont construit leurs bases de soutien , dont le patronage renforcé par des éléments tels que le népotisme , la corruption et l'impunité typique de la situation juridique et politique au Brésil nourrir la perpétuation des groupes d'intérêt qui continuent avec le domaine politique en État de Roraima . D'autre part , la réflexion est une majorité de la population apathique aux institutions politiques de tous les jours , et une partie qui participe directement à partir de clients, dont les largesses les atrelam dans une symbiose informe le gouvernement .

Mots-clés :

Groupes politiques , clientélisme , Puissance, Elites.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Ex Governador Hélio Campos. Fonte: Jornal Boa Vista, setembro de 1973.....	51
Figura 2 : Visita do Vice Presidente da República Rademaker a capital do Território Federal de Roraima. Fonte: Jornal Boa Vista, novembro de 1973.....	55
Figura 3: Visita a construção da Perimetral Norte. Fonte: Jornal Boa Vista.....	55
Figura 4: Ponte sobre o rio Mucajaí. Fonte: Jornal Boa Vista, setembro de 1973.....	55
Figura 5: 5.Vice-presidente Redemaker cumprimenta o juiz temporário da comarca de Boa Vista, ao lado do Governador Hélio campos. Fonte: Jornal Boa Vista, novembro de 1973....	56
Figura 6 Decreto que cria o Poloamazônia.....	58
Figura 7 Mapa dos Polos do Polo Amazônia. Fonte: Jornal Boa Vista.	59
Figura 8 Manifestação realizada pela UDR.....	76
Figura 9 Manifestação realizada pela UDR.....	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Secretários de Estado nos Governos de Ottomar de Souza Pinto, Neudo Ribeiro Campos e Francisco Flamarion Portela.	88
Tabela 2 Legislaturas de 1990 a 1998	100
Tabela 3 Pleito de 1990	107
Tabela 4 Pleito de 1994.	107
Tabela 5 Pleito de 1998	108
Tabela 6 Participação das principais atividades econômicas no PIB de Roraima.....	110
Tabela 7 População de Roraima 1950/2000.....	111
Tabela 8 Migração em Roraima	111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. CLIENTELISMO: UMA HISTÓRIA	15
1.1. RAÍZES HISTÓRICAS DO CLIENTELISMO.....	15
1.2. ANÁLISE DO CLIENTELISMO.....	18
1.3. POLÍTICA, GRUPOS E O CLIENTELISMO.....	26
1.4. TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO	29
1.4.1 O DECRETO 5.812, CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO E A ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS POLÍTICOS.....	29
1.4.2 A LUTA PELO PODER	36
1.4.3 O VITORIANISMO COMO FORÇA POLÍTICA DOS FORASTEIROS.	41
2. O TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA E O GOVERNO MILITAR	46
2.1. GOVERNADORES DO PERÍODO MILITAR: HÉLIO CAMPOS, RAMOS PEREIRA E OTTOMAR PINTO, CONFLITO, POPULISMO E INFRAESTRUTURA NO TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA.....	48
3. A CRIAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA	68
3.1. DE 1985 A 1991: O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO, A LUTA PELA CRIAÇÃO DO ESTADO, A REORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS POLÍTICOS.....	68
3.2. SURGE UM NOVO ESTADO: AMPLIAM-SE OS GRUPOS POLÍTICOS	78
3.3. MECANISMOS DA PRÁTICA CLIENTELÍSTICA NO ESTADO DE RORAIMA	87
3.3.1. A MÁQUINA ESTATAL.....	84
3.4. PARTIDOS POLÍTICOS EM RORAIMA	102
4.3. RELAÇÕES POLÍTICAS, PODER E ALIANÇAS NA FORMAÇÃO DOS GRUPOS POLÍTICOS EM RORAIMA.....	105
4.4. GRUPOS INTERMEDIÁRIOS:	110
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128

INTRODUÇÃO

Uma história política de Roraima a partir de elementos da prática clientelista é a priori um desafio a ser rompido, sobretudo, quando se trata da ausência das fontes primárias, cuja falta de um local adequado para o arquivamento de antigos documentos referentes aos vários governos consolidados efemeramente no período do Antigo Território Federal do Rio Branco (1943), início do recorte temporal dessa pesquisa, logo após mudado para Território Federal de Roraima (1962), e mesmo durante os governos militares e os mais recentes é antes de tudo preocupante com o fato do descaso aos documentos históricos¹. Historiar nesse contexto é construir as próprias fontes capazes de satisfazer os anseios de pesquisador e as normas de um trabalho científico.

A questão política com um recorte ao fenômeno clientelismo vem sendo alvo de bastantes discussões, entender o processo de efetivação do quadro político no campo das instituições como o Estado enquanto aparato, detentor de uma máquina capaz de aglutinar diferentes interesses, mas sobretudo, de captador de interesses de um grupo privilegiado, cujo papel pode ser compreendido como um reino da força, não como um reino do bem comum, mas do interesse de uma parte², e essa parte no caso de Roraima se configura através de um grupo heterogêneo formado entre os antigos pioneiros ou os chamados da terra e os ditos forasteiros, que na prática acabam açambarcando o poder para si através do jogo político cujos mecanismos se expressam sob a égide de um comércio do voto, fomentado pela rede de clientelismo.

Dado a problemática enfrentada no ato de historiar, cabe ao historiador buscar, construir, as fontes, objetivando reconstruir o cenário, cujos conflitos se estabeleceram entre os diferentes grupos políticos de interesses e suas ações fizeram emergir uma política burocrática monopolizada entre grupos antagônicos mas, capaz de amalgamar alianças políticas criando uma elite que hegemoniza a direção das principais instituições burocráticas dos poderes legislativo, executivo e judiciário. No cenário local fica evidente que isso só é possível pelo

¹ A ausência de um arquivo público para guardar e conservar os documentos oficiais históricos tem sido um descaso em Roraima, muitos documentos se perderam, mal armazenado em locais inadequados, e muitos em mãos de particulares.

² MARX *apud* BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política: a Filosofia Política e a Lição dos Clássicos; organizado por Michelangelo Bovero; tradução Daniela Beccacia Versiani. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2000 (p. 121).

controle da máquina ou aparelho governante, cuja corrupção serve como financiadora do clientelismo. No primeiro capítulo nos preocupamos em analisar teoricamente o fenômeno clientelista e as diferentes correntes que o fundamentam como uma troca política, estabelecida, no caso de Roraima, essa troca, pode ser compreendida em dois níveis ou grau, um, cujo ganhos são mais generosos, ou seja, dos grupos que garantem as maiores benesses refletidos em sinecuras como cargos de confiança, licitações para prestar serviços a máquina estatal. De outro lado em um grau de maior assimetria os grupos que se beneficiam em um período mais curto ou apenas imediato nas eleições em que a troca política se dar apenas em um grau de satisfação temporária. Estabelece um verdadeiro jogo da barganha envolvendo uma tensão entre elementos da troca generalizada e a da troca específica. Desta forma, percebe-se as contradições que se manifestam através de distinções claras em ter elementos contratuais e pré-contratuais, numa combinação de desigualdade e assimetria de poder, com uma aparente solidariedade, exploração e coerção potencial, com relação voluntária³.

Em seguida procuramos analisar as disputas bipolarizadas entre os grupos oriundos das famílias tradicionais, os ditos pioneiros e os representantes de um novo grupo que emergiu a partir da criação do antigo Território Federal do Rio Branco (1943) os ditos forasteiros. O contexto daquele momento já mostrava uma característica que aproximava do cenário do Brasil da República Velha, em uma sociedade de criadores de gado no início do século XX, determinando assim um domínio regional análogo ao coronelismo de outras regiões do Brasil. Essa formação ocorrera como resultado da política de ocupação da região do vale do Rio Branco e do empreendimento pecuarista como estratégia de “povoamento” configurando uma estrutura fundiária por dois grandes domínios de terra, em cujos interstícios se encontravam a posse de fazendas menores. No início do século XX, o pesquisador Hamilton Rice em passagem por Boa Vista observou que Bento Brasil era dono de uma posse de terra de largas extensões a margem esquerda do rio Branco penetrando pelo rio Uraricoera até a foz do rio Mujari; e o domínio do senhor Araújo, conhecido como JG, de similar extensão na margem oposta dos cursos de água mencionados, lado direito⁴.

Com a intenção de demonstrar e discutir a disputa que envolve os diversos grupos presentes atualmente em Roraima em torno do poder político, pode ter sua gênese nessa

³ EINSENSTADT & RONIGER *apud* BAHIA, Luiz Henrique Nunes. O Poder do Clientelismo: raízes e fundamentos da troca política- Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

⁴ RICE, Hamilton. Exploração da Guiana Brasileira. São Paulo: Itatiaia/USP, 1978.

construção dos grupos do início do século XX, e a partir de 1943, desvelar essa história não tem sido fácil para historiadores e cientistas sociais por problemas já relatados nesta pesquisa. Por isso, busco trabalhar também a memória dos atores que participaram daquele momento da instituição do Território Federal do Rio Branco como parte da estratégia de intervenção do Governo Federal nessa área de fronteira adiantando a geopolítica consolidada pelos militares. A memória como fonte histórica se torna crucial nessa pesquisa. Em entrevista a nós disponibilizada, um membro das famílias dos pioneiros traça um importante relato, cuja memória parece reconstruir, tecer a teia dos eventos ocorridos durante a chegada do primeiro Governador Ene Garcez, é o relato vivo e saudosista de quem viveu aqueles momentos de transformações ocorridas.

No segundo capítulo apresento como escopo a intervenção militar no antigo Território Federal de Roraima, inaugurando uma nova dinâmica sob a égide da Segurança Nacional e integração da Amazônia ao restante do país através de projetos desenvolvimentistas. Com os militares emerge uma empreendedora ação de instituir infraestrutura para consolidar a geopolítica militar nessa região. Deste período priorizo o governo de três militares que aqui não só fomentaram mudanças estruturais como também projetaram bases políticas para o que mais tarde seria o Estado de Roraima. O Coronel Hélio da Costa Campos, cuja administração em dois períodos foi responsável pela construção dos principais prédios públicos da capital Boa Vista, Fernando Ramos Pereira, foi durante seu governo a conclusão e inauguração da BR 174, importante via de ligação do Território com o Estado do Amazonas e o Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, o Governador “conciliador” e grande promotor da migração, cuja política lhe rendeu a primeira eleição direta no recém criado Estado de Roraima.

No terceiro e último capítulo procuro (Re)construir o espaço, forjar a memória esboçando através de documentos, sobretudo jornais impresso, e fonte oral, o processo de transição do Território para a Instituição do Estado, com objetivo de compreender as transformações pelas quais passavam o Território. Esse período apresenta-se crucial para a reorganização dos grupos políticos de interesses, cujas estratégias entre os membros dos grupos intitulados de pioneiros, ou da terra, se unem aos interesses dos grupos denominados de forasteiro pela hegemonia do poder político, captado pelas instituições burocrática da máquina generosa do Estado. Nesse contexto, a conjuntura política, social e econômica do antigo Território passa por mudanças significativas com um importante crescimento populacional fomentado pelos projetos de colonização entre o final da década de 1970 e a década de 1980.

O boom do garimpo, com a descoberta de ouro nas terras yanomamy, não só, foi um elemento agregador de migrantes, mas despertou um grande interesse dos líderes políticos para consolidar uma economia ligada ao setor da mineração e da agropecuária. Não obstante os representantes políticos do ex-Território, e os membros da elite política e econômica aspiravam a criação do Estado como forma de potencializar sua autonomia política, na segunda metade da década de 1980, quando o Brasil se redemocratizava e preparava-se para efetivar o novo regime com a construção da nova Constituição, promulgada em 1988. Há que salientar que o caráter polifônico da nova Carta Magna, que a caracterizou como uma “Constituição Cidadã”, não institui, no entanto, seu pragmatismo, pois ela assim como as cartas constitucionais do nascedouro do liberalismo europeu no século XIX, só consolidou o direito jurídico e não os direitos sociais⁵.

Desta forma, se constata que o sonho da autonomia com a criação do Estado, cujos mecanismos foram consolidados de fato com a eleição do primeiro Governador pelo voto direto em 1990, e da primeira Assembleia Legislativa, a instituição do poder Judiciário se dilui pelos liames da formação dos grupos que dominam essas instituições ampliando as lacunas entre a construção de um Estado de fato democrático e um Estado que atende aos interesses de uma classe dominante como forma de conservar e perpetuar o seu domínio. A pesquisa histórica é antes a “produção” de fatos, e os fatos aqui produzidos carecem de uma maior interpretação que possibilite compreender o continuísmo do poder entre os mesmos grupos políticos, cuja a alternância de poder só ocorre entre grupo (a) ou (b), não existindo uma maior pressão fora do ciclo da clientela, pois os candidatos ao poder legislativo que conseguem romper com essa lógica acabam reduzindo sua participação a um campo de poder periférico.

⁵ RÉMOND, René. O século XIX: 1815-1914- Editora Cultrix Ltda: São Paulo, 1997.

1. CLIENTELISMO: UMA HISTÓRIA

1.1. RAÍZES HISTÓRICAS DO CLIENTELISMO.

A primeira questão a ser levantada neste trabalho é o grande desafio de pesquisar nesse campo da história é caminhar por veredas tortuosas, considerando a dificuldade de fontes primárias, devido à ausência de um espaço público estruturado com arquivo para guardar acervos históricos. Martins (2010), em sua análise sobre a memória militar no ex-Território Federal de Roraima, afirma que em Roraima historiar é uma atividade para poucos, ratificando a autora, de fato, escrever história com o objetivo de reconstruir os fatos, sobretudo da história política do então Território Federal do Rio Branco, torna-se uma atividade desafiante. Buscar as fontes que possam ajudar a entender o jogo político construído nos diferentes momentos e a partir de diferentes interesses e alicerçado na prática do clientelismo, instiga a caminhar com um olhar atento, e certo das dificuldades, mas convicto de que o pesquisador deve vislumbrar no horizonte as respostas que busca.

A formação do Estado brasileiro, desde que se tornou independente de Portugal em 1822, concebeu-se a partir de interesses de grupos, especificamente neste primeiro momento, dando poderes as oligarquias ligadas a terra e a economia agroexportadora montada sob o sistema escravocrata, tanto que o modelo em questão atendia as demandas do tráfico de escravos, principal mola de crédito da economia da escravidão. O tráfico, instituição só considerada ilegal em 1850, operou como financiadora do parlamento brasileiro por um longo tempo. Portanto, os elementos de construção societária brasileira hegemonizaram os interesses de particulares, de uma camada da sociedade, que resultou em um modelo “coronista”. Uma prática da política brasileira que possibilitou poder aos estados e aos particulares com maior ênfase durante a República Velha. “O coronel era o comandante máximo da guarda nacional. Essa guarda foi criada em 1831, e substituiu as ordenanças da época colonial” (CARVALHO, 2004, p.27).

Na política brasileira o clientelismo pode estar relacionado ou se intensifica de maneira mais explícita no período republicano, onde se estabelecem relações de compadrio, em uma sociedade oligárquica e patriarcal, em que os mandatários do poder, os latifundiários, eram os coronéis e mantinham, através da força, o controle local. E neste contexto o poder político, ou os destinos da população daquele município, dependia totalmente do prestígio desse coronel,

provido para aqueles que estavam do seu “lado” os benefícios da política do Estado, já para aqueles que não aceitassem seu mando, o rigor da força de seu braço.

A clássica obra de Victor Nunes Leal traz uma análise histórica, sociológica e política mostrando que “o ‘coronelismo’ é, sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras” (1997, p.40). Para Leal (1997), o que se observa de imediato ao buscar conhecer a vida política no interior é o fenômeno do coronelismo, ressaltando que não se trata de um fenômeno simples, mas atende a uma complexa rede de laços políticos que envolvem os “chefes” da política municipal com a grande maioria da população pauperizada e intermediária na relação de poder local. Nesse sentido, acredito que os aspectos ligados ao fenômeno do coronelismo analisado na obra de Leal (1997), Faoro (2004), é importante no estudo das práticas de clientela da política atual. Na primeira obra citada, Victor Nunes Leal apontou o coronelismo como resultante de uma tríplice condição: superposição do sistema representativo sobre uma realidade social, e econômica inadequada, a dependência estrutural do município aos estados e à União, e o isolamento e a baixa comunicação do sistema local com o resto do país.

Portanto, em uma estrutura onde prevalecia o poder regional, se construiu um mecanismo de arregimentação de votos através da troca de favores. O “coronel” exercia influência sobre aquela população, na sua grande maioria: miseráveis, analfabetos e desprovidos totalmente de perspectivas de ascensão econômica, política e social, o que significa, de fato, um controle sobre o que deveria acontecer ou não, quem deveria ganhar na política e quem deveria perder. Portanto, percebe-se que na figura do coronel se estabelece o verdadeiro fenômeno do “mandonismo”, já que as relações políticas, econômicas e sociais, e até religiosas, passam pelo seu inteiro crivo.

Uma das práticas arraigadas no cenário político do Estado brasileiro é o clientelismo. As buscas pelos ganhos de privilégios em cargos públicos e favores oferecidos em trocas de apoio político estiveram presentes desde o processo de desligamento jurídico-político do Brasil na primeira metade do século XIX. Esse aspecto da política brasileira ganha força na construção de uma base econômica e política patriarcalista e patrimonialista. Ainda com aporte teórico em Leal na análise da estrutura política do fenômeno clientelístico instalado aqui, intensificado a partir da criação do Território Federal do Rio Branco, a definição do fenômeno coronelista:

E assim nos aparece este aspecto importantíssimo do coronelismo, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os coronéis, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropas de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder das desgraças⁶.

A leitura da conjuntura política da República Velha, cujas bases estão centradas nesta prática da clientela e patronagem típica de uma formação patriarcal, tendo na figura do coronel que podia ser um grande fazendeiro ou um proprietário de terras, empresário agrícola, desde que dispunha de pessoal próprio capaz de sustentar a pressão de fora, ou reforçá-la contra os rebeldes no âmbito de seu circuito eleitoral, um grande articulador entre o poder municipal, o estadual e o federal. Esse poder estatal tinha um caráter delegário do poder público no privado. Essa prática de poder ligada aos grupos privados no Brasil, sobretudo na República Velha, se operou alijando de qualquer participação cidadã as camadas ou as massas populares, pois entre as várias expectativas de cidadania que se lograra no início da República dos diferentes articuladores republicanos, o ramo vitorioso foram os promotores da elite civil de conceito liberal⁷.

Neste contexto, a compreensão do fenômeno coronelista possibilita perceber a própria formação deste patriarcalismo burocrático da sociedade, cujos mecanismos institucionais operam numa inadequação política, onde o poder estatal parece distante, e as regras são estabelecidas por micro poderes locais que se articulam com as esferas majoritárias de poder através de trocas: cargos, status, prestígio, no primeiro momento, e, ao tempo que há um desenvolvimento local, seja demográfico, ou político, as necessidades no campo da troca política se ampliam. Para Faoro (2004):

⁶ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro. ed. Nova Fronteira 4ª edição, 1997.

⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo. Companhia da Letras, 1987.

O coronel, por isso que se integra no poder estadual, constituindo o Governador a espinha dorsal da vida política, representa uma forma peculiar de delegação do poder público no campo privado. Ao contrário da tese consagrada, não se trata de remanescente do privatismo, particularizando a estrutura estatal, senão que corporifica aspecto de domínio não burocrático da sociedade, com larga interpenetração dos dois setores, numa indistinção peculiar dos dois sistemas. Quebrada a armadura estamental, de tendência burocrática, do império, não emergiram, na superfície social, os elementos autônomos, sempre evocados pelos liberais. A supremacia tuteladora do poder público, seccionado nos principados e ducados estaduais, continuou a operar, num molde próximo ao regime colonial, no qual o particular, exercia, por investidura ou reconhecimento oficial funções públicas. Obviamente a linha entre o interesse particular e o público, como outrora, seria fluída, não raro indistinta, frequentemente utilizado o poder estatal para o cumprimento de fins privados. O coronel fazia a política e complementava a administração pública, no âmbito municipal, dentro do partido, partido único mas não monolítico, tumultuado na base por dissensões de famílias e grupos, sedentos da conquista do poder, que, por não reconhecido burocraticamente, se volatiliza, entregue as ambições e aos interesses⁸.

Na região do Rio Branco o final do século XIX e as primeiras cinco décadas do século XX, a economia estava baseada na criação de gado, desenvolvendo uma sociedade de grandes fazendas, mesmo os que se enveredavam na extração de minério, objetivavam tornarem-se fazendeiros que era o que estabelecia o *status quo*⁹. Com isso, a montagem da sociedade riobranquense se configurou propiciando a formação do clientelismo, sobretudo com a criação do Território Federal do Rio Branco, sendo essa prática intrinsecamente ligada à instituição do aparelho governante burocrático (BAHIA, 2003, p.122). Vieira (2007) faz uma importante abordagem do desenvolvimento pecuarista desencadeado em conflitos entre os primeiros fazendeiros na disputa pela mão-de-obra indígena.

Vieira (2007) percebeu a estratégia de se estabelecer na região do Rio Branco uma sociedade pecuarista. Desta forma, grande parte desses pecuaristas apossou-se das antigas fazendas nacionais e acabariam ditando as regras sociais, econômicas, políticas e religiosas nas primeiras décadas, tanto da criação do Município de Boa Vista do Rio Branco, ao período da criação do antigo Território Federal do Rio Branco. De fato, esse poder dos chamados pioneiros foi ameaçado com a chegada dos Governadores, fato que analisaremos a seguir.

O autor salienta a quantidade de fazendas de posse desses pioneiros e pessoas ligadas ao comércio de fornecimento do gado ao Estado do Amazonas no chamado ciclo da borracha:

⁸ FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. 13 ed. São Paulo, 1998.
⁹ OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A Herança e os Descaminhos na Formação do Estado de Roraima**. Tese (Doutorado em História Social) Universidade do Estado de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2003.

A formação de novas fazendas foi intensa nesse último século. De acordo com o beneditino Dom Idelfonso, as duas fazendas nacionais, São Bento e São José, estavam nas mãos de 150 fazendeiros. Donos de latifúndios enormes, eles mesmos não tinham noção dos limites, muito menos de seu valor, pois compravam e vendiam pelo número de cabeças de gado existentes. Em nome, por exemplo, da Sociedade de Comércio & Transporte, empresa do comendador JG Araújo, grande comerciante e aviador de Manaus, encontrava-se devidamente inventariada no município de Boa Vista do Rio Branco, até 1937, uma grande fortuna composta de quarenta fazendas, além de 68.276 cabeças de gado, o que representava 20% de todo gado da região (p. 51).

Cirino (2008) analisa o processo de expansão da pecuária e os conflitos decorrentes desta disputa dos grupos oligárquicos que lutavam pelo domínio da região. Neste aspecto, relata o autor que esses conflitos se configuraram no estabelecimento de uma estrutura social do tipo coronelista. Marcadamente, observa-se que os primeiros habitantes desta região do Município de Boa Vista do Rio Branco, ou seja, os fazendeiros vão ditar as diretrizes da política local.

Para Barros (1995), a atmosfera provinciana ditada pela primazia das fazendas de gados que compunham o panorama coronelista e pecuário, produzindo um cenário de vila acanhada, só foi destruída na década de 1950, com a presença massiva de migrantes vindos de diversas unidades da federação para atuar nas repartições públicas federais, garimpos, colônias rurais, comércio, aproximando-se da conjuntura nacional. É nesta lógica que se acirram as disputas, entre os primeiros moradores ou “famílias tradicionais”, cujo poder de domínio é afetado pela intervenção direta do Estado em 1943, com a criação do Território Federal do Rio Branco, ponto que será analisado posteriormente.

Em revisão bibliográfica encontramos também Santili (2001) analisando os aspectos de formação dessa sociedade pecuarista através da posse estabelecida pelos migrantes que vieram desempenhar papel militar na região do Vale do Rio Branco no período de construção do Forte São Joaquim, e manutenção desta região. Santili refere-se a Aldo Rodrigues da Silva migrante piauiense que veio trabalhar como vaqueiro a pedido de Jesus Cruz que casou com a herdeira da fazenda antes instalada por João Capistrano da Silva Mota. Aldo Rodrigues da Silva consegue acumular um pequeno rebanho em contrato, onde recebia uma em cada quatro crias

nascidas, comprando a então fazenda. Essa posse de Aldo Silva e as constantes ampliações já deixavam claro o conflito¹⁰ destes posseiros com os povos indígenas dessa região.¹¹

A pecuária que inicialmente era uma atividade marginal¹², vai se tornar, no final do século XIX e início do século XX, uma importante fonte da economia local, responsável também pela base do poder político riobranquense, pois as antigas Fazendas Reais posteriormente foram invadidas por posseiros, possibilitando a uma desses, se tornarem ricos fazendeiros da região. Essa prática de ocupação sempre esteve presente no contexto de formação do espaço agrário brasileiro e amazônico, os chamados arrendamentos concedidos pela União e pelo Estado do Amazonas desmembraram terras da fazenda São Marcos, localizada entre os rios Tacutu e Uraricoera, possibilitando a sua invasão. Esse processo foi legalizado a partir do Decreto de nº 07, de 20 de novembro de 1889, que conferia aos Estados a competência para regular transitoriamente a administração os bens do Estado brasileiro, também o Decreto nº 04 de 16 de março de 1892¹³. Para Barros (1995) e Santos (2012), os patriarcas que vieram para fronteira como militares, transformaram-se depois em fazendeiros favorecidos com o mercado formado pelo denominado “ciclo da borracha”.

Vale ressaltar que a busca pela compreensão da prática clientelista em Roraima, focaliza uma análise sob novos mecanismos de tal prática, sobretudo as relações que se estabelecem para sua efetivação. Notadamente não se conduzem mais os eleitores como “magotes de burro”, como já analisamos a partir dos autores que abordam tal prática ligada ao fenômeno coronelista da Primeira República, mas se estabelece relação de poder econômico

¹⁰Estes conflitos só viriam se intensificar com o passar do tempo, nos primeiros anos do século vigente assistimos a disputa de posseiros e invasores das terras indígenas, como o caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), homologada como terra de usufruto exclusivo dos povos indígenas (Macuxi, Wapixana, Taurepang, Ingaricó e Patamona), atendendo o que promulga a Constituição de 1988. A terra em questão estava ocupada com a convivência do poder público local, executivo e legislativo, por grandes rizicultores e pecuaristas, que afirmavam não sair da área, a afirmação estava sustentada pelos políticos representantes do Estado de Roraima, que estavam sucedendo no poder legislativo estadual e federal, assim como chefes do executivo estadual. Na ocasião, uniram-se, impetrando ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para anular a homologação feita pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, através do Decreto do Presidente da República que no dia 15 de abril de 2005, portaria 534 de 13 de abril de 2005.

¹¹ SANTILI, Paulo. Pemongon Patá: território macuxi, rotas de conflito, São Paulo Editora da UNESP, 2001.

¹² “Há que considerar que no contexto da economia extrativista da Amazônia, a pecuária por longo tempo representou uma atividade marginal”. Ver em Santilli & Farage, Estado de Sítio; Territórios e identidades no vale do rio Branco.

¹³ Farage (1991: 32) informa que esse decreto instituído pelo governo do Amazonas, apoiado pela Constituição Federal de 1891, possibilitou a regulamentação de ocupação fundiária no novo estado federal, permitindo a expedição de títulos de terras ocupadas antes de 1889. Apoiados nessa legislação fazendeiros do novo município de Boa Vista teriam feito cento e quatro requisições de regulamentações de terras situadas no Rio Branco entre 1893 e 1900, enquanto os fazendeiros do rio Urariquera teriam requerido um total de oitenta e cinco e dezoito requerimentos eram referidos ao rio Tacutu e margem esquerda do rio Branco.

configurado nos “gastos” eleitorais, e nos empregos que são disponibilizados nos chamados contratos temporários e terceirizados da nova máquina burocrática¹⁴.

1.2 ANÁLISE DO CLIENTELISMO

Para compreender como se desenvolve o fenômeno clientelista, a obra Luiz Henrique Bahia possibilita perceber a sua complexidade como relata o próprio autor, citando Eisenstadt e Roniger:

O clientelismo é um complexo, de fato de uma relação paradoxal, que combina traços contraditórios como desigualdade e solidariedade, voluntarismo e coerção, recursos simbólicos e instrumentais, e que a permuta desses recursos é usualmente levada a cabo através de arremate em uma só transação de vários itens (nenhum deles pode ser permutado separadamente, mas só em um conjunto que inclui ambos os tipos de recursos) (EISENSTADT & RONIGER *apud* BAHIA, 1984, p.14).

Na política do Estado de Roraima pode-se considerar que a prática clientelística está baseada na relação de troca de favores, com o objetivo de ganhos pessoais, e essa relação se dá de forma assimétrica, pois ela propicia a um grupo detentor do poder político e econômico a parte maior ou, o melhor pedaço do “bolo”, que são as benesses oferecidas pela máquina estatal, como os empregos públicos que se dividem em diversas categorias: cargos comissionados ou de confiança, secretarias de Estado, prestações de serviços a empresas terceirizadas, entre outros.

O clientelismo se desenvolve de forma complexa e é analisado sob o aspecto de ligação entre patronagem/clientela, e essa análise se diferencia na análise da antropologia e da ciência política. Para a antropologia, a patronagem “tem um significado especial, técnico, designa um tipo determinado de relação interpessoal; ou seja, o termo se refere a um padrão particular de interação social”. Para a ciência política, nos estudos sobre patronagem, os termos chave são: “chefe” e “máquina política”, ou mérito *versus* compromisso político, (idem, p.123).

¹⁴ Grande parte dos funcionários públicos do Estado de Roraima estão sob o regime de contrato temporário e cargos comissionados, o que atende a prática de clientela e troca de favores estabelecidas antes, durante e após o período eleitoral. Outra forma de reforçar tal prática são os empregos terceirizados, onde firmas em nome de laranjas, em alguns casos Deputados estaduais da base governista ganham contratos milionários para prestação de serviços de limpeza, fornecimento de merendas e outros. Gostaria de salientar que esses são eventos corriqueiros na prática administrativa local, no entanto, precisa ser investigado. Em documento oficial fornecido pela Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração (SEGAD), o número de servidores públicos do Estado é de 20.397, sendo: 4.606, cargos comissionados; 12.951, efetivos e 2.840, temporários. (Ofício nº 1554\2013, GAB\SEGAD).

Sejam quais forem as análises em questão, o fenômeno clientelista-patrimonialista, cuja definição apresenta características importantes nessa investigação, está diretamente ligado à história dos Estados nacionais. No caso do Brasil, existiram as capitânicas hereditárias territoriais e o estado cartorial da corporação burocrático-privada.

Para entender a relação que ocorreu no Brasil no final do século XIX, trabalhamos com elementos das duas abordagens do *patronus/cliente*, da ciência política, que nos permite compreender a prática do clientelismo em um período específico que é a eleição. Já que está baseada na busca de perceber como os líderes políticos canalizam para seus próprios fins as instituições e os recursos públicos, e de como favores de vários tipos são permutados por votos. E do ponto de vista da antropologia, quando se refere “a um tipo de relacionamento social, um contrato ‘dual’ uma relação duradoura” (Ibidem).

Neste aspecto, o fenômeno clientelismo se configura de forma a assegurar o poder político de determinado grupo, com favorecimentos ou trocas assimétricas a um grupo antagônico ou não, e do ponto de vista social, econômico e político desfavorável, fazendo com que ocorra a necessidade recíproca de ambas as partes.

Para Kaufman,

[...] a relação clientelística é tratada como tipo especial de permuta “de dois”, individualizada pelas seguintes características: a) a relação ocorre entre atores de poder e status desiguais; b) é baseada no princípio da reciprocidade, isto é, uma forma de troca interpessoal auto-regulável; c) a relação é particularista e privada, ancorada apenas levemente na legislação pública e nas normas comunitárias (KAUFMAN *apud* BAHIA, 2003, p. 127).

Percebe-se então, por essas análises, que é necessário um *status* que permita o favorecimento nessa relação, portanto, os grupos políticos que detêm o poder e pretendem mantê-lo, usam o aparato do Estado, pois ele lhes provém instrumentos de cooptação para ganhos políticos no presente e no futuro. E é nesta dinâmica que o aparelho do Estado, que deveria ser um bem público, se torna um bem privado a serviço de um grupo que está no comando.¹⁵

¹⁵ Para Marx o Estado não é o reino da razão, mas o reino da força. Não é o reino do bem comum, mas do interesse de uma parte. O Estado não tem por fim o bem-viver de todos, mas o bem viver daqueles que detêm o poder, os quais, além do mais, tem sido até agora, na humanidade, uma minoria. Que o Estado tenha por fim o bem-comum, o bem-viver, ou mesmo a justiça, é uma ideologia da qual a classe dominante utiliza para dar uma aparência de legitimação ao próprio domínio (MARX *apud* BOBBIO) BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política; a filosofia política e as lições dos clássicos – Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

O Estado passa a ser o sujeito principal do processo, tomando para si as demandas de *patronus* com objetivos pessoais e, ao mesmo tempo, dos clientes por ele representados. O Estado, em si, torna seu próprio recurso (empregos públicos, estabilidade, etc.). (BAHIA, 2003, p. 138).

A luta das forças políticas pelo poder dentro de um Estado se torna fundamental para a sua existência como grupo, de outra maneira, a sua estadia fora do círculo do poder estatal não lhe confere ampliar suas bases políticas, já que reduzem o seu poder de cooptação, não tendo, portanto, mecanismos de troca, ou seja, a sua relação clientelística se torna obsoleta, quando não se tem recursos como: empregos, licitações de serviços e etc. Nesta lógica do jogo burocrático, cujos benefícios se estabelecem na relação da troca de favores, se operam atitudes fisiológicas em busca de ganhos nos diversos espaços da máquina estatal como a disputa por empregos, *Em toda burocracia, observa-se a caça aos empregos, a mania das promoções, a servilidade obsequiosa diante dos superiores é uma atitude arrogante para com os subordinados*” (MICHELS, 1969: 105-6)

Corroborando com essa discussão aqui ressaltada, onde se subjaz uma relação de submissão de interesses assimétricos nessa organização burocrática, um aporte teórico de Mosca:

Em casos tais como esse, a organização burocrática produz seus piores resultados. Observa-se favoritismo descarado nos superiores, servilidade desprezível nos subalternos e, em ambos, uma tendência para permutar favores de qualquer espécie a influência que as posições colocam a disposição deles. Nos casos mais sérios, a permuta barganhada transforma-se em venda direta, e então [...] temos um sistema de corrupção pecuniária que perturba e paralisa toda a atividade, tão logo ela se torne comum nos mais altos e baixos da hierarquia burocrática (MOSCA *apud* BAHIA, 2003: 199)

É como membro do poder estatal que se processa de maneira mais eficaz a prática clientelística, pois é nele que se permitem as transações mutuamente benéficas e possuem ramificações até a esfera imediata das relações duais. Em resumo o ‘clientelismo’ não pode ser significativamente considerado fora do cenário no qual ele existe. As formas que ele assume dependem em considerável extensão da estrutura da sociedade e do sistema político onde ele opera (LEGG & LEMARCHAND *apud*: BAHIA, 2003, p. 221).

Existe, portanto uma vasta literatura onde os autores analisam o fenômeno do clientelismo como um elemento dual, configurando-se uma relação *patronus*/cliente, e essa

relação sempre se dá de maneira assimétrica, de reciprocidade, de poder, com a possibilidade de afetar o desenvolvimento social, político e econômico de uma sociedade. No entanto, no Brasil como afirma Bahia (2003), muitas análises acerca do tema, como processo cultural/histórico e que o vincula a nossa formação ibero-americana, nem o interpreta como um fenômeno ligado à condição de subdesenvolvimento político do Brasil.

Para melhor entender como se efetiva a relação *patronus*/cliente, que parece ser a mola propulsora do fenômeno clientelista, deve-se considerar a complexa relação entre os dois e seus aspectos assimétricos. Destarte, cria-se uma relação de lealdade do cliente, cuja ação ele faz questão de mostrar, numa espécie de “dívida moral”, acrescentando nome e fama ao seu patrão. Torna-se também um bom informante sobre a maquinação de terceiros que podem prejudicar o *patronus*, por fim, a contribuição mais importante nessa relação é a promessa de apoio político potencializado através do voto pessoal e dos membros de seu grupo de contato ou ação.

Todavia, o autor da obra “O Poder do Clientelismo: Raízes e Fundamentos da Troca Política” faz questão de ressaltar que o “clientelismo não se confunde com o fenômeno da corrupção, a não ser que se interprete corrupção como sinônimo de ineficiência, ou de comportamento não-otimizante” (2003, p. 189).

Na verdade, Bahia (2003) analisa que nos diversos estudos acerca do tema, os estudiosos atribuem juízo de valor, fazendo a ligação direta do clientelismo com o autoritarismo, ou formas subdesenvolvidas da ação política. Para ele, o clientelismo não precisa necessariamente ser considerado como um fenômeno negativo, onde possa conter perversidade, segundo valores de juízos ou morais. Reforçando que a compreensão sobre se uma ação política é corrupta é variável, e depende de fatores como: cultura das diferentes sociedades, dos diferentes tempos históricos, não existindo clareza sobre as fronteiras que limitam os conceitos deste fenômeno.

Entretanto, quando se analisa o clientelismo sob a construção da sociedade brasileira, na sua estrutura oligárquica da chamada República Velha (1889-1930), mesmo nos períodos posteriores, percebe-se, obviamente com raras mudanças, que esse fenômeno está estreitamente ligado a práticas de corrupção nas diversas regiões onde ele se desenvolve. O aliciamento que é feito entre *patronus* e cliente se dá objetivamente dentro de uma troca de favores que permeia

todas as esferas de governo, junto a outros elementos como o nepotismo¹⁶. Neste sentido, o fenômeno da corrupção aparece como alimento às práticas clientelísticas nas diversas regiões onde a sua ação prevalece, no entanto, temos clareza que ambos, clientelismo e corrupção não necessariamente são fenômenos ligados, ou não existem dissociados, o que estamos defendendo é que, na maioria das vezes, as relações de clientela se configuram sob aspectos ligados a práticas de corrupção.

Há outros autores como Weber, que analisa o fenômeno do clientelismo ou neoclientelismo, observando a partir da classe dos políticos, que utiliza a política como profissão.

Há duas maneiras de fazer da política uma profissão. De fato, se vive 'para' a política, ou 'da' política [...] ambas as espécies caminham juntas. O que vive 'para' a política 'faz dela no sentido interior sua vida: ou retira prazer da mera posse do domínio que exerce, ou nutre seu equilíbrio interno e o sentimento de sua personalidade na consciência que tem dar um sentido à sua vida mediante o serviço por uma causa [...] a distinção se refere [...] ao econômico'. Quem vive da política como profissão aspira fazer dela uma fonte permanente de receitas, e vive 'para' a política aquele em que não acontece a mesma coisa. Para que neste sentido econômico alguém possa viver 'para' a política terão de dar-se, nas circunstâncias imperantes da ordem da propriedade privada, determinados supostos: tem de ser em condições normais independente das receitas que a política possa lhe trazer (1999, p. 570).

Para Weber não há política sem interesses, existe sempre a ligação entre quem financia e quem é financiado, pois permite ao financiador o acesso a privilégios através de indicações e prioridade em processos licitatórios em caso de obras e serviços e ao financiado a garantia do financiamento em eleições futuras, e isto aparece como uma ordem natural. Um exemplo presente nesta perspectiva de interesses está ligado aos chamados financiamento de empresas privadas no pleito eleitoral¹⁷.

¹⁶ No governo do Brigadeiro Ottomar Pinto, por exemplo, essa prática foi extremamente comum, durante o período de sua administração, entre 1991 a 1994, colocou irmãos, filhos, genros, cunhados, sobrinhos e outras parentelas nas diversas secretarias e autarquias estaduais. Do mesmo modo o senhor Neudo Campos em seu primeiro mandato (1995-1998), possuiu mais de quinze parentes postos em cargos públicos relevantes, distribuídos nas secretarias da Fazenda, Administração, coordenadoria de Turismo. Na Secretaria de Estado e da Fazenda encontrava-se o exemplo mais notório de favorecimento familiar, o secretário, Jair Dall Agnol, casado com a sobrinha do Governador, que também ocupava cargo de confiança na Secretaria de Educação, não possuía curso superior. Era o único no país a exercer a função de secretário da Fazenda sem a formação acadêmica devida (SANTOS, 1998, p. 13). Ver também o jornal O Diário (08\10\1997 p. 02) lista com os nomes dos parentes de Neudo Campos colocados no governo.

¹⁷ Na atual Legislação brasileira os financiamentos de campanha podem ser feitos por empresas privadas, o que acaba possibilitando uma espécie de troca clientelística, ou seja, as empresas que financiam candidatos ou partidos buscam favorecimento após a eleição, como contratos de serviços milionários. Existe tramitando no Congresso Nacional lei de financiamento público de campanha, como a PLS, nº 268, de 2011, de autoria do Senador José Sarney.

1.3. POLÍTICA, GRUPOS E O CLIENTELISMO.

Um elemento fundamental no processo de desenvolvimento das práticas clientelísticas é perceber como se compreende o fenômeno da política, nas mais diversas esferas de uma sociedade, no Brasil, e especificamente, em Roraima, ainda existe uma grande lacuna ou um desvio de concepção acerca da política. Percebe-se refletido no cenário político local a permanência de um Brasil arcaico cujo povo, excluído do processo político, fica a espera das lideranças que controlam e usufruem dos benefícios deste poder. De fato em Roraima o acesso ao sistema político se configura como privilégio de uns poucos, onde o Estado aparece como uma máquina forte em detrimento de um povo, ou sociedade civil frágil e desarticulada¹⁸. Drasticamente ela aparece como algo muito distante do cotidiano da grande maioria da população, ou algo intocável o que facilita a apropriação deste elemento como um mecanismo de domínio, precípua para a prática do clientelismo, junto a diversos fatores como ao baixo desenvolvimento do setor econômico, cuja grande maioria está ligada ao serviço público, ou seja, ao Estado. Para Rémond (2003).

O político é uma das mais altas expressões de identidade coletiva: ‘um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha. Sua relação com a política revela-o, da mesma forma como seus outros comportamentos políticos. (pp. 449-450).

Na análise de Rémond o elemento fundamental da política é a identidade coletiva, e essa identidade, se forjada nas diversas esferas da sociedade roraimense, produziria uma barreira à prática da troca política. No entanto, a política que se produz no Estado de Roraima está comprometida por interesses que buscam atender grupos privilegiados¹⁹. Esses grupos privilegiados dentro da esfera governamental estabelecem uma relação de dominação sobre essas clientelas, reforçando a lógica do *patronus*/cliente trabalhado anteriormente, esse domínio não apenas concebido a partir de uma perspectiva econômica, mas nas relações inerentes ao que se pode estabelecer na esfera público/privado. Para Weber (1999), “nem toda dominação se serve de meios econômicos e ainda muito menos tem fins econômicos. Mas toda dominação de um determinado número de pessoas requer normalmente um quadro de pessoas” (p.139).

¹⁸ SANTOS, Roberto Ramos. Roraima: do pára-queda político ao clientelismo. Textos & Debates. Nº. 5, 1998.

¹⁹Idem.

Essa relação de domínio ocorre neste contexto em que os grupos, majoritariamente de controle econômico e político, dependem desse quadro administrativo e/ou de funções secundárias que se apresentam como “colaboradores” vinculados a máquina burocrática do Estado. Ainda sob a perspectiva weberiana, a análise desse autor acerca de grupos políticos ajuda a perceber a complexidade de suas ações e fins dentro de uma sociedade. Para Weber:

“Não é possível definir um grupo político- e tampouco o Estado- indicando o objetivo do seu agir de grupo. Não há objetivo que grupos políticos não tenham alguma vez proposto (...)Pode-se, portanto, definir o caráter político de um grupo social somente mediante o meio (...), que não é próprio exclusivamente dele, mas é em cada caso específico, e indispensável para a sua essência: o uso da força²⁰”.

O uso da força nem sempre se configura necessariamente no uso de violência para alcançar os objetivos de determinado grupo, mas na força de mando dos membros detentores de poder, como no caso do coronel Bento Brasil²¹, chefe político do Rio Branco, que expulsou os monges beneditinos de Boa Vista por divergências que contrariavam seus interesses, assim que os mesmos chegaram ao Rio Branco no início do século XX²².

No corpo do que estamos nos propondo analisar acerca de compreender a política, grupos e as práticas clientelistas, uma abordagem teórica de Bobbio (2000) ajuda a perceber a amplitude das esferas e de interesses que vão permear a formação da sociedade riobranquense desde a criação do município de Boa Vista do Rio Branco e a criação do Estado de Roraima (CF 1988):

²⁰ WEBER, Max *apud* BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos\organizado por Michelangelo Bovero; tradução Daniela Beccaccia Versiani. – Rio de Janeiro: Campus, 2000.

²¹ “Bento Brasil um dos grandes proprietários de terras do Rio Branco. Seus domínios compreendem a maior parte das terras da margem esquerda do Rio Branco e do Uraricoera, desde Boa Vista até a embocadura do Rio Majari, enquanto que do lado oposto em igual extensão, os terrenos pertencem ao Sr. Araújo, conhecido por todos como JG Araújo. Esses dois homens são chefes de dois partidos opostos, nas suas mãos parecem repousar os destinos imediatos da população do Rio Branco”. (RICE, Alexandre Hamilton. Exploração a Guiana Brasileira. São Paulo ED. USP, 1978, p. 27).

²² Este fato já foi analisado exaustivamente no livro do Professor Doutor Jaci Guilherme. Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: a Disputa pela Terra. Também na obra do professor Carlos Alberto Cirino, intitulado “A Boa Nova” na língua indígena: contornos da evangelização dos wapichana no século XX.

Mesmo o partido que deseja a desordem, deseja a desordem não como objetivo final, mas como momento obrigatório para transformar a ordem existente e criar uma nova ordem. Além do mais, é lícito falar da ordem como fim mínimo da política porque ela é ou deveria ser o resultado direto da organização do poder coativo, porque de outras palavras, esse fim (a ordem) forma um todo com o meio (o monopólio da força) em uma sociedade complexa, fundada sobre a divisão do trabalho, sobre a estratificação de segmentos e classes, em alguns casos também sobre a sobreposição de populações e raças distintas, somente o recurso em última instância á força impede a desagregação do grupo, o retorno, como diriam os antigos, ao estado de natureza²³

A sociedade aqui formada pode ser percebida na lógica do domínio coronelista, de subjugo de algumas etnias indígenas, sobretudo os Macuxi e Wapichana, povos do primeiro contato com os colonizadores. Desta forma, os conflitos aqui gerados davam-se em torno da disputa pela mão-de-obra dos indígenas, entre colonos e os missionários e, posteriormente, nas relações de compadrio estabelecidas entre os beneditinos e os fazendeiros locais. Portanto, a política que prevalece é a política do mandonismo, do compadrio, da disputa estabelecida entre os primeiros fazendeiros e os Governadores indicados com a criação do Território Federal do Rio Branco. A lógica construída no espaço aqui analisado é da disputa de poder político, e no jogo político pode se considerar o uso da força legítima ou ilegítima para estabelecer uma organização ou uma ordem. Para Cardoso (2012), p. 41:

O poder não serve somente para reprimir, mas também para organizar a trama social mediante o uso de saberes, o que é de grande relevância, já que tal poder não é atributo de alguém que o exerce, mas sim uma relação. Se as personagens em presença (indivíduos, grupos, partidos, homens políticos) nada tiverem a trocar, não poderão entrar em uma relação de poder, isto é, uma relação de força de que não é possível para qualquer das partes em presença retirar-se, mas na qual ninguém pode estar totalmente privado, pois, se assim fosse, teríamos saído da esfera propriamente política²⁴

A ordem então é a que responde aos interesses dos diferentes grupos, quando os coronéis representantes das famílias tradicionais ocuparam o Vale do Rio Branco. Essa ocupação se deu com a conivência do Estado Nacional através dos Decretos 07, de 20 de novembro de 1889 e 04, de 16 de março de 1892. Desta forma esses grupos tiveram seus interesses ameaçados com a chegada de um novo poder, um poder legitimamente constituído na esfera de comando nacional. A busca para se colocar nesta nova conjuntura passa *a priori* por uma releitura visando definir qual a melhor estratégia, cujas ações possibilitem que os mesmos permaneçam nos espaços políticos de decisão e não sejam condenados ao ostracismo político. No bojo dos

²³ BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos\organizado por Michelangelo Bovero; tradução Daniela Beccaccia Versiani. – Rio de Janeiro: Campus, 2000.

²⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política. In: **Novos Domínios da História**/organizadores, Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

acontecimentos políticos da sociedade riobranquense, as ações conflituosas configuram-se entre os representantes das famílias tradicionais oriundas da formação de uma sociedade de caráter coronelista, típica da conjuntura econômica e social de matrizes que se sedimentam na pecuária, já salientada anteriormente, e os representantes do novo sistema territorial vindos para operar a máquina governamental do Território²⁵.

De fato, no ano de 1943, a instituição do Território foi responsável por alterar, de modo significativo, a organização do poder local: nesse momento de reestruturação política da administração pública em Roraima, criou-se o cargo de Governador do Território, indicado, a princípio, pelo presidente da República, posteriormente, pelo Ministro do Interior. No caso do prefeito, que desde os anos iniciais do século XX era escolhido habitualmente entre representantes da tradicional elite ligada à pecuária, extinguiu-se o direito de escolha: segundo o Estatuto Territorial, nos dois únicos municípios do Território Federal do Rio Branco, Boa Vista e Caracaráí, o ocupante do cargo também assumiria por indicação política, nomeado pelo Governador. Tal situação permaneceu inalterada até o ano de 1985, alijando das disputas políticas, ao menos temporariamente, e para o primeiro escalão do poder executivo local, os dois grupos que até então dominavam a cena no Município de Boa Vista do Rio Branco (SANTILLI, 1994). Desta forma, as famílias tradicionais como a Família Brasil, Família Motta e família Magalhães foram levadas ao ostracismo político, pelo menos temporariamente, já que continuavam com o mando da terra.

1.4. TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO

1.4.1 O DECRETO 5.812, CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO E A ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS POLÍTICOS.

O Território Federal do Rio Branco foi criado através do Decreto Lei, N. 5.812, de 13 de setembro de 1943, instituindo o então Território²⁶. Com isso desanexou as terras pertencentes ao Município de Boa Vista do Rio Branco, do Estado do Amazonas. Esse processo corroborou de forma significativa com o alijamento temporário dos grupos políticos denominados de pioneiros, agora conferido e delegado aos Governadores indicados. Esta primazia “forasteira” desencadeou vários conflitos que serão analisados posteriormente.

²⁵ Os conflitos entre esses diferentes grupos iniciados ainda no século XIX se intensificam após a criação do Território Federal do Rio Branco como podemos observar no documento enviado pelas seguintes agremiações partidárias de 20 de maio de 1958, (PTB, PSD, UDN e PSP). Segue anexo.

²⁶ Decreto n. 5.812, de 13 de setembro de 1943, que criou os Territórios do Amapá, Ponta Porã, Rondônia, Guaporé e Rio Branco.

A criação dos territórios fazia parte da geopolítica do Governo Federal nesse período, tendo como estratégia a Região Amazônica, no sentido de fomentar uma maior ação do Estado Nacional através da intervenção configurada na ocupação desses espaços de fronteiras. Essa ação estava fundamentada nos princípios da Constituição de 1937, que trazia no seu bojo o binômio ocupação e defesa do Território Nacional.²⁷

Os Territórios operavam como elementos de manipulação, conferindo ao Governo Federal as terras dos Estados, foi um mecanismo fundamental de estratégia da União, criando por decreto territórios sobre os quais exercia jurisdição absoluta e/ ou direito de propriedade²⁸. O Governador nomeado era delegado do Presidente da República, neste caso, os temas pertinentes ao Rio Branco se desvincularam do Palácio do Rio Negro, em Manaus e se transferiram para o Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. Para Freitas²⁹, “com a criação do Território federal essa região vai sair da letargia que se encontrava na época em que era município do Estado do Amazonas”³⁰. No entanto, o que pode ser percebido a partir da instituição do território talvez não se configure em mudanças significativas, pelo menos no cenário econômico e estrutural, pois essas transformações só podem ser visualizadas no período em que o Território esteve sob o comando dos militares. Do ponto de vista econômico, havia uma escassez endêmica de alimentos na cidade de Boa Vista, situação que levou a coluna do Jornal O Átomo a utilizar um espaço para clamar por atitude política para resolver a falta de alimentos:

Fome, Muita Fome, em Boa Vista!!!

A população está passando fome. Mas fome de verdade. O dinheiro do povo não chega para mais nada. Na terra do Gado, tem que se comer conservas caríssimas, que ofendem a saúde, sofrendo mais as crianças. E o descontrolado dos orçamentos domésticos! O gado que vinha sendo dado ao consumo era da pior qualidade. A um brado de alerta, que se deve a informação a este jornal, dada por um homem modesto e corajoso, verdadeiro benfeitor, sucedeu-se o suplício que vem sendo imposto a nossa população. Há gado para exportar... e o povo do Rio Branco – cruel ironia – está passando fome... Conversa fiada não resolve o assunto... O povo, srs responsáveis, está faminto, depauperado. Ação senhores bons môços...³¹

²⁷ OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A Herança e os Descaminhos na Formação do Estado de Roraima**, Tese (Doutorado em História Social) Universidade do Estado de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2003.

²⁸ BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo: Editora. Ática, 1998.

²⁹ Aimerê Freitas, aqui citado é um dos membros da política local que fez parte da administração do ex-território no governo do Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto e em outras administrações, portanto é alguém que faz parte do eixo político e administrativo local.

³⁰ FREITAS, Aimerê. **História Política e Administrativa de Roraima 1943-1985**. São Paulo: Editora Umberto Calderaro Ltda., 1993.

³¹ Jornal O Átomo, Boa Vista, 04/09/1954.

A crônica do esboçada no periódico da época expressa uma prática recorrente nas áreas de ocupação desde que se foi implementada a colonização portuguesa de exploração, paradoxalmente priorizava-se a produção para atender o mercado externo em detrimento a produção de produtos básicos para a subsistência da população local.

Notadamente a criação do Território do Rio Branco como afirma Santos (2004), representou um primeiro passo para uma mudança radical na sociedade local dominada por criadores de gado.

Segundo Oliveira (1991) “medidas como a criação do então território servia para firmar um símbolo de poder político central, numa terra na qual se configurava sob o domínio do banditismo e pela injustiça”. Concordamos que a criação do Território serviu para afirmar símbolo de poder, no entanto, consideramos precipitada e no mínimo equivocada, pois com que base pode se afirmar um banditismo ou uma terra sem lei neste período? O que se pode afirmar é que a conjuntura anterior caracterizava-se pelo mando dos grupos representados pelos fazendeiros locais, cuja influência foi modificada com a chegada dos Governadores. Para d’Acampora (2012), “a criação do Território Federal do Rio Branco (1943), chamado posteriormente de Roraima (1962), fazia parte do programa de integração da Amazônia a esfera nacional pautada pelo governo Getulista como proposta de crescimento”.

É importante considerar a forma de nomeação desses Governadores, escolhidos pelo detentor do poder supremo federal, o Presidente da República, que obedecia, na sua grande maioria, a indicações políticas. Marcadamente isso possibilitava a influência de políticos considerados por vários autores que já escreveram sobre esse período como “estranhos”, “forasteiros” que, no jogo político, indicavam seus apadrinhados, sendo esses Governadores considerados alheios à realidade do recém-criado Território Federal do Rio Branco. Pelo menos essa é uma visão dos ditos “pioneiros”, que se intitulavam agora os donos dessas terras e já merecedores do título de “nativos”.

Para Martins (2010), essa discussão girava em torno da construção de uma “elite tradicional”, ou seja, os membros fundadores ou desbravadores vão merecer um destaque significativo na historiografia primária, ou denominada pela autora de memorialista, cujos construtores se intitulam “filhos da terra”. Na prática, esse grupo seria formado pelos ditos pioneiros (militares e fazendeiros), no primeiro momento, e os funcionários públicos e

comerciantes que se estabeleceram no Território, amalgamando assim o direito, não só do *status* a eles conferido, mas o poder político e econômico em detrimento aos indígenas e migrantes de “segundo escalão”.

Outro fator presente neste contexto era relacionado ao curto período de tempo em que os governantes permaneciam no Território, essa característica prevaleceu à grande maioria dos Governadores nomeados, sobretudo no período compreendido entre 1943 e 1964³². A criação dos novos Territórios Federais, incluindo aí especificamente o Território do Rio Branco, respondia essa nova conjuntura de integração e ocupação dos denominados espaços vazios, pensamento este que perdurou durante muito tempo na cabeça dos políticos brasileiros em relação à Região Amazônica, legitimando e justificando as políticas integracionistas. Para Vargas a Amazônia se apresentava como uma região com papel estratégico, portanto, necessitaria de modernização na sua economia, para isso, acenara as elites e os trabalhadores sobre o papel de levar adiante esse projeto. Freitas (1997) e Santos (2004) salientam essa perspectiva integracionista do governo varguista, que estava baseado na proposta de ocupação dos “vazios demográficos”, sem levar em consideração as diversas etnias indígenas, reforçando a lógica de segurança nacional e a aproximação com os países vizinhos do continente sul-americano.

O discurso da integração nacional, que assume forma elaborada no início dos anos 70, ajuda a desvendar o papel da territorialidade na construção do autoritarismo brasileiro. A incorporação de “espaços vazios” ao domínio da nação foi parte essencial do projeto geopolítico de modernização e de ascensão a potência regional, revela um novo significado do território na mediação entre Estado e sociedade. Ele “é um recurso simbólico de formação do indivíduo coletivo, em detrimento de uma comunidade nacional de cidadãos”.³³

Essa política nacional de ocupação dos denominados “vazios demográficos”, possibilitou o surgimento desses grupos de interesses políticos em busca de afirmação nesta nova conjuntura política já objetivando ocupar os espaços políticos institucionais do que mais tarde seria transformado em Estado da Federação. E é nesse contexto que a política de migração

³² Conforme o relatório do então Governador Major José Maria Barbosa, datado do ano de 1958, essa alternância de Governadores já apontava as ferrenhas disputas entre os grupos locais, como se pode verificar no trecho do relatório. “E assim se explica porque apenas catorze anos de vida administrativa teve o Território do Rio Branco nada mais nada menos de onze Governadores titulares, sem contar os interinos. Uma luta constante e sem trégua permanece sempre acesa entre as facções partidárias, visando a exoneração e a nomeação de administradores a seu contento, em que pese o conhecimento geral de que o cargo de Governador do Território e de exclusiva confiança e direta nomeação e demissão do Presidente da República.

³³ BECKER, Bertha K. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**/Bertha K. Becker, Cláudio A. G. Egler. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

incentivada pelo Governo Federal através dos seus mecanismos, corroborou para a efetivação da formação de uma significativa massa migratória que atendia as perspectivas desenvolvimentistas da política de integração da Região Amazônica. Proposta iniciada com o Governo Vargas e, ao mesmo tempo, que se criaram as massas para a formação de um contingente eleitoral.

O primeiro Governador indicado para comandar o território recém-criado foi o carioca capitão Ene Garcez, um homem acostumado a trabalhar em regiões de fronteiras, ele havia conhecido o presidente Getúlio Vargas em Rondônia, na época da visita do presidente a Amazônia. Segundo relata o próprio Ene Garcez, citado por Freitas,

[...] sempre que eu conversava com o presidente, ele tocava no assunto. Precisava nomear alguém para o Rio Branco. Até que, em abril de 1944, eu me ofereci para ir ser Governador, do Rio Branco. Ele não me convidou, eu é que de tanto ouvir o Presidente falar no assunto comigo, resolvi apresentar-me para ser Governador e fui nomeado no dia 19 de abril, dia do aniversário do presidente (1993, p.34).

No entanto, uma fonte oral que presenciou grande parte de fatos da história política local afirma que, anterior ao capitão Ene Garcez dos Reis, foi indicado outro Governador para implantar o governo do Território Federal do Rio Branco, como se pode verificar no seu depoimento:

[...] A vida então se desenvolvia, diante dessa realidade, e eu ainda vivi e convivi com isso, em 1944 nós fomos surpreendidos com essa verdadeira bomba que foi, fomos transformados, eu era menino, mas me lembro o que foi a chegada do primeiro Governador, o capitão Ene Garcez dos Reis. Então eu quero dizer o seguinte à figura desse homem tem que ter um relevo especial na nossa história, ele implantou o governo do território, e foi um feito heroico, porque observe bem o território foi criado em 43 o presidente criou o território em 43, o Governador só chegou em 44 eu sempre me questioneei isso, por que... passou um ano e por fim eu tive a oportunidade de perguntar a ele mesmo, quando eu era prefeito o trouxe aqui para fazer uma visita, foi a ;única vez que ele veio aqui, eu e o Ramos Pereira o homem a que nós devemos quase tudo e ele veio, para nós foi uma grande honra e eu perguntei dele. E veja bem o que ele me disse, porque ele era homem de confiança de Getúlio Vargas ele trabalhava no gabinete do Getúlio Vargas, era o homem de estreita confiança de Getúlio Vargas, o que ele me disse, ele via a angústia do presidente em encontrar alguém para governar o território ele convidou várias pessoas, para ser o Governador e ninguém aceitava até que por fim um aceitou infelizmente ele me disse o nome e eu não guardei o nome, um aceitou e veio e quando o avião da FAB pousou aqui que ele viu o que era Boa Vista e o que era Roraima ele voltou no mesmo avião, ele não encarou esse desafio Boa Vista era um vilarejo de taipa de palha, e o foco de doenças tropicais essa que é a verdade, eu me lembro que quando menino aqui as mulheres quando iam jantar elas enrolavam as pernas com um lençol, pois eram nuvens de carapanã. Isso aqui era cheio de lagoas e no inverno... o Ene Garcez chegou aqui e abriu saneou construiu valas fundou tudo isso, foi ele que fez, então foi ele que se apresentou quando viu a angustia do presidente com a situação de ter criado o território e não ter ninguém para instalar ele se ofereceu espontaneamente, ele veio para esse desafio e ele implantou o território, nós devemos a ele eu me lembro da

figura dele e depois quando ele esteve aqui nós já éramos prefeito, eu me lembro da figura dele ele se tornou muito amigo do meu pai, aqui só tinha duas casas de alvenaria era a prelazia e a casa do meu pai, havia uma terceira era a casa do coronel Adolfo Brasil, mas não sei porque... então ele pediu a prelazia e a casa do meu pai para implantar o governo porque não tinha outro lugar só se instalasse debaixo da mangueira. Precisava colocar as repartições do governo e nós fomos morar num sítio aqui na mecejana que era tudo muito longe nós tínhamos um sítio ali mais ou menos onde hoje é o Gresbe, papai comprou alugou não sei, mas era casa de palha todas as casas aqui eram casas de palha tinham umas casas de alvenaria, mas eram pequenas, bom esse homem ele implantou ele governou um ano e meio e tudo que nós tivemos nos vinte anos de 44 a 64 tudo que nós tivemos foi esse homem que deixou praticamente. Ele foi o primeiro Governador do território e você ver hoje ainda é possível você ver que foi a visão desse homem que o empenho e a dedicação com que ele veio para essa missão³⁴.

Na memória do entrevistado percebe-se uma riqueza de informações acerca do período vivido, e também um saudosismo que busca enaltecer a figura do Governador Ene Garcez no aspecto do pioneirismo, desbravador, cujos feitos inaugurais das construções de estruturas, arroteamentos, saneamentos aparecem na sua memória como grandes feitos, ações heroicas e uma missão cumprida. Mas que isso, a surpreendente revelação de que outro nome, outro Governador anterior a Ene Garcez foi indicado para instalar o governo e, ao chegar ao Território, desistiu e retornou a capital. Essa informação não aparece em nenhum outro registro da história local.

Ao chegar a Boa Vista, o capitão Ene Garcez se instalou na Prelazia³⁵, o único prédio da cidade capaz de sediar o governo naquele período, devido a um pedido dos coronéis, Adolfo Brasil e Homero Cruz, figuras influentes da época, e politicamente em lados opostos. Mas que neste momento se uniram com esse intuito, considerando este ser o único local possível na época para abrigar o governo³⁶. Logo em seguida, o então Governador Ene Garcez, busca organizar administrativamente o seu governo através do Decreto de nº 1, de 21 de novembro de 1944. (Diário Oficial, Novembro de 1944). Nesse Decreto foram instituídos os seguintes Departamentos:

- I- Departamento do Serviço Público (DSP)
- II- Divisão de Saúde
- III- Divisão de Instrução – DI

³⁴ Entrevista com o ex-prefeito de Boa Vista e ex-secretário geral do governo do Antigo Território Federal de Roraima Júlio Martins, em sua residência. (23\10\2013).

³⁵ Este ainda é um prédio pertencente a Igreja Católica, construído em 1926 pela Ordem Beneditina que esteve no Rio Branco de 1909-1949, período em que deixou inúmeras construções que hoje fazem parte da arquitetura da cidade.

³⁶ FREITAS, Aimberê. História Política e Administrativa de Roraima 1943-1985 São Paulo: Editora Umberto Calderaro Ltda., 1993.

- IV- Divisão de Assistência e Proteção a Infância e Juventude – DAPIJ
- V- Divisão de Produção – DP
- VI- Divisão de Obras e Serviços Industriais – DOSI
- VII- Divisão de Segurança e Guarda Territorial – DSGT³⁷.

A criação do Território Federal do Rio Branco (1943), depois mudado o nome para Roraima (1962), fomentou o processo de migração, pois era necessário “ocupar” as novas áreas com projetos de assentamentos e colonização, dentre os quais destaca Freitas o projeto do engenheiro agrônomo Valério Magalhães, roraimense, formado na Escola de Agronomia de Manaus, que ao assumir a Divisão de Produção Terras e Colonização (DPTC), e depois a Secretaria Geral do Território, iniciou o maior programa de colonização até então conhecido na região. Este programa, executado entre 1951 e 1952, servia de diretriz para as políticas de migrações formadoras das primeiras colônias agrícolas no então Território Federal do Rio Branco como ressalta Barbosa (1958), “As colônias agrícolas de Fernando Costa, Braz de Aguiar e Coronel Mota, abrigam atualmente, 219 famílias, com população de 1.258 habitantes, apresentando neste exercício, considerável rendimento de trabalho, que em alguns gêneros, ultrapassou de cem por cento a produção de 1957, além das novas lavouras surgidas”³⁸.

O primeiro projeto de colonização visava garantir a vinda e a permanência de migrantes, pois consistia na entrega de benefícios que começava no Estado de origem, como a passagem, terra, transportes, sementes e até uma quantia em dinheiro para o colono subsistir nos primeiros meses na sua nova “casa”. Esse processo contribuiu para um pequeno, mas significativo desenvolvimento de colônias, pois antes dele os únicos núcleos populacionais existentes eram Boa Vista e Caracarái. Como podemos observar no relatório do Governador Major José Maria Barbosa, “O Território Federal do Rio Branco até 1955 possuía apenas um município, Boa Vista. Por força da Lei nº 2.495, de 27 de maio de 1955, foi criado o município de Caracarái, cuja instalação se deu em janeiro de 1956³⁹”.

Nesse ínterim, a migração para o então Território Federal do Rio Branco (1943), depois Território Federal de Roraima (1962), foi intensificada a partir do final da década de 1970,

³⁷ Decreto Nº 1 de 21 de novembro de 1944, organiza em caráter provisório a administração do Território Federal do Rio Branco.

³⁸ Relatório oficial do então Governador Major José Maria Barbosa ao presidente da República Juscelino Kubitschek em 1958.

³⁹ Idem.

incentivada pela abertura da BR 174, Manaus\Boa Vista (1977), e, sobretudo no início da década de 1980. A antiga colônia agrícola Fernando Costa (1951), emancipada em 1982, recebeu o nome de Mucajaí, formada pelo Projeto de Assentamento Rápido (PAR), realizado pelo governo do Território Federal de Roraima, Ottomar de Souza Pinto, através do Instituto de Terras de Roraima (ITERAIMA)⁴⁰.

Cavalcanti⁴¹ (1949) e Barros (1995) analisam os aspectos de colonização do Território em meados do século XX, com um constante processo de extensivo adensamento na Região, com os assentamentos de colonos e a transformação de vilas⁴²,

Ao longo das décadas recentes, os campos e savanas se foram mais e mais adensando com fazendas e pequenos aglomerados, e os projetos de colonização foram se instalando nas zonas circundantes de transição para a floresta, como o Projeto Confiança, e vários outros na década de 1950, como a “colônia de Mucajaí”, a do Taiano e de Cantá⁴³ (1995: p. 69).

1.4.2 A LUTA PELO PODER

Nos primeiros anos do século XX, Roraima era composta por uma pequena elite branca, pobre, descapitalizada, sendo a maioria formada por famílias dos chamados “pioneiros⁴⁴”, ou seja, os primeiros não indígenas que aqui chegaram, além das comunidades indígenas que não podemos quantificar devido à escassez de documentos. O primeiro grupo, no período anterior a criação do Território não fazia oposição ao poder federal, sendo fiel e passivo aos seus objetivos pessoais⁴⁵. “As brigas políticas entre o Deputado Félix Valois de Araújo e seus opositores que marcaram época” mostram um cenário bem evidente de conflitos políticos.

⁴⁰ FREITAG, Valter Diaules Wolschik. Políticas Públicas e Desenvolvimento no Estado de Roraima- OPD\A no contexto da migração e da agricultura familiar na CEPRRA, região do Apiaú.

⁴¹ CAVALCANTI, Araújo. Recuperação e desenvolvimento sustentável, economia política do meio ambiente e a problemática ecológica na Amazônia, In D`INÇÃO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel (org), Amazônia e a crise da modernização. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

⁴² O I Plano de Desenvolvimento de Roraima de 1980, em seu diagnóstico também enfatizava esse processo de adensamento, cujas bases processava uma pequena urbanização, ou seja, dos núcleos ou vilas. “Em termos de aglomerado urbano, a tendência é a cidade de Caracará ficar populacionalmente inferiorizada ao núcleo urbano de Mucajaí” (I Plano de Desenvolvimento de Roraima, I PDR. Ministério do Interior Governo de Roraima, Boa Vista 1980).

⁴³ BARROS, Nilson Cortez Crócia de. Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional. Recife: Universitária\UFPE, 1995.

⁴⁴ Para Martins, a historiografia da qual denomina de memorialista, ou seja, os primeiros escritos sobre a região ou Território, feitas por membros que ocuparam cargos no governo do ex-Território, buscam exaltar as chamadas famílias tradicionais, os desbravadores que merecem todo o crédito pela construção da sociedade. Estes filhos da terra ligados diretamente a criação de gado são também os membros mercedores das benesses na construção do estado.

⁴⁵ OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. A Herança dos Descaminhos na Formação do Estado de Roraima. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo 2003.

Para Santos (2004), Valois procurou criar a sua própria base de poder, mesmo apoiando o Senador Vitorino Freire. Nesse ínterim, foi eleito duas vezes Deputado Federal, conseguiu também a nomeação de seu genro, José Maria Barbosa para Governador do Território.

Nesse contexto se desenvolveram as disputas dos grupos de interesse pelo poder local, naquela conjuntura como hoje não bastava o cargo de Governador, mas sim ter o cargo de Deputado Federal, pois era a única ligação do então Território com a esfera do poder central. No jogo das lutas políticas percebe-se que a questão central que vai se desenvolver no cenário local, trata-se da efetiva busca de controle dos recursos de uma organização jurídico-política. Todavia, a consolidação do poder a que esperam os diferentes grupos, só serão possíveis dentro de um quadro construído através não só no aspecto jurídico-político, mas, na capacidade de mediá-los através acordos tácitos, cujas ações se operam no controle de recursos políticos. Aqui no antigo Território parece que esses grupos de pressão *a priori* bem definidos entre os denominados “pioneiros” e os “governistas”. Logo apresentar-se-ão politicamente imbricados na disputa pela máquina governante que os possibilitará uma “carreira política” no futuro Estado. Para Cardoso (2012)

Se as personagens em presença (indivíduos, grupos, partidos, homens políticos) nada tiverem a trocar, não poderão entrar em uma relação de poder, isto é, uma relação de força de que não é possível para qualquer das partes em presença retirar-se, mas na qual ninguém pode estar totalmente privado, pois, se assim, teríamos saído da esfera propriamente política⁴⁶ (pp. 41-42).

Essas disputas políticas e a busca pela hegemonia no Território possibilitam compreender a tendência pela prática do clientelismo na esfera executiva e legislativa do ex-Território e o seu continuísmo na criação do Estado de Roraima. A luta pelo poder político que se travou desde a criação do Território Federal do Rio Branco caracteriza-se pela formação de grupos locais, que inicialmente se deparam com a imposição do governo central na indicação de Governadores alheios aos problemas regionais, sem nenhum conhecimento prévio, seja geográfico, social e político do Rio Branco⁴⁷.

Nessa perspectiva, suscitaram importantes grupos políticos emergidos dessas disputas e das influências de novos atores figuras influentes no cenário político nacional como o Senador pelo Estado do Maranhão Vitorino Freire, que indicavam Governadores para o Território, e

⁴⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Poder: uma nova história política? Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

⁴⁷ FREITAS, Aimberê. História Política Administrativa *do Estado de Roraima*. 1943-1985. São Paulo: Editora Umberto Calderaro, 1993.

esses administrava com apoio do Deputado Federal, única voz entre o governo do Território e o Governo Federal. Os dois principais grupos que aqui se instalaram eram os valoaristas, ou seja, aqueles que estavam ligados ao Deputado Felix Valois, Governador indicado na época pelo Senador Vitorino Freire, sendo o segundo a governar o Território, um homem influente, cujas ações frente ao governo lhe renderam a eleição para Deputado Federal no pleito de 1950. O outro grupo era a Frente Única formada pelos partidos: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Democrático (PSD) e União Democrática Nacional (UDN), e faziam oposição a Félix Valois, conforme citado no relatório do Governador Major José Maria Barbosa:

Em março deste ano, muito antes da época determinada em lei para o desenvolvimento da propaganda eleitoral (três meses anterior ao pleito), já os altos falantes da propaganda partidária de meus adversários e opositores, liderados e orientados exatamente pelos ladrões de verbas apontados a justiça: Tekton Construtora e Rio Branco Ltda. Instalados no prédio onde se estabelecia esta última, dava início a uma campanha virulenta, contra o mau governo e os que me apóiam, e principalmente contra o Deputado Felix Valois de Araújo, amparo de minha administração no Legislativo Nacional, que, por seu inegável mérito e incansável trabalho em prol desta Unidade, teve da minha parte e da parte do povo leal e agradecido do Rio Branco, o seu nome novamente apresentado ao eleitorado riobranquense, como sendo digno por todos os títulos, de continuar exercendo o mandato de representante deste Território, na Câmara de Deputados, por mais um período legislativo⁴⁸.

A disputa que se travava nesta época era pela hegemonia política do território, e o Deputado Félix Valois recebeu uma forte oposição no ano de 1953, ano em que a Frente Única enviou um relatório ao Ministro da Justiça Francisco Negrão⁴⁹, com denúncia de irregularidades no governo Aquilino Duarte, apadrinhado de Félix Valois. Este fato acabou derrubando o então Governador, substituído Francisco Negrão no Ministério da Justiça por Tancredo Neves, que após 15 dias no cargo exonera Aquilino Duarte e nomeia o roraimense José de Araújo Neto. O novo Governador enfrentou uma forte oposição do Deputado Felix Valois, que se fortalecia com as brigas internas da Frente Única, e essas divergências acabaram se transformando em

⁴⁸ Relatório do então Governador Major José Maria Barbosa ao Presidente da República Juscelino Kubitschek, no ano de 1958.

⁴⁹ Nesse documento datado do dia 20 de maio de 1953, essa frente denuncia o que eles definem como intromissão do senhor Felix Valois, pois segundo os denunciantes o Governador Aquilino Duarte não possui nem o primeiro ano primário, como se pode observar em trechos, do referido documento. “Em 18 de abril próximo findo, as seções dos Partidos políticos do Território do Rio Branco, PTB, PSD, UDN e PSP, dirigiram a Vossa Excelência, por intermédio do Sr. Ministro da Justiça, uma representação sobre a crise político-administrativa reinante naquela unidade da federação, decorrência que é, por um lado, da inépcia e servilismo do Governador, (o Sr. Aquilino Duarte não possui sequer o primeiro ano primário sendo, conseqüentemente, incapaz para o exercício de tão alto cargo)”. Ofício enviado ao Presidente da República, 20 de maio de 1953, assinam os representantes dos Partidos PTB, PSD, UDN e PSP.

divisões e subgrupos dissidentes corroborando com o fortalecimento e a vitória de Valois nas eleições de 1954, para Deputado Federal⁵⁰.

Os conflitos que foram gerados no bojo das disputas mostram claramente os grupos de interesses, que se pautavam especificamente pelo poder político local do antigo Território, disputas que vão perpassar pela criação do Estado de Roraima, pois a máquina estatal se apresenta a esses grupos como uma fonte de recursos econômicos e políticos a serem usufruídos pelas frentes vencedoras nos diferentes pleitos eleitorais. E em busca desse poder se travaram disputas ferrenhas, jogos de acusações e pactos, que na história de Roraima se confundem entre os que outrora são “inimigos”, e em outro momento do jogo político são “aliados”. Ainda sobre os conflitos da década de 1950, destacam-se as acusações de ambos os lados, da Frente Única e do Deputado Felix Valois. Para compreender o cenário político onde emergiram tais conflitos, o jornal aparece como uma fonte útil, pois pode-se analisar as diferentes falas colocadas, inclusive uma possível parcialidade a determinado lado deste conflito por parte do periódico analisado.

“Firmado acordo entre todos os partidos locais para o estabelecimento de uma frente única de combate ao Deputado Felix Valois” (manchete do jornal O Átomo de 21 de março de 1953). Segue a seguinte reportagem no periódico:

Foi aprovado com alterações não essenciais, o esboço de convênio interpartidário, tendo em vista a formação de uma coligação sob a designação de Frente Única Democrática, com a finalidade de reunir todos os partidos existentes nesse Território para, em conjunto, se oporem a reeleição do atual representante do Rio Branco na Câmara Federal, combatendo igualmente sua situação na administração local. Firmaram o documento o PTB, a UDN e o PSD, já tendo mesmo seguido, via aérea para o Rio, a fim de receber a assinatura da comissão reorganizadora do PSP⁵¹.

No mesmo periódico, o Deputado Felix Valois contra-ataca as declarações de seus opositores em comício público, como anotou em sua manchete: “O Deputado Felix Valois em praça pública: ‘Comício contra a Frente Democrática’”. O jornal traz nessa matéria um resumo do discurso do então Deputado:

⁵⁰ Após a apuração dessa eleição tivemos o seguinte resultado: Felix Valois de Araújo (1053 votos), Clóvis Nova da Costa (954 votos), Valério Calda de Magalhães (914 votos), Paulo Sóter da Silveira (388), num total de (3.279 votos). Jornal o Átomo, 16 de outubro de 1954.

⁵¹ Jornal O Átomo, Boa Vista, 21 de março de 1953.

A noite de sábado realizou-se, na praça São Sebastião, o comício organizado pelo Deputado Felix Valois de Araújo. Como sempre, aquele ilustre parlamentar discorreu longamente sobre a atuação política de seus adversários, muitos dos quais foram fortemente atacados. Procurou com a conhecida eloquência que lhe caracteriza responder as acusações que lhe foram feitas pelos oradores da Frente Única Democrática, na noite da véspera, naquele mesmo local.⁵²

Mesmo trazendo uma espécie de revide, ou proporcionado espaço para o então Deputado Valois, percebe-se por parte do jornal O Átomo uma verdadeira campanha contra Valois, como o texto da seguinte matéria decorrente do advento das eleições,

O Dia da Libertação do Rio Branco”
O próximo dia 3 de outubro. A'S urnas eleitores brasileiros conscientes, que amam essa Terra, para ajudarem a salvar nosso querido Rio Branco da confusão, da discórdia, da intriga, do ódio, da calúnia, da pornografia, da intranquilidade, da miséria, da fome, oriundos de uma péssima representação na Câmara de Deputados! – O povo dá, mas o povo tira! Isso aqui não será mais propriedade do Valois_ Batido nas urnas, o célebre professor que infelicitou o Rio Branco, por 4 anos, voltará para as suas aulas e rendosas corretagens! – Livrai-nos Deus, Nosso Senhor, para sempre, desse castigo terrível que é ser dominado por Valois por tanto tempo⁵³

No mesmo contexto, várias matérias são disponibilizadas aos opositores de Valois para dar respostas ao que segundo o jornal chama de ataque, como podemos observar nas manchetes: “Defende-se o Sr. Antonio Martins seu revide aos ataques do Deputado Valois ⁵⁴

Revida Dr. Valério Magalhães as acusações do Deputado Valois, sua defesa enviada para ser lida na câmara” ⁵⁵.

Objetivamente se produziu no Território Federal do Rio Branco a formação de dois grupos principais a partir da influência Vitoriana com a indicação de Félix Valois para Governador. E que depois voltou para ser eleito Deputado Federal pelo Território do Rio Branco, já que com o primeiro Governador Ene Garcez não se formulou nenhum interesse de cargo político ou formação de grupo político no término do seu governo.

Portanto, o Grupo denominado Frente Única se formou por representantes da elite local e tinha como objetivo derrubar o Deputado Félix Valois, elegendo um de seus representantes para Deputado Federal, aqui se configura a concepção de Pareto das sociedades

⁵² Jornal O Átomo, Boa Vista, 01 de maio de 1954.

⁵³ Jornal O Átomo, Boa Vista, 30 de setembro de 1954. (No mesmo periódico observa-se inúmeras matérias de repúdio a atos de Valois feitas pelos seus opositores)

⁵⁴ Jornal O Átomo, Boa Vista 20 de junho de 1953.

⁵⁵ Jornal O Átomo, Boa Vista 11 de julho de 1953.

bipolarizadas em duas elites a que desempenhavam um papel de influência, ou seja, a governante e a não governante⁵⁶. De um lado estava à elite local, distribuída nos partidos políticos PTB, PSD e a UDN, ávidos pelo comando político do então Território Federal do Rio Branco, e de outro lado, o grupo dos forasteiros que ganharam força com a conjuntura nacional de indicações política dos futuros Governadores do Território⁵⁷.

1.4.3 O VITORIANISMO COMO FORÇA POLÍTICA DOS FORASTEIROS.

Dentro do processo de nomeações de Governadores para o Território Federal do Rio Branco, destaca-se a figura de Vitorino Freire, Senador do Estado do Maranhão. Vitorino indicou para governar o Território cinco Governadores. E essa influência do Senador maranhense talvez possibilite compreender a estreita relação do Estado do Maranhão com a formação da população do Território do Rio Branco, engrossada por migrantes maranhenses, intensificada com o fenômeno da febre do ouro a partir da década de 1980⁵⁸.

Para trabalhar as forças políticas do antigo Território Federal do Rio Branco, como elemento de compreensão dos novos grupos políticos do Estado de Roraima, não se pode deixar de abordar um aspecto importante nesta construção histórica da política “roraimense”. A influência de um político conhecido no cenário nacional, Vitorino Freire, pernambucano nascido na Fazenda Laje da Raposa, município de Pedra, Freire havia apoiado o Governo Federal na Revolução Constitucionalista de 1932⁵⁹. Com a vitória deste, Vitorino ganhou prestígio e um cargo no Departamento Nacional de Saúde Pública. Logo depois foi enviado para ocupar cargo de chefia no Estado do Maranhão, e logo se tornou responsável pela condução

⁵⁶ PARETO, *apud* GRYSZPAN, Mário. **Ciência Política e Trajetórias Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

⁵⁷ CASTRO, Mauro Silva. **Política e População em Roraima (1943-1962)**. Monografia (Especialização em Metodologia de Pesquisa). Boa Vista UFRR, 1995.

⁵⁸ Sobre o processo do “boom” do ouro no antigo Território Federal de Roraima, ver o trabalho da professora Francilene Rodrigues dos Santos. (Garimpendo a Sociedade Roraimense: Uma Análise Sócio-Política) e Cida Maria Lima da Silva, (Vida Garimpeira: garimpo de Roraima - década de 80).

⁵⁹ No dia 9 de julho de 1932, São Paulo levantou-se em revolta armada, a rebelião foi imediatamente batizada de Revolução Constitucionalista e a cidade de São Paulo mobilizada para uma guerra civil em larga escala. Fábricas foram apressadamente convertidas para produção de munição bruta (SKIDMORE, 1982, p. 37).

da política estadual e pela organização dos quadros do Partido Social Democrática (PSD)⁶⁰, base de apoio de Getúlio Vargas⁶¹.

Vitorino se empolga e candidata-se a Deputado, mas perde a eleição e o espaço político, tendo que retornar ao Rio, no entanto, sua estadia lá foi por um período curto, retornando ao Maranhão em 1936 para assumir a chefia do executivo. Entretanto, com a instalação do Estado Novo por Getúlio, é nomeado um interventor para o Estado do Maranhão, alijando Vitorino do poder.

Com o fim da ditadura de Vargas, em 1945, Vitorino Freire retorna mais uma vez ao Estado, assumindo novamente o PSD, assegurando uma vitória expressiva ao então candidato a Presidência da República Eurico Gaspar Dutra apoiado por Getúlio, fazendo com que ele ganhe respaldo do novo governante, ganhando *status* nacional, e um grande poder no Maranhão. Nesse contexto nada acontece nesse Estado sem a sua chancela, de 1945 a 1948⁶².

A figura de Vitorino Freire teve importante papel na trajetória política do recém-criado Território do Rio Branco como relata Freitas, “com a deposição de Getúlio Vargas e a eleição do General Eurico Gaspar Dutra para Presidente da República pelo PSD, aflorou no Território a figura do Senador Vitorino Freire, influente político do Maranhão. Este homem sem nunca ter vindo ao Território indicou diversos nomes dos seus amigos para o cargo de Governador do Território Federal do Rio Branco” (1993, p.98).

Como havíamos ressaltado sobre a escassez de fontes acabamos encontrando uma ação mais explícita politicamente da elite local desencadeando em conflito mais evidente entre as famílias tradicionais e Governadores. Esse evento ocorreu sob o comando do senhor Adolfo Brasil, que liderou um protesto contra a urbanização do Cemitério do Alto do Bode em Boa Vista. O senhor Adolfo Brasil escreveu um manifesto onde exaltava os pioneiros que ali estavam sepultados e a forma desrespeitosa e ultrajante que estavam sendo tratadas suas lembranças com a construção de casas cada vez mais próximas do cemitério. E assinou, em

⁶⁰ Vale salientar que Valois, primeiro Governador indicado por Vitorino Freire rachou politicamente com seu mentor Vitorino Freire, responsável político pelo PSD, no Estado do Maranhão, cuja diretoria do então Território fazia oposição ao Deputado Valois, que passou pelo PSP e depois pelo PTB. Ver notícia com a seguinte manchete, “PSD Repele o Senhor Valois”. Jornal O Átomo (07\03\1954).

⁶¹ Jornal O Átomo, Boa Vista, 15 de novembro de 1953.

⁶² Biografia do Senador Vitorino Freire. Disponível em: <<http://www.cpdofgv.com.br>> Acesso em: 07 de julho de 2008.

nome das mais importantes famílias locais: dos Magalhães, dos Mota, dos Brasil, dos Coelho, dos Oliveira, dos Souza, e de outras ilustres famílias⁶³.

Entretanto, Freitas ressalta que, nesse primeiro momento político do Território, as forças locais ficaram distantes efetivamente do processo eleitoral, “o que é de se lamentar no episódio das eleições de 1950 é que as forças políticas locais não tenham se levantado e apresentado nome ou nomes da terra para ocupar o espaço político. No Território, ontem como hoje, a história vem se repetindo muitas vezes” (1993, p. 84). Com relação à eleição de 1950, o autor tem razão já que é fato a ausência de um nome local para as eleições para Deputado, no entanto, esse cenário foi totalmente modificado nas eleições posteriores, pois na eleição de 1954, esse grupo, já organizado em uma frente opositora denominada Frente Única Democrática, apresentou candidatura ao referido cargo eletivo.

Durante um bom período o Deputado e ex-Governador Félix Valois que fazia parte dos apadrinhados de Vitorino Freire mandou na política local, com grande influência elegeu para Deputado Federal durante seu governo o Senhor. Antonio Augusto Martins, em 1946, pouco tempo depois Martins, acabou rompendo com ele, não conseguiu sua reeleição em 1950, quando perdeu para o próprio Valois. A ruptura de Valois com o seu mentor Vitorino Freire não demorou, e ocorreu devido a sua mudança de partido, considerado infiel pelo mesmo. Logo, Vitorino Freire, iniciou uma perseguição a Valois e ao então Governador Aquilino Duarte que era seu amigo⁶⁴.

Essas divergências entre Valois e Vitorino fizeram com que os representantes das forças políticas locais organizassem um bloco político para o enfrentamento ao seu poderio, ou seja, derrubá-lo do poder, junto com o Governador Aquilino Duarte. Foi então que surgiu a Frente Única, que era composta por PTB, PSD e a UDN, já citada anteriormente. Nasce então uma significativa disputa política no Território, que objetivava o poder político local, e então nos deparamos com o elemento fundamental da disputa das elites dentro de um espaço institucional. Pois é ele que possibilita a esses grupos de interesse a prática de troca e benesses dos seus. E essa elite que durante toda a história da formação, seja geográfica ou sócio-política de Roraima, vai se beneficiar das instituições do Estado, como exemplifica Pareto.

⁶³. FREITAS, Aimberê. *História Política Administrativa do Estado de Roraima*. 1943-1985. São Paulo: Editora Umberto Calderaro, 1993.

⁶⁴Jornal O Átomo 24 de outubro de 1953.

Pelo efeito da circulação das elites, a elite governamental se encontra em um estado de transformação lenta e contínua. Ela corre como um rio, a de hoje é diferente daquela de ontem. De tempos em tempos se percebem perturbações bruscas e violentas, semelhantes as inundações de um rio. Em seguida, a nova elite governamental recomeça a modificar-se lentamente, o rio retorna ao seu leito e corre lentamente.⁶⁵

O vitorianismo foi nesse período o elemento que desenvolveu-se através da personificação de uma figura que mesmo distante do Território Federal do Rio Branco, se tornou responsável pelo destino da população que aqui habitava. Mais que isso, ele instigou a busca por espaço político dos considerados “nativos” e serviu de exemplo para outros líderes que passaram pelo governo do Território. A influência de Vitorino Freire perdurou até 1964, direta e indiretamente, pois em alguns momentos os indicados a Governador do Território, já eram indicados por figuras ligadas a ele.

Entender como esses grupos conquistam a hegemonia política estadual e se revezam em diversos tempos nas principais cadeiras do poder legislativo e executivo do Estado de Roraima, desde a sua criação, torna-se condição *sine qua non* para perceber a atual conjuntura política do Estado de Roraima. Neste aspecto nosso escopo de pesquisa busca compreender a formação e atuação dos grupos políticos, ou grupos de pressão cuja força se desenvolve a partir de ações de clientela no jogo político local, remonta a própria formação da sociedade riobranquense, caracterizada pelo coronelismo dos primeiros fazendeiros, pela criação do antigo Território Federal do Rio Branco, numa possibilidade ou impossibilidade de formação de uma elite local⁶⁶.

Para pensar essa perpetuação dos grupos de poder cabe uma análise na própria constituição das elites, trabalhada por Pareto em: *Trattato de Sociologia Generale*, que a ideologia serve para a defesa dos interesses particulares, isto é, de um grupo com interesses específicos (PARETO, 1916). Para Pareto, há três tipos de teorias: a objetiva, a subjetiva e a

⁶⁵PARETO, *apud* GRYNSZPAN, Mário. *Ciência, Política e Trajetórias Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

⁶⁶ Parece um termo mais apropriado para esse caso seja Grupos de Pressão, ou uma “Elite composta a priori pelas famílias tradicionais ligadas a pecuária e ao serviço militar no vale do Rio Branco. Posteriormente a dinâmica desses grupos foi transformada com a chegada do poder federal. No jogo político aqui estabelecido esses novos atores vão se tornar decisivo na construção do aparelho burocrático do Estado. Com relação ao poder pecuarista que tomou forma do poder instalado no nordeste brasileiro nos primeiros anos da formação do Rio Branco ver o trabalho do professor Carlos Alberto Cirino (A “Boa Nova” na língua indígena: contornos da evangelização dos wapischana no século XX), que dispõe grande parte de seu trabalho a esta análise

utilitária. A nosso ver, as teorias que se enquadram para os grupos locais são as duas últimas, ou seja, almejam se perpetuarem no poder, no campo ideológico. Neste contexto, a teoria das elites⁶⁷ suscitada pelo pensador e historiador italiano do século XX, aproxima-se do contexto político apresentado em nossa realidade.

Destarte, parece que as elites têm como característica principal a organização, e essa organização denota um caráter de sublimação as massas dispersas, um caráter de divindade e supremacia, cuja prática cria uma legitimidade social. Esse mesmo pensador fala que só existem na sociedade duas classes de pessoas: os governantes (elite detentora de poder político) e os governados (o restante da população)⁶⁸. Obviamente que, na conjuntura local escopo de nossa análise, não vale a ortodoxia das teorias acerca das elites analisadas pelos pensadores aqui citados, todavia explicitamente aparecem os elementos dessa teoria na condução política, social e econômica da sociedade riobranquense, e cujas evidências mais sedimentadas espera-se encontrar no campo das pesquisas que se seguem.

Nesse quadro, percebe-se a ausência de propostas ou um projeto político dos grupos que se intitulavam pioneiros, os conflitos aqui emergidos operam, *a priori* sob a ótica de interesses imediatistas entre os denominados “pioneiros” e os representantes da nova ordem política com a criação do Território Federal do Rio Branco, cujos interesses em determinado período se juntam com os antigos mandatários para forjarem, assim, o poder do futuro Estado da Federação.

⁶⁷ A constatação de que, em toda sociedade, haveria sempre uma minoria detentora de poder e uma maioria privada dele.

⁶⁸ MOSCA *apud* MALFATTI, Selvino Antonio. A Teoria das elites como uma ideologia para a perpetuação no governo. Artigo Científico Universidade de Santa Maria, RS, 2011.

O TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA E O GOVERNO MILITAR.

Em 1964, os militares assumem o governo brasileiro por meio de um golpe, após a deposição do presidente João Goulart, o Jango. Essa troca de comando trouxe mudanças significativas para o então Território Federal de Roraima, que recebeu essa nova nomenclatura em 1962, devido a um problema de correspondências que ocorria pela duplicidade de nomes do Território Federal do Rio Branco, com a capital do Acre. Com o governo militar, o Ministério do Interior ficou responsável pela nomeação dos Governadores dos territórios. Sendo que, no Território Federal de Roraima a força militar vai ser representada pela aeronáutica através de seus coronéis, majores e brigadeiros⁶⁹. Para Martins (2010), com a militarização em 1964⁷⁰, “*não houve grande alteração em termos de autonomia política, no Território Federal de Roraima*”, além do domínio local do Governo Federal com os Governadores, que também eram responsáveis pela escolha dos prefeitos dos dois municípios, Boa Vista e Caracaraí.

Para Santos (2004), a intervenção na Amazônia dos governos militares pode ser considerada de forma efetiva com a construção da rodovia Transamazônica, em 1970, pois foi nesse mesmo período projetada grande parte das estruturas rodoviárias, com a construção de outras rodovias, como a Cuiabá-Santarém, a pavimentação da Belém-Brasília. Para Becker (1990), entre 1968 e 1974, o Estado brasileiro militarizado buscou implantar malha na Amazônia, cujas bases procuravam completar a apropriação física e controlar o território e a formação de redes de comunicações, circulações rodoviária, de telecomunicações, urbana etc.

O golpe de 1964 trouxe uma política ditatorial e extremamente dura com o fim da democracia e a cassação dos direitos políticos e civis, com a instalação da Doutrina de Segurança Nacional⁷¹. Trazendo para a Amazônia e para o Território Federal de Roraima,

⁶⁹FREITAS, Aimberê. Geografia e História de Roraima. 5ª edição, Manaus: Belvedere, 1997.

⁷⁰ A presença dos militares no processo político brasileiro não teve início em 1964, durante momentos cruciais da história política do país tivemos a intervenção direta dos militares em várias fases. Portanto mesmo que se busque delimitar a entrada dos militares no processo político apenas a partir de 1964, a história tem demonstrado que, em vários momentos de crise institucional, As Forças Armadas apresentam-se como elementos políticos atuantes. Foi assim, em 1889, com a Proclamação da República, na década de 1930 com a instalação do Estado Novo, em 1945 quando se buscou romper com a ditadura Vargas e em 1955, para garantir a posse de Kubitschek. Ver BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares: Regime Militar e Movimentos Sociais em fins do século XX, In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida. O Brasil Republicano, O tempo da Ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 15.

⁷¹ Doutrina de segurança Nacional: foi um instrumento importante para a perpetuação das estruturas de Estado destinadas a facilitar o desenvolvimento capitalista associado dependente, sob a hegemonia estadunidense. Ela constituía um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial,

regiões estratégicas do ponto de vista geopolítico, projetos desenvolvimentistas, e os Governadores nomeados, eram os representantes dessa política⁷².

Dentro dessa conjuntura, ressalta-se a peculiaridade da militarização no então Território Federal de Roraima, cujas ações desse Estado autoritário, grosso modo, parecem distantes da forte pressão psicológica e social, dos expurgos, cassação, repressão, tortura e mortes que faziam parte do cotidiano da população brasileira no centro sul e sudeste do país. Souza & Vieira (2009), entrevistando o senhor João Ipujucan Pinto Souto Maior, líder estudantil e membro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), evidenciam o tratamento que teve durante a ditadura militar,

[...] Aqui no Território não houve repressão nenhuma, fomos chamados só uma vez no início da ditadura militar [...] depois mando um militar deixá-los em casa de carro [...] eles não levavam muito em conta a ideologia política não, eles não perseguiam politicamente ninguém, mesmo o tenente coronel Dilermando Cunha da Rocha que era um governo muito temperamental, agia por impulso, porém nunca perseguiu alguém por essa questão ideológica, nós éramos pouco e totalmente dependentes do governo federal, do contracheque da União⁷³.

O que de fato podemos observar, na peculiaridade do regime militar no Território, foram os constantes eventos de cunho populista protagonizado pelos Governadores do período militar. Com destaque para três destes Governadores, (Hélio da Costa Campos, Fernando Ramos Pereira e Ottomar de Souza Pinto), cuja escolha não está relacionada a méritos, mas por se tratar de um maior destaque nas esferas de influência da política local, e que marcou na memória coletiva da população roraimense. Na memória de um roraimense que participou diretamente do governo, durante a gestão dos militares, o período em questão foi a consolidação de infraestruturas que colocaram o Território em contato com o restante do Brasil e o tirou da apartação geográfica,

e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado dependente, que combina elementos da economia Keynesiana ao capitalismo de Estado, justificando o autoritarismo contra a ameaça comunista.

⁷² BECKER, Betha K. Amazônia. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

⁷³ JOÃO IPUJUCAN DE SOUTO MAIOR, Entrevista em 28. 11.2007, cedida aos autores SOUZA e VIEIRA, no Artigo intitulado: Roraima: Território Federal sob o Governo Militar. (1964 a 1985). Revista Textos e Debate, nº 17 Editora da UFRR, Boa Vista, 2009.

O Território a partir de 1964, com o governo militar você disse muito bem numa fase de grande desenvolvimento, primeiro uma porção de estradas, a construção da BR 174, ela quebrou o isolamento, que nos, digamos que nos sujeitava, nos abominava, desde o início da nossa história, então, a abertura da BR 174, em 1976, que coincidiu exatamente com o governo de Ramos Pereira, ela veio transformar toda a realidade do nosso interior do Estado, quebrou o isolamento, é uma data marcante, Roraima antes de 75 e depois de 75, antes do isolamento e depois de quebrado o isolamento. Por isso dizia eu, quando era Deputado na Câmara, falavam da Ditadura Brasileira, eu sempre disse lá na Câmara no discurso meu que a Ditadura Militar investiu foi para o resto da vida, porque aqui ela pra nós só trouxe benefício, o Regime Militar, não apenas para Roraima, mas para toda a Amazônia, se você olhar o que era Manaus, o que era Porto Velho, Rondônia e o Amapá, o governo militar, recuperou e regenerou, construiu a transamazônica, depois deixaram perder a estrada, Perimetral Norte, Zona Franca, tudo obra do Governo Militar. Então, nós somos, digo eu como roraimense sou profundamente agradecido ao governo militar que tiveram essa obra de recuperação e de redenção da nossa Terra aqui de Roraima⁷⁴.

Na fala do entrevistado, sua memória mostra o aspecto diferente do governo militarizado na Região Amazônica. No entanto, vale ressaltar que o olhar do entrevistado é o olhar de quem participou ativamente do governo militar no antigo Território. Destarte, durante os governos militares, sobretudo no segundo governo de Hélio Campos (1970-1974), período compreendido entre o grande crescimento econômico e um intervalo de crise, cujas políticas militares de recuperação econômica foram denominadas de “Milagre” Brasileiro· cujos recursos advindos possibilitaram investimentos nas infraestruturas, dando uma nova cara a capital Boa Vista⁷⁵. Desta forma, as obras se sobrepõem a perseguição política, aos movimentos de resistência a ditadura no centro sul do Brasil.

Para analisar este aspecto da memória do governo militar no antigo Território Federal de Roraima, estamos recorrendo aos periódicos da época, sobretudo o Jornal Boa Vista⁷⁶ e ao importante trabalho da professora Elisângela Martins acerca da memória do regime militar no Território Federal de Roraima.

Para Halbwachs (2004), compreender uma memória coletiva, é, sobretudo tirá-la de um papel que usualmente ela é colocada, ou seja, secundária. Já que frequentemente consideramos a memória como uma faculdade propriamente individual, isto é, que aparece numa consciência reduzida a seus próprios recursos, isolada dos outros, capaz de trazer, seja por vontade ou oportunidade, a situações pela qual passou⁷⁷. A memória coletiva carece de

⁷⁴ Entrevista com o Senhor Júlio Martins, que foi prefeito de Boa Vista indicado durante o governo de Ramos Pereira, ocupou outros cargo no cenário político local. (23\10\2013).

⁷⁵ Decreto-Lei 411\69. No qual se ampliou os recursos para o Território e lhe proporcionou maior autonomia.

⁷⁶ Jornal criado pelo então Governador Hélio da Costa Campos em 1973, portanto a serviço do Governador.

⁷⁷ HALBWACHS. A memória coletiva. Tradução Laís Tiles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

símbolos para a manutenção de certo grau de homogeneidade, buscando direta e indiretamente a participação de todos os sujeitos ativos ou passivos na construção de um cenário favorável a quem está no comando, mesmo em um ambiente de disputas, a manipulação de símbolos e signos busca amalgamar um estado de cooperação.

No caso do Território Federal do Rio Branco, o período militar apresenta-se na memória coletiva diferentemente do cenário centro sul\sudeste, pois os seus representantes vão efetivar as políticas, cujos objetivos para a Amazônia designam sob a égide de integração nacional e, sobretudo respondem os interesses do grande capital, pois o golpe veio transformar as relações capitalistas enquanto forças produtivas, explorando a Amazônia de forma exógena.

Claramente a perspectiva é integracionista, e nesta lógica o mais explícito aos olhos dos moradores do Território vão ser as obras de infraestrutura em uma região onde não se tem “nada”, a construção dos prédios, dado grande ênfase no jornal local com a expressiva participação da população nos eventos inaugurais, é o que vai projetar na memória, ou se sobrepor sobre os expurgos e violência do centro sul\sudeste. Mesmo que esses participantes não tenham a compreensão de seu papel nessa construção da memória, surgem aí as memórias indiretas, ou inseridas “de forma involuntária”, pois é possível que, “existam acontecimentos dos quais as pessoas nem tenha participado, mas que, no imaginário, tomam tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não” (POLLAK, 1992, p. 2).

Martins (2010) ressalta quando se refere a memória do Regime Militar, pretende “aludir exatamente como esse passado comum é tratado pela sociedade roraimense, suas formas de registro e os meios utilizados para evocá-lo nas consciências individuais como uma vivência que foi experimentada coletivamente” (MARTINS, 2010, p.24).

Na história dos governos militares em Roraima, pode-se observar uma consciência coletiva expressada nos diferentes eventos e a partir das análises já feitas acerca do governo militarizado, Vieira & Souza (2009), Martins (2010). Também pretende-se evocar a maneira como os governos militares foram vistos no imaginário coletivo, o distanciamento da efervescência política, gerada pelos conflitos do endurecimento ditatorial no sul e sudeste. Assim como as obras dos Governadores, já destacado anteriormente, que possibilitaram uma versão menos violenta e mais pragmática no cenário local.

A principal mudança a ser percebida nesse período foi à duração ou permanência desses Governadores no território que, ao contrário de seus antecessores, governaram por um período maior. O período que compreendeu o ano de 1964, ano em que se deu a tomada de poder pelos militares, até 1985, ano em que se consolidou o processo de redemocratização se configurou para o Território Federal de Roraima um tempo de mudanças significativas, principalmente no campo das estruturas físicas da capital Boa Vista. Também pode ser compreendida pelo acirramento das políticas de ocupação e integração da Região Amazônica, com os projetos desenvolvimentistas⁷⁸.

Para entender melhor essa intervenção, na Região Amazônica precisamos compreender Roraima nesse espaço de fronteira, cujas políticas se inserem numa perspectiva geopolítica, a abertura dessa nova fronteira engloba-se também em uma esfera mercantil, colocando a região como uma área com um potencial econômico cujas estruturas iniciadas a partir da construção das malhas viárias amalgamaram esperanças e sonhos migrantes. Dessa estrutura surgem áreas de colonização durante o período militar responde as políticas desenvolvidas respondem os grandes projetos desenvolvimentistas como: Programa de Integração Nacional (PIN), e o Plano Nacional de Desenvolvimento (PNDs)⁷⁹. No caso do Território Federal de Roraima os maiores incentivadores desse programa foram os Governadores Hélio da Costa Campos (1967-1970) e (1970-1974), e Ramos Pereira (1974-1979) sendo que esse segundo buscou implantar as diretrizes contidas no POLAMAZÔNIA.

No final da década de 1960, o clima político no Caribe era conflituoso⁸⁰, e Roraima por estar numa área estratégica do ponto de vista militar, vai operar na decisão da transferência do Comando Militar da Amazônia de Belém para Manaus, e apressar a abertura da rodovia BR 174, que possibilitaria o deslocamento de vários contingentes militares para a fronteira com a

⁷⁸SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. Políticas Públicas, economia e poder. O Estado de Roraima entre 1970 e 2000. Tese (Doutorado Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará/NAEA. Belém, 2004.

⁷⁹ Foram instituídas três versões do PND. O I PND, ao tratar do aspecto de integração da Amazônia, traz textualmente. “A estratégia para Amazônia, que é a de integrar, para desenvolver, assentará em duas linhas mestras: Integração física, econômica e cultural na comunidade brasileira, e ocupação econômica e desenvolvimento. O II PND definiu claramente as terras a serem ocupadas: os eixos de penetração na Amazônia ou sejam os vales e as rodovias e terras mais férteis, com prioridade para as zonas de fronteiras. O III PND foi o único dos Planos Nacionais de Desenvolvimento a citar textualmente, os Territórios Federais dentro das diretrizes formuladas ao longo período de 1964 a 1985.

⁸⁰ A situação política da Guiana ex-Inglesa, com revoltas desde a independência em 1966, que se transformaram em guerra civil iniciada em 1969. Um dos lados em luta, o dos descendentes de indianos, o grupo étnico mais numerosos, liderados por Chedi Jagan, abertamente advogava teses marxistas e era apoiado por Cuba.

Guiana e a Venezuela. E nesta perspectiva é que começaram a construir no Território Federal de Roraima uma infraestrutura física, com a solidificação de edifícios públicos e militares e casas para abrigar os militares, mudando o perfil da capital e do Território⁸¹.

Mais do que uma região de posição estratégica, Roraima possuía uma pequena máquina administrativa, montada sob uma economia pecuarista mercantil, já salientada, com um complemento de uma economia extrativista mineral e vegetal, mais vulnerável do que o restante da Região Amazônica. Formara-se ali uma sociedade hierarquizada, patrimonial tendo no topo criadores de gado e comerciantes, cujas práticas cotidianas se desenvolviam na submissão de parte das comunidades indígenas. Destarte as mudanças ocorridas no cenário nacional com a militarização do Estado tiveram seu reflexo através de uma nova estrutura administrativa, com a chegada de migrantes suplantando em número os povos indígenas. No entanto, houve por parte dos antigos grupos dominantes a preservação de valores e a participação no poder⁸².

2.1. GOVERNADORES DO PERÍODO MILITAR: HÉLIO CAMPOS, RAMOS PEREIRA E OTTOMAR PINTO, CONFLITO, POPULISMO E INFRAESTRUTURA NO TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA.

Inicialmente, antes de me referir aos Governadores acima citados, analisarei a atuação do primeiro Governador do período militar. O Tenente Coronel Dilermando Rocha, seu governo foi segundo Aimerê Freitas, “dinâmico e empreendedor” (1993:162). Todavia, foi no governo de Dilermando que ocorreu um fato de violência a um representante da elite local, como relata Freitas “foi ele quem prendeu arbitrariamente, o Prefeito Mozart Cavalcanti, pai do ex-Deputado Mozarildo Cavalcanti e o de Caracaraí, João Reis Brandão, ambos acusados de malversação do dinheiro público e cometimento de crime de peculato, tendo a prisão administrativa decretada (...). Foi no seu governo que foi construído a ponte sobre o rio Cauamé e o término do Palácio 31 de Março, foram às marcas mais visíveis deixadas por Dilermando Cunha da Rocha em Boa Vista”. Foi durante o período em que o Governador Dilermando esteve

⁸¹Idem.

⁸² SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. Política e poder na Amazônia: o caso de Roraima (1970-2000) – Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.

sob o comando do Território, caracterizado pela contenção de gastos, mesmo com poucos recursos conseguiu construir obras como a construção da ponte já citada⁸³.

O segundo Governador desse período foi o Tenente-Coronel Hélio da Costa Campo, carioca de Vila Isabel, também da Aeronáutica, cuja última missão foi governar o Território, foi o Governador que permaneceu no comando do Território por mais tempo, de 1967 a 1969 e de 1970 a 1974. Portanto, em dois períodos, sendo o seu segundo mandato o mais significativo do ponto de vista de êxito de sua governabilidade, pois lhe propiciou um maior conhecimento da realidade local e dos anseios e lutas dos grupos políticos locais. E neste sentido procurou fazer seu governo com apoio desses grupos. Como representante da ARENA, precursor do PDS e do PFL, procurou logo neutralizar o MDB, hoje PMDB, tendo na pessoa do Dr. Silvio Lofego Botelho, da ARENA, o candidato único a Deputado no pleito de 1970.

O governo de Hélio Campos foi responsável pela construção das estruturas físicas da capital do Território como: o aeroporto, pontes, estádio de futebol, ginásio de esportes, Companhia de Tratamento de Águas e Esgotos, Centrais Elétricas e Companhia Telefônica. Sobretudo, o seu governo procurou trabalhar com o apoio das lideranças locais. Para Santos (2013), “A habilidade política de Campos pode ser percebida no seu trato com os políticos e outras lideranças locais, num entrosamento tal, que foi escolhido como candidato a Deputado pelo território, após o término do seu mandato, em 1974”. O poder da União e o local se completavam nas ações.

Essa infra-estrutura que se firmou no Território de 1967 a 1974, foi resultado de um projeto maior do governo federal, que para fomentar esse desenvolvimento na Amazônia de forma conjuntural, criou por meio de Decreto Lei 61.330 de 11 de setembro de 1967, um Grupo de trabalho para desenvolver Projetos de Integração da Amazônia, sob a coordenação do Ministério do Interior, onde coloca toda a força e o poder do Estado, como: Ministérios, Secretarias, Conselhos, enfim, era um esforço concentrado de todos os órgãos e entidades federais ou a ela vinculados a serviço da Amazônia para impor um ritmo mais acelerado⁸⁴.

Esse investimento do governo federal possibilitou, portanto a construção das obras de infraestruturas no Território dando uma nova cara a capital Boa Vista. O cenário de canteiro de obras também servia para aproximar mais a população do governo militar, desta forma

⁸³ SOUZA, Suely Soares de, VIEIRA, Jaci Guilherme. Roraima: Território Federal Sob o Governo Militar. (1964-1985). Testos e Debates de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima: Centro de Ciências Humanas. Boa Vista\RR, Editora da UFRR, CCH, 1995.

⁸⁴ Idem.

distanciava-os dos expurgos e perseguições políticas ocorridas no cenário nacional, cabe ressaltar no entanto, que a criação das estruturas atendia as aspirações estratégicas da geopolítica militar, ou seja, atender os militares que vinham se instalar no Território com seu aparato.

“A vez das pontes”

Nos seis anos compreendidos no período de 1967 – 1973, o Território Federal de Roraima viu-se servido, em ritmo de intensa aceleração na sua implantação, de um verdadeiro sistema infra-estrutural que o habilita a etapa de desenvolvimento dirigido. Qual a infra-estrutura implantada na administração Hélio da Costa Campos? Quem nos fornece um retrato em grande angular das obras em geral, detendo-se apenas no presente, e restringindo-se às obras executadas e em andamento no presente ciclo, é o engenheiro Edmir Cordeiro de Melo seu secretário de obras⁸⁵:

Os eventos aqui colocados buscam construir uma imagem de confraternização entre o governo, seus aliados e o povo, como mostra um trecho da matéria do jornal que acompanha a inauguração da ponte:

A inauguração da ponte do Mucajaí teve invulgar significação histórica para Roraima, e ao ato compareceram o ministro, José Costa Cavalcanti do interior, Governador João Walter, do Amazonas, Governador Hélio Campos, de Roraima, prefeito Myro Lima, de Caracaraí, prefeito Rufino Carneiro, de Boa Vista, Dom Servílio Conti, bispo prelado de Roraima, altas autoridade e a massa popular representativa dos municípios de Caracaraí e Boa Vista⁸⁶.

No mesmo periódico pode-se observar uma imagem que retrata bem a utilização de signos e símbolos de prosperidade que a “Revolução” de 1964⁸⁷ prometia a sociedade brasileira, e que na memória da população do Território parecia mais evidente:

⁸⁵ JBV, Boa Vista 15\09\1973.

⁸⁶ JBV, Boa Vista 15\09\1973.

⁸⁷ Em seu trabalho Thomas Skidmore, Brasil: de Getúlio a Castelo. Tangencia essa discussão suscitada pelos militares que tratam o golpe de 1964, como Revolução de 1964. “Golpe ou Revolução?” (p. 370)



Figura 1: Ex Governador Hélio Campos. Fonte: Jornal Boa Vista, setembro de 1973.

Aqui a imagem do ex-Governador Hélio da Costa Campos, olhando o horizonte de cima da ponte, parece capturar uma tendência que se visualizava na década de 1970, o ritmo acelerado na infraestrutura em direção as fronteiras mesmo com o fim do milagre brasileiro as obras faraônicas continuavam objetivando facilitar manobras militares, respondendo à díade “Segurança Nacional” e “incentivo a migração”. Desta forma, em 1973, a capital Boa Vista distingue o seu aspecto de dez anos antes, asfaltamento das ruas, Banco da Amazônia e do Brasil instalados na cidade, assim como a primeira ponte de concreto sobre o Rio Mucajaí.

O texto que acompanha a imagem fotográfica busca criar uma visão idílica do contexto político local:

As águas plácidas do Rio Mucajaí fazem moldura para o instante contemplativo do Governador. A seu lado, a presença repousante de dona Ilva Beatriz. Tudo é tranquilidade. Agora que o grande desafio foi vencido. A ponte do Mucajaí. O céu, o espelho de águas escuras, a balaustrada, o piso de concreto⁸⁸.

O cruzamento entre a imagem fotográfica e a história se dá a partir do estatuto técnico das fotografias e seus sentidos de autenticidade e prova, que as transformam em testemunhas oculares de fatos. Mas as evidências históricas não são os peixes em um oceano ao serem fígados ao sabor das marés pela isca do historiador, da mesma maneira que a imagem não é catada pelo olhar neutro. A evidência histórica e a imagem são constituídas por investimentos de sentido, e a fotografia pode ser um indício ou documento para se produzir uma história; ou ícone, texto ou monumento para (re)apresentar o passado⁸⁹.

⁸⁸ JBV, Boa Vista, 15\09\1973.

⁸⁹ MAUAD, Ana Maria. LOPES, Marcos Felipe de Bruno. História e Fotografia. In: Novos Domínios da História/ organizadores, Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.



Figura 2 : Visita do Vice Presidente da República Rademaker a capital do Território Federal de Roraima. Fonte: Jornal Boa Vista, novembro de 1973.



Figura 3: Visita a construção da Perimetral Norte. Fonte: Jornal Boa Vista

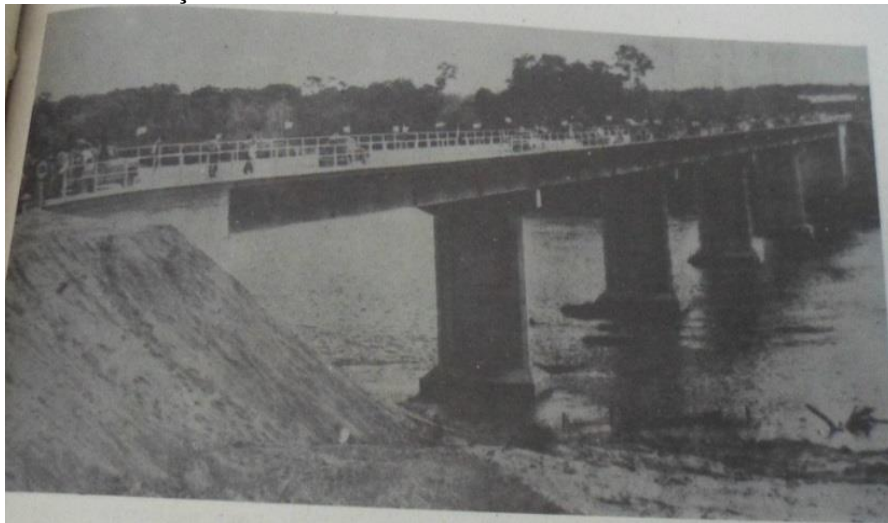


Figura 4: Ponte sobre o rio Mucajaí. Fonte: Jornal Boa Vista, setembro de 1973.



Figura 5: Vice-presidente Redemaker cumprimenta o juiz temporário da comarca de Boa Vista, ao lado do Governador Hélio campos. Fonte: Jornal Boa Vista, novembro de 1973.

De fato, a gestão de Hélio da Costa Campos, financiada pelo projeto de integração do Governo Federal para a Amazônia lhe possibilitou a candidatura vencedora a Deputado pelo Território com o apoio do então Governador e seu sucessor Ramos Pereira. Campos, portanto, foi um dos Governadores desse período que solidificou raízes no Território, entretanto sua base local não durou muito tempo, e isso foi demonstrado nas eleições para prefeitura da capital Boa Vista, concorrendo com o ex-Governador Ottomar, teve uma votação pífia. Contudo, o seu nome voltou a ser lembrado pelas suas obras quando Governador o que resultou em uma votação grandiosa para Senador da República pelo recém-criado Estado de Roraima. Hélio Campos foi eleito com quase trinta mil votos, em um contingente de 86. 226 eleitores⁹⁰.

A estratégia utilizada pelo Governador atendia os interesses locais, cujo uso de dinheiro federal o fez um grande conquistador da população local que vislumbrada pela construção da maioria da infraestrutura que potencializava uma melhoria na qualidade de vida desta população. Desta forma todos os seguimentos sociais foram cooptados, como podemos observar na abordagem de Souza (2009),

⁹⁰Dados do Tribunal Regional Eleitoral, 1990.

O governo mandava um ônibus pegar os alunos nas escolas e levava todos para frente do Palácio 31 de Março e de lá, seguiam em direção as novas construções; dentro dos ônibus era só alegria, íamos e voltávamos cantando músicas ufanistas, mas, para nós crianças pouco importava, misturávamos marchinha de carnaval a outras músicas e só parávamos de cantar quando chegávamos as escolas, ao chegar os professores reforçavam a importância e os benefícios que estas obras trariam para o futuro do Território. Essa estratégia é utilizada na sua maioria em tempos de governos autoritários, cujo objetivo é utilizar-se dos aparelhos ideológicos do Estado para autopromoção e até mesmo difundir nas escolas a consciência do “pequeno cidadão” e a importância do novo regime⁹¹.

Com o término do governo de Hélio Campos, o comando do Território Federal de Roraima ficou sob a direção do Coronel Aviador amazonense Ramos Pereira. Segundo Freitas (1993), Pereira ficou conhecido no Território pela sua intransigência e sua postura firme, o que lhe rendeu uma grande resistência das lideranças locais, como a indisposição com a família Brasil, que migraram para o (MDB). No entanto o que podemos observar durante o governo de Ramos Pereira nas aparições em público nos eventos inaugurais e visitas ao interior, uma incansável postura populista de ir ao encontro do povo, de abraços, beijo em crianças e um aparato de correligionários, muitos, membros dessas lideranças das quais se refere Freitas.

Para Freitas (1993) e Santos (2013) uma característica importante de seu governo foi que Ramos Pereira se apresentava como um entusiasta do II PND Freitas e para isso procurou construir as bases para a implementação da política desenvolvimentista do governo militar. Durante o seu governo que foi concluída a construção da BR 174, significando uma vitória das perspectivas de integração do Território com o resto do Brasil, e, sobretudo serviu para a implantação dos projetos de colonização. Ramos Pereira defendeu em seu governo a construção da Hidrelétrica da cachoeira do Bem-Querer com o objetivo de resolver o problema energético⁹². Sua política teve como aporte estrutural o chamado POLAMAZÔNIA, que também buscava fomentar o investimento no setor agropecuário do Território, como podemos observar no Relatório de Atividades Governamentais (1978);

A divisão de Fomento, Produção Animal e Vegetal atende em caráter de revenda aos agricultores e pecuaristas que venham a necessitar da aquisição de produtos (sementes) e implementos agrícolas que tenham sido diagnosticado pelos técnicos (veterinários e Agrônomos), nos projetos quer financiados ou não. Para esta área foram gastos recursos da ordem de Cr\$ 2. 800.000,00 na aquisição de implementos, vacinas, defensivos, adubos e sementes. Os recursos totais de apoio na área de Colônias Agrícolas no ano de 1978 foram de ordem de: Cr\$ 13.136.703,00, incluindo dotações de recursos do F.P.E., próprios e recursos do POLAMAZONIA (p.07).

⁹¹ SOUZA, Sônia Suely Soares, VIEIRA, Jaci Guilherme. Roraima: Território Federal Sob o Governo Militar. (1964-1985) Textos e Debates de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima: Centro de Ciências Humanas. Boa Vista\RR, Editora da UFRR, CCH, 1995.

⁹²JBV, Boa Vista, 24/07/1976.

Durante o lançamento deste projeto, o Jornal Boa Vista dedicou capa e duas páginas para seu anúncio:

“POLAMAZÔNIA a Revolução do Desenvolvimento”, (manchete da capa, JBV)
“O presidente Geisel lançou Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – 4 Bilhões de cruzeiros em 15 Projetos – 2 deles em Roraima – o Decreto – a presença de Ramos Pereira”
“Geisel Lança POLAMAZÔNIA” (manchete, pp.4-5)⁹³

Dando ênfase ao referido projeto, a matéria jornalística faz o detalhamento do POLAMAZÔNIA, como o redentor dos problemas de desenvolvimento no Território Federal de Roraima, e publica, na íntegra, o Decreto criador.

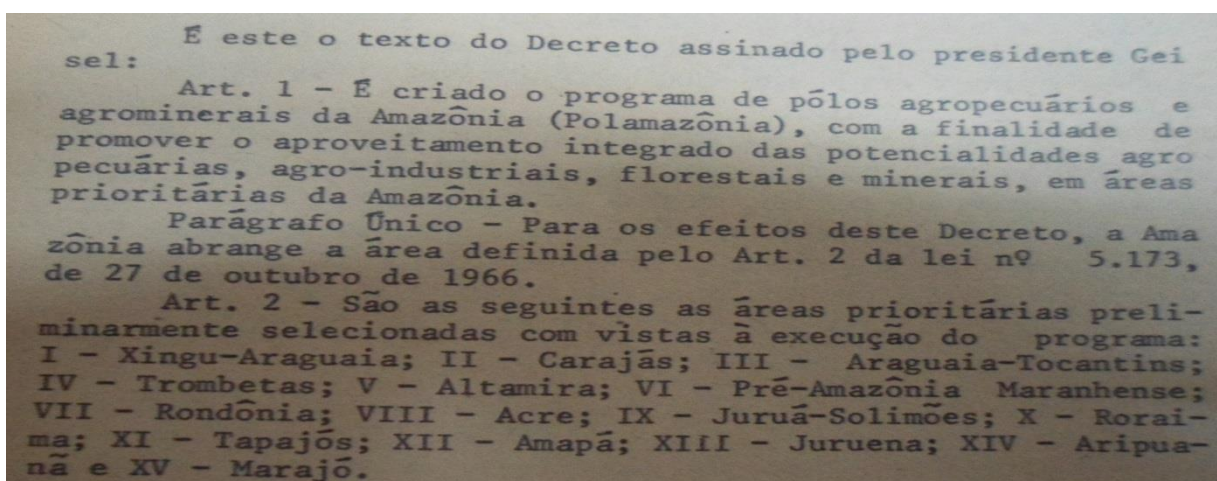


Figura 6 Decreto que cria o Poloamazônia.

No bojo propagandístico do POLAMAZÔNIA, segue o texto do jornal explicitando a importância para a consolidação da estrutura desenvolvimentista.

A exposição de motivos, assinada pelos Ministros do Interior, Planejamento, Fazenda, Indústria e Comércio, Minas e Energia, Agricultura e Transportes, se estende ao longo da redação de 15 longos itens, discriminando áreas e estratégias relativas aos 15 pólos estabelecidos. Roraima é o X Pólo e a sua justificativa tem a seguinte redação: X) Roraima – a área considerada prioritária com vistas as ações governamental compreende a porção do Território situada a oeste do Rio Branco e ao norte do Rio Catrimâni até as vertentes da serra Pacaraima, A rede hidrográfica regional é formada pelo Rio Branco e seus afluentes da margem direita, o Uraricuera, o Mucajaí e o Catrimâni. Predominam, acima da Perimetral Norte, latos- solos vermelho-amarelos, propício para pastagens⁹⁴.

⁹³ JBV, Boa Vista, 29\09\1974.

⁹⁴ JBV, Boa Vista, 29\09\1974



Figura 7 Mapa dos Polos do Polo Amazônia. Fonte: Jornal Boa Vista.

Um projeto que foi bastante defendido por Pereira foi a construção da hidrelétrica do “Bem Querer”, situada no município de Caracaraí, atualmente criticada pelos movimentos sociais⁹⁵, as corredeiras, na visão do Governador, seria a região ideal para resolver o problema de energia no Território. Desta forma, transitou pelos diversos ministérios em busca de apoio para esse que ele considerava um importante mecanismo de desenvolvimento local. Com a liberação e autorização dos Ministérios do Interior, Minas e Energia e Agricultura sobre a construção da hidrelétrica, o Jornal Boa Vista transcreveu a nota do jornal A Crítica de Manaus:

A conquista do “Bem Querer”

Uma notícia boa, dentre as tantas más que temos recebido para a Amazônia interior com o cerco de restrições à Zona Franca de Manaus, está ecoando na região, abrindo-lhe sem dúvidas perspectivas realmente alvissareiras no que tange a nossa libertação definitiva do problema de energia elétrica para o futuro. O Governo Federal, com a aprovação dos Ministérios do Interior, de Minas e Energia e Agricultura, acaba de aprovar o repasse de recursos da Sudam a Eletronorte iniciar os estudos do aproveitamento hidrelétrico da cachoeira do “Bem Querer”, no vizinho Território de Roraima à altura da cidade de Caracaraí, incluindo a construção de uma eclusa que virá permitir a navegabilidade pelo Rio Branco até Boa Vista.

Recorda-se que os planos primitivos davam preferência pela localização daquela hidrelétrica na bacia do Rio Cotingo, na fronteira com a Venezuela. Coube ao Governador Fernando Ramos Pereira chamar atenção e despertar os interesses das autoridades do país, as quais os problemas está afeto, para as maiores possibilidades do “Bem Querer” e suas melhores conveniências para distribuição de energia ao próprio Território à zona rural abrangida por toda extensão da rodovia Boa Vista-Manaus e a

⁹⁵ Durante a proposta de construção da hidrelétrica nas corredeiras do “Bem-Querer” que ainda está sendo discutida no plano Federal, houve vários eventos de manifestações por parte dos movimentos sociais ligados aos sindicatos de trabalhadores rurais e a igreja católica. Durante o evento conhecido como: “Grito dos Excluídos” (2013), organizado desde 1995 pelas pastorais sociais, fizeram uma caminhada da cidade de Iracema as corredeiras de “Bem-Querer” contra o projeto.

própria capital amazonense, como força complementar a geração da usina do rio Uatumã, também já em frase de projeto. Isto além da construção da eclusa que libertará todo o rio Branco, sem os obstáculos das cachoeiras na época das secas quando Boa Vista isolada das comunicações fluviais pela calha do caudal que a liga Manaus⁹⁶.

O que ficou marcado com maior ênfase durante o seu governo foi, sem dúvidas o término da construção da BR 174, pois no campo do que propunham linhas mestras da ordem integracionista principal bandeira militar para a Amazônia, a conclusão da estrada Manaus-Boa Vista apresentava-se como uma grande vitória. A conclusão da rodovia 174, era esperada com grande expectativa pelos moradores do Território, sobretudo corroborava para intensificar a ocupação através das migrações no seu itinerário. A Ligação de Manaus com a Vila de Boa Vista do Rio Branco já era um sonho desde o século XIX, período em que se desenvolveram alguns projetos de sua abertura. No ano de 1893, o senhor Sebastião José Diniz foi contratado para coordenar o trabalho da Manaus-Boa Vista.

Mais que a busca de uma integração regional lograda nos pressupostos do governo militar para a Amazônia, sob a égide da Segurança Nacional, a rodovia BR 174 fazia parte de um amplo projeto de ligação com as três Américas, pois no seu plano original essa estrada bifurcava-se na capital Boa Vista fazendo surgir a da BR – 401, rumo às povoações de Normandia e Bonfim, na fronteira com a República da Guiana;

A BR -401, pela BR – 174, integra-nos ao sistema Pan-Americano. Com 240 quilômetros em território roraimense, proporciona-nos as duas grandiosas ligações. A ligação internacional e a que se estende pela BR – 174 até Manaus. Do Amapá a Perimetral-Norte atinge Roraima até Mitu, fronteira Brasil-Colômbia, com 2.588 km. No Acre, encontra-se com a Transamazônica, chega ao Cruzeiro do Sul, Alto Juruá, liga-o a Cucuí, fronteira Amazonas-Venezuela. A Perimetral-Norte, de fato, através de conexões com a Transamazônica, BR -174, quando em tráfego, nos abrirá caminho do atlântico as fronteiras da Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. Daí a suma importância da BR – 174. Ligará Brasília a Caracas através da Cuiabá-Porto Velho Manaus-Caracará Boa Vista-Marco BV-8, fronteira de Santa Helena do Uairém El Dorados-Caracas. O percurso da BR-174, quando terminada, será: CÁCERES-VILHENA-CANUMÃ-CARREIRO-MANAUS-CARACARÁ-BOA VISTA-BV8 (Venezuela). De Brasília a Caracas, é um elo entre dois Hemisférios. É dividida pelo círculo do Equador. Distingue-se, assim, imaginariamente, como em termos de metade do globo terrestre. De Cáceres ao marco BV8, terá extensão de 2.860 km. Nesse total, incorpora 188 km. Da BR-080 (Brasília-Manaus) e 131 km da Perimetral-Norte (BR-210). Como seguimento da Brasília-Caracas é, por isso, uma rodovia Transcontinental⁹⁷.

⁹⁶ Jornal A Crítica, Manaus, 24\05\1977.

⁹⁷ SOUZA, João Mendonça de. A Manaus Boa Vista: roteiro histórico. Editado pelo Governo Federal de Roraima: Manaus, 1977.

O fato é que a Manaus - Boa Vista, concluída nos seus 775 km, em 1977, representava um marco na história de ligação entre o antigo Território Federal de Roraima com o restante do Brasil, como evocavam os militares e os geopolíticos da época. Foi inaugurada pelo vice-presidente da República, General Adalberto Pereira dos Santos. O ato inaugural contou com a presença de várias autoridades federais e regionais entre civis e militares: Major Brigadeiro Protásio Lopes de Oliveira; Comandante do Comando Aéreo Regional; General de Exército Vinícius Nazareth Notare, chefe do Departamento de Engenharia e Comunicação do Exército; General de Exército Dyrceu de Araújo Nogueira, Ministro dos Transportes; Cel Fernando Ramos Pereira, Governador do Território Federal de Roraima; Tenente Coronel Luiz Antonio Rodrigues Mendes Ribeiro, Comandante do 6º Batalhão de Engenharia e Construção; Henoch da Silva Reis, Governador do Estado de Roraima; Adhemar Ribeiro da Silva, Diretor Geral do DNER⁹⁸. Todas essas autoridades reunidas demonstram claramente a importância da construção da Manaus Boa Vista e da integração defendida pelo governo militar.

Desta forma, o governo de Ramos Pereira chegava ao fim no Território, do ponto de vista político, o Governador caracterizado como intransigente por Freitas (1993), termina o seu período como chefe do executivo com grandes obras estruturais atendendo a política do Governo Federal. Os conflitos que por ventura tivera com alguns representantes locais parecem obscurecidos pela prática populista empregada durante sua gestão, cujas imagens foram bastante divulgadas no jornal de propriedade do governo⁹⁹. Esses fatos, junto aos depoimentos reforçam que no antigo Território Federal de Roraima a Ditadura Militar não teve a mesma característica de outros centros. Há que se compreender que aqui a peculiaridade de região de fronteiras e, sobretudo, espaço de colonização cujas dinâmicas de projeto de assentamento não produziu uma oposição ao governo militar seja urbana ou rural, não existindo uma burguesia urbana ou um proletariado consolidado.

Dentre os Governadores do período militar aqui analisado, o sucessor de Ramos Pereira no governo do Território talvez seja o mais emblemático, o que mais soube articular

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ O Governador do Território Federal de Roraima, coronel Fernando Ramos Pereira, entende que a missão de sua administração pode reunir-se no binômio: ocupar para desenvolver e finalmente integrar. Na perseguição desse objetivo acaba de cumprir o primeiro ano do seu governo, podendo apresentar uma soma apreciada de trabalho de equipe, com a visão global dos planos integrados do governo da União, fundamentalmente nos setores mais importantes da vida roraimense: educação, saúde, produção e na dinamização e aceleração ainda mais acentuada das condições urbanísticas e de infra-estrutura de Boa Vista, que é o centro irradiador do crescimento de Roraima. (Depoimento do Governador Ramos Pereira, fazendo um balanço do seu primeiro ano de governo, deixa claro os projetos da União para o então Território Federal de Roraima) JBV, 04\05\1975.

características autoritárias com o populismo, cujos resultados o figuram entre um dos Governadores mais lembrados deste período pela população roraimense. Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto, pernambucano de família humilde, chegou ao Território com a missão de dar continuidade às políticas dos PNDs, neste período já com o III PND. Sua capacidade de articulador político já se mostrara mesmo antes de vir assumir o cargo de Governador, como mostra a matéria do Jornal Boa Vista:

“Ottomar Volta a Roraima, traz assessores, visita o interior e nega a formação de seu secretariado” (JBV, 18\02\1979).

“O atual e o futuro Governador atenderam a inúmeras pessoas no Mucajaí, num diálogo franco e cordial” (JBV, 18\02\1979).

“No Mucajaí o Cel Ottomar, dialogou com agricultores, aconselhando-os a organizarem uma Cooperativa” (JBV, 18\02\1979).

“Entrevistado pelo repórter Laucides Oliveira, da Rádio Nacional, o Cel Ottomar confirmou sua vinda como Governador do Território, em março. Pediu apoio da população, visando à continuidade do processo revolucionário e de desenvolvimento de Roraima” (JBV, 28\01\1979).

Como estratégia de governabilidade Ottomar instalou uma política de diplomacia com os grupos de interesses locais, o que lhe conferiu a fama de “Governador da paz¹⁰⁰”, pois soube como ninguém arregimentar para o seu lado lideranças locais. De forma eficiente, formou sua secretaria com representantes das duas correntes políticas locais, deixadas por Pereira. De um lado, os partidários de Hélio Campos eleito Pela ARENA, com os votos de oposição ao governo Ramos Pereira e, do outro lado, os correligionários de Júlio Martins, também eleito pela ARENA, e os amigos de Ramos Pereira.

Portanto, tratava-se de duas correntes antagônicas, e Ottomar procurou pacificar a situação, procurando tê-los no seu governo. Para a Secretaria de Planejamento escolheu Getúlio Cruz, que representava a ala “nativa” de seu governo; ainda compunham o primeiro escalão do seu governo: Mozarildo Cavalcanti, Luiz Aimberê, Haroldo Amoras, Alcides Lima e Terezinha Calegari. Com isso, o início do governo Ottomar foi traduzido em diversos projetos, sobretudo no setor da agricultura.

¹⁰⁰ Segundo Santos (2013), Ottomar chegou a receber em um baile oficial o diploma, em couro de carneiro. (p 128).

Uma característica mais acentuada, que diverge as duas maneiras de governar entre Ottomar e seu antecessor, foi o grande investimento do segundo em intensificar os projetos de colonização. Já que Ramos Pereira não tinha nenhuma intenção de colonizar o sul do estado com incentivo na migração nordestina. Foi nesse período que ocorreu um grande esforço de povoamento do Território, sobretudo no seu interior, que possibilitou a consolidação de várias colônias como: Alto Alegre, Taiano, Cantá, e Mucajaí e novas frentes foram abertas: no São João da Baliza, Três Corações, Bonfim, Novo Paraíso, São Luiz do Anauá, Confiança I, II e III.

Outro grande projeto megalomaniaco típico de governos populistas, iniciado e nunca concretizado, pensado pelo Governador Ottomar Pinto foi a construção de um polo açucareiro atendendo a perspectiva de um desenvolvimento local para colocar a massa de migrantes em ocupação, justificando assim o caráter do Território como local de futuro promissor.

Na entrevista que concedeu a imprensa, na sala Vip do aeroporto, o Governador Ottomar de Souza Pinto declarou que o projeto de implantação neste Território de uma agroindústria canavieira terá uma cota inicial de produção na ordem de 600 mil sacas anuais de açúcar e cerca de 120 mil litros diários de álcool, produção está voltada para o álcool-química.

O brigadeiro disse ainda que já no mês de maio está prevista a chegada de diretores do grupo Control Projotec, empresa “holding” de diversos empreendimentos da agroindústria açucareira e alcooleira do Nordeste. Com a finalidade de organizarem uma empresa destinada a atuar no setor industrial canavieiro, a qual, segundo Ottomar Pinto, propiciará a criação de três mil empregos direto no Território, além de provocar a criação de uma cooperativa dos plantadores de cana-de-açúcar. Disse ainda o brigadeiro que, “esse empreendimento fornecerá alimentação para o gado que essa empresa pretende instalar em Roraima, com o aproveitamento dos subprodutos da cana, ou seja, o bagaço, o melaço e a ureia, tanto no setor de corte, como no leiteiro¹⁰¹”.

Um dos graves problemas ainda hoje é a insegurança energética, durante sua gestão, acompanhando seu antecessor, o Governador Ottomar projetou também a construção de uma hidrelétrica para resolver o problema energético no Território, só que para ele a construção da hidrelétrica deveria ser no Rio Contingo, área indígena, e não nas corredeiras do “Bem-Querer” como queria Ramos Pereira, em matéria do JBV.

[...] um dos tentos mais importantes, marcados pelo brigadeiro Ottomar de Souza Pinto durante sua estada em Brasília, foi, sem dúvida, a comunicação que recebeu do ministro do Interior Mário Andreazza, de que a Usina Hidrelétrica de Cotingo, a ser construída em breve neste Território, será financiada com recursos do FINEP. Segundo o Governador, o projeto da Hidrelétrica encontra-se em fase bastante adiantada, estando os seus estudos sendo feitos pela empresa paulista Eletro-Projetos S.A.¹⁰².

¹⁰¹ JBV, Boa Vista, 24\03\1979.

¹⁰² JBV, Boa Vista, 24\03\1979.

A proposta de construção de hidrelétrica e de uma Usina de produção de açúcar e álcool no Território deixa claro que o embrião da política dos governos militares na Amazônia, na sua parte mais setentrional, era consolidar uma estrutura para garantir uma colonização mais intensa nesta área de tríplice fronteira. Esta região se apresentava como o último oeste (CARDOSO & MULLER, 1978), ou seja, grande parte das terras do Território Federal de Roraima continuava inexplorada. Nesta lógica, o Estado passa a ser sujeito histórico, já que não existia uma burguesia consolidada, e muito menos um proletariado, desta forma, intervém para assegurar as condições para intensificando a colonização por meios de empresas como a Control Project, anunciada nos estudos de implementação da Usina de açúcar no Território¹⁰³. Destarte, durante a gestão do brigadeiro Ottomar Pinto, a expansão demográfica foi um fator decisivo para as novas frentes de povoamento da chamada última fronteira agrícola, por migrantes nordestinos, como se pôde constatar, essa proposta de promover uma nova frente de migração tinha novo interesse, o de transformar esse território em estado.

Pressionado pelo intenso crescimento demográfico, que nos obriga a promover a abertura de novas frentes de colonização para fixação de migrantes, e a prover de serviços públicos essenciais, as comunidades recém-criadas, fazendo chegar tais serviços ao interior das densas matas onde o colono trabalha a terra e reúne e abriga seus familiares, sente-se o governo compelido a realizar numerosas despesas, que transcendem os limites das tradicionais fontes de recursos com que contava. Esse grave problema que vem enfrentando os Governos de Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Pará e algumas outras áreas especiais que têm sido eletivamente escolhidas por milhares de famílias brasileiras, tangidas pela seca, pela pobreza, pelo minifúndio, pela falta de oportunidade de trabalho, aqui para a região amazônica, onde a largueza generosa da geografia, lhes abre perspectivas promissoras de uma vida melhor e reacende esperanças, em almas onde o desespero e o desalento já se haviam instalado. Dentro dessa moldura que reflete realidades inobjektáveis de nossa imensa e estremecida Pátria, peço vênua a Vossa Excelência para apresentar a relação discriminada de programas, que contemplando trabalhos de indiscutível essencialidade para o progresso de Roraima, bem-estar de seu povo e o avanço surpreendente da economia do Território, merecem ver completados os recursos captados em diversas fontes, com os do Fundo Especial (FE), com condição necessária e suficiente para sua viabilidade¹⁰⁴.

Em tese, essa política de colonização serviu para as aspirações políticas futuras de Ottomar Pinto. No seu governo, a antiga ARENA se transformou em PDS, e essa mudança exigiu a formação de uma comissão provisória composta por nove pessoas, com o objetivo de

¹⁰³ Recentemente foi cogitada a construção de outra Usina de produção de açúcar, sob o Comando da empresa Biocapital, após estudos de impactos ambientais e algumas audiências públicas foi embargado pelo Ministério Público.

¹⁰⁴ Apresentação do Programa Anual de Governo do Território Federal de Roraima, no ano de 1980, enviado ao Ministro do Interior pelo então Governador Ottomar de Sousa Pinto. O documento explicita o pensamento político de ocupação e colonização com migrantes nordestinos, e um paradoxo em um possível desenvolvimento na economia local e debilidade econômica justificando o pedido de aumento de recursos do Governo Federal.

fundar novo partido. Fizeram parte dessa comissão: da parte do Deputado Julio Martins Luiz Aimberê, Alamir Casarim e Heronides Souza, da parte do Deputado Hélio Campos Mozarildo Cavalcanti, Diomedes Oliveira e Oder Brasil, da parte do Governador Ottomar Pinto ele mesmo, Getúlio Cruz, e Alcides Rodrigues dos Santos. O objetivo desse grupo era assessorar politicamente o Governador. Entretanto, essa comissão logo se torna inócua, com as mudanças na postura centralizadora e pela ascensão política de Ottomar e o surgimento da liderança de Marluce Pinto, primeira-dama no contexto político local¹⁰⁵.

Essa forma de governar surpreendeu até seus aliados, muitos dos quais não seriam aliados por muito tempo, Ottomar tratou logo de consolidar uma base eleitoral a partir do grande contingente de migrantes cujas bases ele forjou ao incentivar a migração para o Território Federal de Roraima. Neste contexto, foi com Ottomar que o antigo Território viveu um apogeu do populismo militar. As práticas assistencialistas como: entrega de cestas básicas, de brinquedos para crianças, materiais agrícolas, enxovais, rede e peixe na semana santa eram uma constante durante sua gestão que o fez um Governador adorado pelo povo, essa influência e populismo cresciam com o enorme fluxo migratório estabelecido em seu governo, reforçando o contingente eleitoral e a sua liderança. O texto de introdução do Programa Especial de Desenvolvimento PED (1989), demonstra esse crescimento demográfico,

Desde o início da década de 80 até os dias atuais, Roraima experimentou taxas geométricas de incremento populacional, anual, da ordem de 12,63%, ficando muito acima da média nacional. Apesar de ter uma densidade populacional de apenas 1,3 hab\Km² e ser um Estado em fase de ocupação (colonização) já concentra 47,96% vive na cidade de Boa Vista.

O adensamento populacional verificado nos últimos anos trouxe para a capital sérios estrangulamentos, e como consequência, surgiu o desemprego e subemprego, problemas habitacionais, crises de abastecimento, falta de infra-estrutura básica como abastecimento d'água, coleta de lixo, saneamento básico, transportes coletivos, além da marginalidade social que agravou o problema da segurança pública do Estado¹⁰⁶.

O diagnóstico do Programa Especial de Desenvolvimento nos proporciona perceber o grande crescimento populacional ocorrido no final da década de 1970 e início da década de 1980, cujos resultados acabaram contribuindo para o alargamento dos problemas sociais advindos do surto migratório deste período, cujo programa busca mitigar através de investimentos em estruturas, sendo esse um dos principais desafios do novo Estado da

¹⁰⁵FREITAS, Aimberê. Política Administrativa do Estado de Roraima. 1943-1985. São Paulo: Editora Umberto Calderaro, 1993.

¹⁰⁶ Programa Especial de Desenvolvimento (1990-1994). Ministério do Interior – Governo de Roraima. Outubro de 1989.

Federação que se efetivará sob o comando de Ottomar primeiro Governador eleito, tema de nossa abordagem no capítulo subsequente.

Todo esse fator é claro tornaram a conjuntura política local um estopim no grupo do recém-fundado PDS, que já nas eleições de 1982 partiu-se ao meio, quando elegeu quatro Deputados: pela ala do Governador Ottomar Pinto, Alcides Lima e João Fagundes, e Mozarildo Cavalcanti e Júlio Martins da ala mais nativista¹⁰⁷.

Considerando a Região Amazônica sob o olhar da geopolítica analisada por diversos autores como Becker (1990), Becker, Egler (1994), Santos (2013), as bases de consolidação se configuram a partir dos novos investimentos estruturais explicitados durante a gestão dos Governadores militares no Território. Nesse aspecto, parece que os grandes empreendimentos como a construção de obras edificantes mudaram de maneira significativa a capital Boa Vista, expressando na memória dos seus habitantes a consolidação efetiva, visível, do regime militar no antigo Território Federal de Roraima. Vale ressaltar que no caso do Território durante esse período, mecanismos que suscitam a memória são bastante utilizados como forma de manipulação das informações trazidas pelo Jornal Boa Vista, mostram um olhar do próprio governo, ou seja, ideias, eventos, construções que marcaram o cotidiano das pessoas.

Para Martins (2010).

No caso de Roraima, um conjunto de políticas e obras públicas impactou de modo significativo o cotidiano de quem vivia no Território Federal, permitindo que, em vinte anos – entre o início da década de 1970 e o final da década de 1980 –, o total da população no Território Federal de Roraima passasse de 40.885 para 217.583 habitantes. A chegada de migrantes de todos os lugares do Brasil – e a consequente alteração do cotidiano do Território e da cidade de Boa Vista – trouxe à tona a questão da identidade roraimense. Nesse contexto, o apelo do grupo denominado de "filhos da terra" à história escrita para diferenciar-se dos demais habitantes é um exemplo de invenção de tradição que deve ser considerado como uma ação direta em busca da formação de uma identidade local. Seu estudo pode oferecer, portanto, pistas de como se constituíram, em Roraima, as disputas concernentes à configuração da memória e da identidade coletivas. (pp. 30-31).

O Território Federal de Roraima, inserido no Plano Nacional de Desenvolvimento apresenta as características delineadas pelas suas ações de integração e ocupação colocada no bojo da geopolítica militar para a Amazônia, as políticas de construção de infraestruturas como as malhas viárias vão ser intensamente intensificadas pelos chefes do executivo. Desta forma seus impactos não ficaram somente na esfera edificante, cujos resultados foram o crescimento

¹⁰⁷Idem.

populacional neste período, mas na busca de enaltecer as atividades através do periódico publicado pelo governo territorial, e, depois, na escrita da história chamada memorialista desenvolvida pelos “filhos da terra”.

Desta forma, a história vivida nestes anos da ditadura militar no antigo Território Federal de Roraima foi marcada pelas políticas de Integração Nacional, cujas bases estruturantes marcaram a realidade local, modificando, de forma significativa, as estruturas físicas, mas, sobretudo, fez emergir símbolos e signos de desenvolvimento. Nesta lógica, a maioria da população que viveu esse período carrega em sua memória um tempo de “prosperidade” evidenciado através das estruturas edificadas, mas também as estratégias e ações assistencialistas e populistas postuladas pelos Governadores que, nas suas especificidades governamentais, souberam forjar as bases políticas do que viria a ser o novo Estado da Federação com o processo de redemocratização do país e com o advento da Assembleia Constituinte, cujo papel dos representantes do Território foi crucial na transformação em Estado da Federação, escopo do próximo capítulo.

3. A CRIAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA

3.1. DE 1985 A 1991: O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO, A LUTA PELA CRIAÇÃO DO ESTADO, A REORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS POLÍTICOS.

A década de 1980 se configurou como um momento importante para a redemocratização da política brasileira. As lutas sociais se espalharam pelo Brasil, o movimento pelas Diretas Já ganhou força, o poder dos militares já se deteriorava, tornando insustentável a permanência de um regime fechado e ditatorial. Era o processo de abertura política, depois de um logo e duro período de Ditadura;

O final dos anos de 1970 e a década de 1980 assistiram, por toda a América Latina, a um intenso movimento de redemocratização, com a substituição das ditaduras militares que desde várias décadas dominavam o panorama político continental, não sendo o Brasil um caso único ou modelar do processo de transição democrática, embora, é claro, guarde como veremos inúmeras especificidades (SILVA, 2009 p.246).

O processo de redemocratização tem seu período de transição sob o comando do General Geisel, que apesar de fatores externos e internos, como a pressão internacional que provocara o esgotamento desses modelos autoritários na América Latina, crescia os movimentos de oposição à ditadura no Brasil. Neste cenário ocorrera, mesmo com resistência dentro das Forças Armadas, cujos grupos ligados ao Serviço Nacional de Informação- SNI tentaram desestabilizar o processo com vários atentados a bomba nos anos de 1979 e 1980. Mesmo assim a redemocratização ocorreu inicialmente sob o controle dos militares, no que eles denominaram de “lenta, gradual e segura”, e, num segundo momento com a participação dos movimentos sociais e partidos de oposição¹⁰⁸.

De fato, algumas tensões foram provocadas durante a eleição, por conta da vitória no colégio eleitoral do candidato a presidente da oposição, Tancredo Neves, tendo como Vice o ex-presidente nacional do PDS, José Sarney. No entanto, Tancredo Neves nem chegou a assumir, adoecendo logo após sua vitória e falecendo em seguida, assumindo a presidência o vice José Sarney (COUTO, 2003, p. 238).

Depois de duas décadas a sociedade brasileira parecia empolgada para um novo tempo onde prevalecia a democracia, todavia encontrava-se atônita com a morte daquele que naquele

¹⁰⁸ Ver maiores detalhes do processo de redemocratização em:(SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985.

momento representara o ícone do processo de retomada do regime democrático e no qual estavam depositadas as esperanças de mudança. Apesar de não ter sido violenta a transição ela foi tensa, existindo em alguns momentos reuniões de oficiais do exército com discursos onde classificavam a conjuntura política brasileira de pré-revolucionária e Tancredo Neves como ponta-de-lança do comunismo¹⁰⁹.

Nesse período, os Governadores dos Territórios continuam a ser indicados politicamente, sendo escolhidos, por voto direto, os Prefeitos das Capitais. Entretanto, a escolha em Roraima foi retardada por causa do agravamento da doença do Presidente Tancredo Neves. Esse fato causou inquietação nas lideranças locais. Em uma sessão de cinco de março de 1985 o Deputado Federal pelo PFL, acusa a interferência do Governador do Amazonas Gilberto Mestrinho no processo de escolha. Na sessão do dia dezenove do mesmo mês o Deputado Mozarildo Cavalcanti¹¹⁰ declara esperar que o processo de nomeação de Governador de Roraima “(...) obedeçam pelo menos a critérios que levem em conta as lideranças políticas locais, que levem em conta os valores daquele povo, que sofra com nosso povo”. Em sessão do dia 29 de maio do mesmo ano, o Deputado Alcides Lima declarava na mesma Tribuna:

O clima de expectativa que antes existia no Território, com o advento da Nova República, começa a se transformar em angústia e desencanto, com tendência para o caótico. Ainda ontem, estive nessa tribuna, fiz considerações contundentes e, hoje, faço um apelo, em tom quase patético, ao Presidente José Sarney que decida o quanto antes, sobre a nomeação do Governador de Roraima. Tenho em mãos, Sr. Presidente, telex enviado pela OAB/Seção de Roraima, cuja transcrição nos Anais da Câmara, solicito a V. Excelência como fonte do meu pronunciamento, dando conta de que aquela seccional, decidiu, por unanimidade: paralisar as atividades advocatícias em todo o Território, bem como pôr-se em reunião permanente, enquanto não for nomeado o nosso Governador. Por outro lado, a Associação Comercial de Roraima, pretende tomar atitude idêntica, inclusive, com o fechamento das portas dos estabelecimentos comerciais, se no decorrer desta Semana não for nomeado o dirigente do governo roraimense. Só isto já nos dá ideia, sem falar em outras confusões existentes que ainda existirão da situação caótica em que vive o Território com prejuízos incalculáveis para a sua população. Entretanto não posso deixar de hipotecar a minha solidariedade a esses movimentos, justos e legítimos, que fazem as lideranças dos vários segmentos da sociedade roraimense principalmente quando sinto bem de perto, aqui em Brasília, que o assunto está sendo, empurrado do para frente sem data para ser definido. Assim, lanço mais uma vez o meu apelo ao eminente Presidente José Sarney que faça voltar os olhos e os ouvidos do Governo da Nova República para o clamor do povo roraimense nomeando imediatamente o Governador do Território Federal de Roraima¹¹¹

¹⁰⁹COUTO, Ronaldo Costa. História Indiscreta da Ditadura e da Abertura, Brasil: 1964-1985. São Paulo, Ed. Record, 2003.

¹¹⁰Discurso na sessão da Câmara dos Deputados: 05 de março de 1985.

¹¹¹ Discurso do ex-Deputado Federal pelo Território Federal de Roraima Alcides Lima, Plenário da Câmara Quarta Feira, 29 de maio de 1985. Diário do Congresso Nacional, Ano XL, - nº 056.

Nesses apelos dos Deputados Federais reforçados pelos políticos locais, além do embate contra o que esses representantes denominavam de interferência de políticos forasteiros aos interesses locais, trazia no seu bojo perspectivas para futura criação do Estado de Roraima como forma de garantir uma possível autonomia, cujos interesses se lograram *a priori* em duas vertentes: uma política se enquadrando a possibilidade de formação de um bloco se não coeso, mais que pelo menos, defendia uma garantia de enfrentamento contra a demarcação de terras indígenas e de interesse ambiental; e outra econômica, objetivando montar aqui empresas de exploração mineral e expansão agrícola, propiciada pela abertura da BR 174 junto ao levantamento feito pelo projeto RADAM¹¹².

Após uma longa espera, no ano de 1985, assume o Governo do Território Federal de Roraima Getúlio Alberto de Souza Cruz, representante das forças locais. Um jornal local anunciara assim a escolha de Getúlio Cruz: “Getúlio, uma esperança para Roraima’: Uma vitória incontestável. Uma vitória do entendimento, da composição e da conciliação”. Este, o resultado e as causas da escolha de Getúlio Alberto de Souza Cruz para governar o Território Federal. Com o fim da era dos Governadores Militares, espera-se uma nova vida para Roraima. A escolha de Getúlio é o acordo entre o PFL e o PMDB. (Jornal Folha de Boa Vista, 28 de junho de 1985).

Em entrevista com o ex-Governador Getúlio Cruz, ele explica como se deu a sua indicação para o governo do ex-Território¹¹³.

¹¹² Nesse contexto foram propostos projetos de exploração mineral, como o do Deputado Federal Mozarildo Cavalcanti. Em discurso no plenário da Câmara, Cavalcanti cobra a aprovação de projeto. Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao assumir a cadeira de Deputado Federal pelo Território de Roraima trouxe para o debate da Câmara, projetos de lei e outras proposições, dispondo sobre os problemas que afligem a vida daquela Unidade da Federação, dentre os quais destaco a exploração de nossas riquezas minerais, hoje extremamente prejudicadas pela ação da FUNAI. Desta forma, apresentei, no primeiro ano do meu mandato, o Projeto de Lei nº 9 1.179, que dispõe sobre a exploração da jazida mineral de cassiterita na região do Surucucus. O projeto foi distribuído regimentalmente para as Comissões de Constituição e Justiça, Minas e Energia e do Interior, sendo aprovado em todas elas. Posteriormente, com a criação da Comissão do índio, a Senhora Cláudia Andujar pressionou seu Presidente para que a propositura fosse também submetida à apreciação daquele órgão técnico, o que foi deferido pelo Sr. Presidente da Câmara. Ocorre que o objetivo da manobra era o de retardar ao máximo o andamento da proposição. Passando quase um ano, somente agora o Relator, Deputado Márcio Santilli, do PMDB de São Paulo, apresenta um longo parecer concluindo pela rejeição do projeto (Diário do Congresso Nacional, Ano XL – N 015. Sexta Feira, 22 de março de 1985).

¹¹³Entrevista com o ex-Governador do ex-Território Federal de Roraima, o economista Getúlio Alberto de Souza Cruz, em 26 de julho de 2008, em seu escritório na sede da Editora Boa Vista.

Quanto da escolha do Governador em 85, o meu nome surgiu por conta do trabalho que eu havia feito como secretário do planejamento, presidente do Banco de Roraima, uma parcela das lideranças significativa chamadas locais me procuraram, Mozarildo, Alcides Lima que na época era Deputado me propuseram indicar meu nome pra ser nomeado a partir de um compromisso ...um candidato que assumisse essa liderança e então surgiu duas outras opções uma do PMDB local que apoiava o advogado Silvio Leite e a outra uma (...) pequenas ramificações locais aqui, mas sobretudo de pessoas de fora baseada num papel que desempenhava apoiava o Luciano de Castro, que havia sido secretário aqui do Arídio e foi pra Brasília e lá montou um lobby na suíte presidencial e essas coisas, e aí o Silvio Leite um certo dia me procura por que essa nomeação o decreto está pronto o doutor Ulysses Guimarães me ligou por que o Ulysses Guimarães era quem trabalhava lá essa nomeação, e eu pensei e eu vim aqui pra de dizer o seguinte te convidar pra gente ir lá pra Brasília e ao Deputado Ulysses Guimarães e a liderança do então PFL, que eu desisto da minha pretensão e que o PMDB daqui te apoia, por que nós não podemos aceitar que alguém lá de Santa Catarina que não tem nada a ver com a nossa história, está bem, então fomos pra Brasília conversar com o Ulysses Guimarães e foi assim que o meu nome apareceu em consenso da maioria das lideranças locais e assim se formou um forte consenso de políticos muito ligado a situação no caso o PFL e ligado ao PMDB, sobretudo o Silvio Leite.

A fala do entrevistado demonstra claramente como representantes ditos locais, almejavam o cargo de Governador do então Território Federal de Roraima sob seus domínios, cuja ação desencadeou na superação de qualquer diferença política em nome de um “consenso” que atendia seus anseios políticos. No entanto, a chamada Aliança Democrática que teve importante papel na eleição do presidente Tancredo Neves e José Sarney, com apoio da bancada do PFL de Roraima não foi construída a partir da retórica consensual que dominava o cenário de publicidade, mas já nasceu rachada no então território como podemos observar no depoimento do Deputado Mozarildo no plenário da Câmara.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o povo roraimense tem vivido ansioso e angustiado desde o dia 15 de março, na expectativa da nomeação do novo Governador do Território, retardada inicialmente pela doença e depois pela morte do Presidente Tancredo Neves. Justificadamente, o Presidente José Sarney necessitava de um tempo para se refazer de tamanho impacto e para reordenar os compromissos e estabelecer critérios para as nomeações do segundo e terceiro escalões do Governo. Não foram poucas as dificuldades que teve de suplantar, enfrentando toda sorte de pressões. Tem tido o Presidente da República a cautela e o equilíbrio necessários para administrar os conflitos oriundos de interesses antagônicos e nem sempre legítimos. No caso dos Territórios Federais, tanto no Amapá como em Roraima, o PMDB não contribuiu com um só voto para a eleição de Tancredo Neves e José Sarney Além disso, foi e é um Partido flagrantemente minoritário nas Câmaras dos Vereadores de todos os Municípios. Em Roraima, a situação é gritante. Uma vez que na eleição de Tancredo Neves e José Sarney somente o Partido da Frente Liberal deu votos - os dos Deputados Alcides Lima e Mozarildo Cavalcanti. Além disso, Possui o PFL 66% das bancadas de Vereadores de todos os roraimenses, contra apenas 19% do PMDB sendo portanto absoluta e cristalinamente majoritário. Para contrabalançar essa desvantagem, o PMDB partiu *para* as mais espúrias alianças, *atraindo* para as suas hostes um Deputado Coronel imposto e eleito pelo PDS por força do sistema militar, com o apoio ostensivo do Brigadeiro Governador da época que não poupou ataques dos mais áspers aos militantes do PMDB chamando-os de ladrões vadios e outros adjetivos ainda piores. Não satisfeitos, atraíram um outro Deputado do PDS malufista ferrenho, defensor do regime racista da África do Sul. Vice-Líder do Governo militar de João Figueiredo, e

que fez violentos discursos contra o Presidente do PMDB de Roraima, tachando-o inclusive de estar envolvido com quadrilhas de ladrões de gado. Mais grave ainda. Obtiveram o apoio do PDS de Roraima através de uma Comissão Interventora esquecido, os chefes peemedebistas roraimenses de que esse foi o partido que se opôs à eleição de Tancredo Neves e José Sarney. Na sua sede de poder, os comandantes do PMDB de Roraima não pararam aí. Partiram para um compromisso uma aliança com os ex-Governadores militares Ottomar Cardoso e Ramos Pereira que foram implacáveis com os peemedebistas enquanto governaram o Território. A conduta aética do PMDB de Roraima associada à sua condição minoritária, não o credenciam para indicar o nome daquele que virá a ser o futuro Governador. Estamos certos de que o Presidente José Sarney saberá ser o árbitro imparcial dessa questão nomeando um elemento capaz de levar a bom termo a tarefa de bem administrar o nosso querido Território de Roraima e que tenha lá o respaldo e o apoio do Partido da Frente Liberal¹¹⁴

Nesse quadro de uma aliança frágil o governo de Getúlio Cruz não durou muito tempo, mesmo com a relativa influência que detinha, já que fora indicado pelos partidos que compunham a base aliada do Governo Federal possibilitando a ele dar continuidade a muitas obras, como: a construção de casas, aberturas de estradas, assentamentos rurais e o projeto de uma hidrelétrica que chegou a ser iniciada. Como percebemos na retórica pefelista de seu ilustre representante no Congresso Nacional a escolha de Getúlio Cruz para governar o Território Federal de Roraima feita através da aliança PFL/PMDB, denominada “Aliança Democrática”, mesmo sendo vitoriosa no ano de 1985 nas Eleições Municipais do Território Federal de Roraima, pois além de garantir a vitória na capital Boa Vista, ganhou em mais seis Municípios, totalizando sete dos oito existentes na época¹¹⁵, se mostrara efêmera.

A permanência fugaz do Governador Getúlio Cruz, membro representante da Aliança Democrática, frente ao comando do Território foi comprometida pela frágil coesão política das quais emergiam diferentes interesses, intensificada pelo assassinato do então Prefeito da capital Boa Vista, em outubro de 1987¹¹⁶ cujo desenrolar respingou no governo de Getúlio, sendo esse cunhado do vice-prefeito. Após o fato em questão Cruz foi o obrigado a licenciar-se, sendo depois exonerado pelo Presidente José Sarney. Outros fatores contribuíram para a perda do mandato governamental, dentre esses recaía sobre Cruz denúncias como as ressaltadas acerca do projeto de drenagem do Rio Branco, em discurso na sessão da Câmara Federal o então Deputado e ex-Governador do território Ottomar Pinto faz sérias denúncias ao projeto,

¹¹⁴ Discurso do Deputado Federal Mozarildo Cavalcanti. Diário do Congresso Nacional – Ano XL N 069. Brasília, quarta-feira 19 de junho de 1985.

¹¹⁵ ALIANÇA DEMOCRÁTICA, Vence nos sete municípios. Jornal O Roraima, 20 de novembro de 1985.

¹¹⁶ O prefeito Sílvio Leite já havia sofrido um atentado, como anunciou o Jornal O Roraima, no dia 22 de maio de 1987.

Sr. Presidente com 23 milhões de hectares de solos agricultáveis, tremendo potencial mineral, volumosas jazidas de ouro, diamante, cassiterita, **nióbio, níquel, urânio, zinco e até petróleo**; ricos maciços madeireiros; 40.000 quilômetros quadrados de campos naturais, disponíveis não somente para a pecuária, mas também para a fruticultura e oleaginosas; um contingente numeroso de agricultores, nativos e de outra plagas, todos eles dedicados ao trabalho e ansiosos pelo progresso, Roraima caminhava velozmente na direção de um futuro promissor, até que caiu, bionicamente, na chefia do Governo, o atual governante.

Getúlio Cruz, cuja cupidez só consegue ser superada pela desfaçatez com que vem malbaratando os recursos públicos, alocados pela União para o desenvolvimento daquele sofrido, embora esperançoso povo. Junto às minhas palavras as provas materiais, indesmentíveis, os documentos probatórios da corrupção envolvendo o contrato, inusitado, de dragagem de 340 km do rio Branco desde Caracará até a sua foz, no rio Negro. Numa licitação em que só apareceu licitante o consórcio Servaz/Magna Engenharia: a primeira empresa responsável pela dragagem do rio e a última, atuando como projetista (sic) e consultora da obra.

A Petrobrás não foi sequer ouvida nesse inusitado "negócio" da dragagem de um rio arenoso. Não há precedente, na face da terra, de obra dessa natureza. É impraticável e inútil a execução de dragagem pura e simples de rio arenoso, tendo em vista que, ao se deslocar a draga para um novo sítio, o anterior já estaria assoreado. Seria o mesmo que uma dama perfumar-se com "lança-perfume" para comparecer a uma festa. Um minuto depois já se teria volatilizado o perfume. Palavras de um técnico da Petrobrás. A Magna subscreveu um contrato de Cz\$ 11.181.000 para ser executado num prazo de 36 meses, com início previsto para o dia 11 de abril de 1986. Nesse mesmo dia, 11 de abril, apresentou duas faturas, respectivamente, de Cz\$ 62.500 e Cz\$ 559.050, esta última correspondente a Over-Head: despesas operacionais, sem conexão com materiais empregados ou serviços, efetivamente prestados.

Só Deus e os beneficiários ocultos dessa alta soma sabem do que se trata. Posteriormente, no dia 10 de dezembro de 1986, apresentou a Magna nove faturas, num total de Cz\$ 3.491.894,84 referentes a serviços que alegava haver realizado. Assim sendo, embora o contrato tenha data inicial de 11 de abril, foi paga uma fatura de Cz\$ 330.364,60 relativa a serviços prestados no mês de março passem, Senhores, mês de março, quando o contrato inexistia. De igual modo foi paga uma outra fatura, do mês de abril, no valor de Cz\$ 320.037,18 quando, ao assinar o malsinado contrato, já embolsou a Magna, e seus cúmplices, indevidos Cz\$ 621.550,00, espoliados do sangue e do suor do sofrido povo trabalhador de Roraima¹¹⁷.

O discurso do então Deputado Federal Ottomar Pinto carregado de denúncias acerca do projeto de dragagem do Rio Branco, mais um projeto mirabolante como os projetos dos governos militares que os antecederam, se configuraram em implicações sérias para a manutenção do governo formada pela Aliança Democrática. Todavia há que se considerar nessa análise que Ottomar Pinto representava naquele momento oposição ferrenha ao grupo do Governador Getúlio Cruz o que não anula totalmente as fontes informativas acerca do caso em questão¹¹⁸. Para o aliado de Cruz na Câmara Federal, em pronunciamento na mesma sessão do Congresso Nacional, as denúncias de Pinto são infundáveis e politigueiras, já que segundo

¹¹⁷ Diário do Congresso Nacional. Ano XLII-N8. Brasília, terça-feira, 28 de abril de 1987.

¹¹⁸ Em recente discurso o atual Deputado Estadual George Melo, referiu-se ao fato, (O segundo grande feito do então Governador, foi a dragagem do Rio Branco. Imaginem os Senhores: o que é dragar um rio de planície sedimentada à Amazônia. Pois bem, Senhores e Senhoras, ele quis fazer isso. Getúlio contratou duas empresas: a SERVAZ, Sedimentos, Construções e Dragagem e a Magno Engenharia LTDA. Torrou milhões e para quê? Para nada. Por conta disso, responde a um processo de nº 199600003491). Diário da Assembleia Legislativa, Boa Vista 22 de outubro de 2013.

Cavalcanti, Ottomar Pinto também tentou realizar o mesmo projeto quando era Governador, e que vai colher informações documentais para refutar o discurso “falacioso” de seu opositor¹¹⁹

Em busca de ratificar documentalmente as denúncias que maculou e contribuiu para desestruturação analisamos as notícias em periódicos do período, mostrando que a provável ligação de seu nome ao assassinato do prefeito Silvio Leite¹²⁰ como estratégia para desestabilizar seu governo não seja o único fato, como aborda o próprio Cruz em entrevista “primeiro houve o assassinato do Silvio Leite, em 87 e algumas pessoas ligadas ao ex-Governador Ottomar Pinto e ao PMDB, tipo Amazonas Brasil, tipo o Almir Queiroz que eu demitir tentaram relacionar meu nome ao assassinato do Silvio”¹²¹. Em outro discurso no Congresso Nacional Cavalcanti confirma a afirmação de Cruz sobre o que eles denominam de estratégia para desestruturar seu governo, ou seja, o governo do PFL, segundo o Deputado em pronunciamento no plenário da Câmara, houve uma orquestração sob a liderança de membros do PMDB local, cujo um dos mentores citado por Cruz, Almir Queiroz teria sido demitido da direção da empresa Centrais Elétricas de Roraima CER em agosto de 1986. Mais ainda, segundo Cavalcanti após o racha do PMDB com O PFL que findou com a “Aliança Democrática”, Ottomar Pinto se aproximou de do PMDB e engrossou as denúncias contra o então Governador¹²²

A exoneração de Getúlio cria uma expectativa pelo nome do novo Governador, e as lideranças políticas locais com o apoio dos empresários esperam que seja escolhido entre eles, sendo, cogitado a volta de Getúlio e o nome de Deputados como Chagas Duarte. No entanto, o Presidente nomeou o General Roberto Klein, mais um “forasteiro” para desespero dos líderes locais que não aceitaram de forma pacífica conforme matéria no jornal “Tribuna de Roraima”, destacada em manchete “Empresários repudiam a intervenção alienígena”, pelo fato de não ter havido “[...] consultas as bases políticas e produtivas locais”. A elite local teve que engolir outra figura alheia a seus interesses, o General Roberto Klein, segundo Freitas (1993) e Santos

¹¹⁹ Diário do Congresso Nacional. Ano XLII-Nº8. Brasília, terça-feira, 28 de abril de 1987.

¹²⁰ Um extenso processo tramita na 1º Vara Criminal, cuja denúncia contra o principal suspeito e réu condenado no caso do assassinato do ex-prefeito Senhor, Sílvio Sebastiao de Castro Leite, o Senhor Telmar Mota. Consta nos autos que no dia 09 de outubro de 1987, por volta de 19:45 horas, na Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, ao lado do Parque Anauá, uma emboscada feita pelo acusado junto com comparsas efetuaram disparos a “queima-roupa”, levando a óbito por hemorragia intracraniana o Senhor Sílvio Leite, conforme Laudo de Exame Cadavérico de fls. 316 a 318. Não havendo nenhuma referência no processo ao ex-Governador Getúlio Alberto de Souza Cruz.

¹²¹ Entrevista com o ex-Governador do ex-Território, o economista Getúlio Alberto de Souza Cruz, 26 de julho de 2008 no seu escritório Editora do Jornal Folha de Boa Vista.

¹²² Diário da Assembleia Nacional Constituinte, Quinta-feira, 15 de Outubro de 1987.

(2013), governou buscando não bater de frente com as forças políticas locais, e dando continuidade as obras deixadas por seu antecessor.

A conjuntura social e política do Território foram tomadas pela presença de milhares de garimpeiros, ávidos pelo ouro que brotava fácil das terras de Roraima em regiões da área indígena yanomami, fazendo com que as forças políticas locais se aliem a esse novo grupo de potenciais eleitores. Segundo Rodrigues (1996) em 1985, fim do regime militar garimpeiros empreenderam um avanço para a região de Surucucu, extraíndo primeiramente a cassiterita, afirmando que forças econômicas e políticas de Roraima apoiaram esse movimento liderado por José Altino Machado e o Deputado Federal João Fagundes. Neste cenário político é que foi indicado o novo Governador. Romero Jucá, ex-presidente da FUNAI, segundo Cruz *apud* Santos (2013), Jucá veio para Roraima para beneficiar a mineradora Paranapanema, mas quando percebeu o movimento de garimpeiros, mudou de posição, e procurou defender em suas ações governamentais a exploração do ouro e a permanência das atividades garimpeiras na terra indígena.

Na ocasião, apresentou o “Projeto Meridiano 62¹²³” que naquele momento foi aprovado pelo Ministério de Minas e Energia¹²⁴. Romero Jucá, político pernambucano, segundo Freitas (1997, p. 124) teve na sua escolha a indicação do velho cacique da política brasileira Marco Maciel¹²⁵. Jucá indicado para Governador do território nesse período de transição, mostrava em seu discurso e ações que representava os interesses empresariais, sobretudo do setor mineral.

¹²³ O Projeto Meridiano 62, idealizado por Romero Jucá contemplava a organização de garimpagem na Terra Yanomamy, dentro das pequenas ilhas reservadas pelo Projeto Calha Norte. O nome refere-se a divisão do Rio Uraricoera o atual limite oeste meridiano 62. (Fonte Jornal do Brasil 11 de janeiro de 1990).

¹²⁴ RODRIGUES, Francilene dos Santos. *Garimpando a Sociedade Roraimense: Uma Análise Sócio-Política*. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) Universidade Federal do Pará, NAEA, Belém, 1996.

¹²⁵ Político da ARENA, Marco Maciel, foi Segundo-Secretário do Diretório Nacional da ARENA (1974-1975), Presidente do PFL (1987-1989), Ministro do Estado da Educação e Cultura (1985-1986), o referido político sempre esteve ligado ao poder, seja na Ditadura ou na Democracia, sua última participação foi como Senador da Republica (2003-2011), em 2013 afastou-se do cenário da política nacional voltando para seu Estado Pernambuco.

Foi também através dessa conjuntura de redemocratização, a criação da União Democrática Ruralista-UDR¹²⁶ local, composta pelos fazendeiros, se apresentava como um importante mecanismo de luta da elite para garantir o poder político e econômico a partir da posse das terras do Estado. A UDR fomentou na política local um elemento conciliador dos grupos políticos, o liame capaz de unificar os interesses dos “nativistas”, e dos “forasteiros”, é a luta contra as demarcações de terras indígenas. Portanto o tema que aproxima os grupos diferentes, ou antagônicos é a briga ferrenha para impedir a retomada das terras indígenas, que foram consolidadas com a Constituição de 1988. Esses conflitos pelas demarcações das terras indígenas colocam bem claros a posição unânime dos grupos de interesses, que os utilizam como “bode expiatório” para a falta de políticas públicas.¹²⁷

Nesse contexto de união dos ruralistas em Roraima, a priori já elegiam um inimigo, criando a ideologia de uma conspiração internacional de invasão das terras do território, como mostra as imagens da manifestação realizada pela UDR, que seria a tônica dos eventos pseudonacionalistas da época;



Figura 8 Manifestação realizada pela UDR. Fonte: Jornal Folha de Boa Vista

¹²⁶ Entidade Nacional criada em 1985, congregando os interesses dos grandes proprietários de terras, chegando a concorrer nas eleições presidenciais diretas de 1989, com Ronaldo Caiado. Atualmente tem grande representação no Congresso Nacional com 160 entre Deputados e Senadores. Aqui em Roraima foi fundada em 28 de agosto de 1987, com uma passeata com faixas de cunho nacionalista e duras críticas ao Bispo de Roraima na época Dom Aldo Mongiano (Jornal Folha de Boa Vista, sexta-feira 04 de setembro de 1987).

¹²⁷VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: a Disputa Pela Terra*. Boa Vista, ed. UFRR: 2007.



Figura 9 Manifestação realizada pela UDR. Jornal Folha de Boa Vista

Segue-se em duas matérias jornalísticas em períodos diferentes a organização dos grupos políticos locais para combater a política de demarcação de terras indígenas garantidas na Constituição de 1988; “Debate mostra as riquezas minerais. O problema do Garimpo no território e a abertura das reservas indígenas para mineração, está reunindo cada vez mais, um número maior de debatedores”¹²⁸

“Manifestação contra a Internacionalização. Ontem à tarde foi realizada mais uma manifestação da comissão contra a internacionalização da Amazônia, em passeata que teve início na Avenida Jaime Brasil e terminou em frente ao Palácio da Fronteira”¹²⁹.

Ao analisar as imagens e as matérias jornalísticas fica claro que a articulação dos grupos dominantes acerca das políticas de demarcações de terras indígenas já antecedia a criação do Estado. Ações como essas, seria uma constante no cenário político local. O interesse de projetar e desenvolver nessa região empreendimentos ligados ao setor da mineração, e, de

¹²⁸DEBATE, mostra as riquezas minerais. Jornal Folha de Boa Vista, 02 de julho de 1985.

¹²⁹INTERNACIONALIZACAO, de Roraima: empresários e agropecuaristas se manifestam. Jornal de Roraima, 23 de janeiro de 1991.

forma clara, para que se efetivasse essa proposta dos grupos econômicos, cujos interesses estavam ligados à forma como se articulavam para o enfrentamento político contrário a essa política “alienígena” do Governo Federal, dependeria do controle sobre a máquina de governo.

Nesse contexto, cria-se a ideologia do perigo internacional, ou internacionalização da Amazônia, como pano de fundo para os projetos de demarcação das terras indígenas, e o discurso recorrente e dominante da inviabilidade econômica ou de empecilho ao desenvolvimento caso se confirme a demarcação da área pretendida pelos povos indígenas em meados da década de 1980, com o advento da Constituição Federal. Para Santos (2013), o conflito era inevitável e se agudiza tendo em vista que era uma região marcadamente ocupada por populações indígenas, e já se se institucionalizara a privatização de terras públicas por empresários e grupos familiares, cuja base econômica como a pecuária e rizicultura é altamente dependente dos recursos naturais.

3.2. SURGE UM NOVO ESTADO: AMPLIAM-SE OS GRUPOS POLÍTICOS

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Território Federal de Roraima, foi transformado em Estado da Federação¹³⁰. “A transformação do Território em Estado abre uma nova perspectiva, um novo espaço político, principalmente institucional, para grupos e lideranças locais, antigos e novos” (SANTOS, 2004, p. 147). Sob esta nova conjuntura política, ou seja, a consolidação do Estado de Roraima possibilita o fortalecimento dos grupos políticos, já estabelecidos e o surgimento de novos grupos e líderes, já que a engrenagem burocrática se alarga ampliando os cargos institucionais nas três esferas: Executivo, Legislativo e Judiciário. Desta forma corroborando com a prática da clientela que permeou e permeia a política do Estado de Roraima.

Transformar o Território Federal de Roraima em Estado era uma antiga reivindicação de Deputados do Território e de um considerável grupo de nativos, intitulados de “minhocas”, que acreditavam que isso poderia contribuir com o fim da intervenção “alienígena” ou dos ditos “forasteiros” no comando do governo, mais que isso, o Estado vincularia na perspectiva dos representantes locais como a panaceia para os problemas estruturais aqui sofridos, mas o

¹³⁰ A transformação dos antigos Territórios Roraima e Amapá, foi feita através do artigo 14 do ADCT da Constituição Federal (1988).

objetivo era poder manipular o orçamento a seus interesses. Pelo menos essa era a tônica dos discursos calorosos protagonizados pelos representantes na Câmara Federal como forma de ganhar apoio popular através dos meios de comunicação, como podemos analisar no discurso do Deputado Mozarildo que aproveitou o período de festa para ressaltar em declaração o que almejam os representantes federais acerca da política local

O Deputado Mozarildo Cavalcanti (PFL), aproveitou o período carnavalesco para manter contatos com lideranças políticas roraimenses e discutir e se inteirar dos mais variados assuntos que envolvem a atual situação em que se encontra o Território de Roraima. Ele criticou o longo período em que passa o Governador interino e acredita que a transformação para Estado vai dificultar o surgimento do que ele considera como, “pessoas estranhas”¹³¹

No entanto, a transformação dos antigos Territórios de Roraima e Amapá em Estado da Federação tinha no Congresso uma grande resistência, sobretudo da bancada paulista e até da bancada do Amapá que compreendia a situação de dependência a União como favorável ao Território, para os paulistas a transformação de Roraima em Estado da Federação, significava que teria também três Senadores, o que era inadmissível para a elite política paulista essa maior divisão de poder. O fato é que houve articulações e um acordo entre a bancada roraimense e o presidente Sarney, cujo apoio destes aos cinco anos de mandato do presidente em troca o seu apoio na transformação de Roraima em Estado, como podemos observar no relato de Cavalcanti.

[...] ai nós formamos um bloco pra dizer que estávamos fazendo uma lei pra retroagir outra lei, que dizia que a decisão do mandato... direto, mas aí o Sarney aceitou conversar pra em vez de reduzir para quatro como nós colocamos na constituição quatro anos e depois dois, ele aceitou cinco, nós tínhamos um grupo que defendia essa tese dos cinco anos, né dizendo que o governo já estava abrindo mão de um ano de mandato...Tivemos um acordo [...] Na verdade quando eu entrei em 1982 no meu primeiro mandato, eu tinha três bandeiras que eu defenderia, no meu primeiro mandato eu consegui resolver duas que foi a criação da Universidade Federal e a Escola Técnica isso na verdade foi uma contra partida do que eu queria do Sarney, porque dependia dele, pois essas duas leis eram autorizativas, significa que ele faria quando quisesse mas aí como concessão e também na Constituinte de transformar Roraima em Estado, no início só os Deputados de Roraima queriam. O Amapá não queria, os quatro Deputados do Amapá não queriam no início, a bancada de Roraima na época era eu, o Ottomar, a Marluce e o Chagas Duarte e aí nós conseguimos fazer um trabalho entre as bancadas de outros estados conseguimos convencer o pessoal do Amapá, pois eles diziam assim para que transformar em estado se a União paga tudo para nós, a União paga funcionários, manda recursos para obras tudo é da União. Se transformar em Estado vamos ter que ter receita própria, mas nós colocamos o exemplo de Rondônia que já havia sido transformado em Estado então conseguimos convencê-los¹³².

¹³¹DEPUTADO ,aproveitou o período carnavalesco para fazer contatos. Jornal Tribuna de Roraima, 19 de janeiro de 1988.

¹³² Entrevista com o Senador da República Mozarildo Cavalcante em seu escritório, em 23 de junho de 2013.

Em discurso no Congresso Nacional Mozarildo Cavalcanti, discute, cobra e refere-se ao acordo dos Deputados Federais de Roraima para a ampliação do mandato do presidente Sarney, “O presidente José Sarney, eleito juntamente com Tancredo Neves para uma mandato de seis anos, publicamente abriu mão de um ano, optando pelo de cinco anos, coincidindo, portanto, com a decisão tomada com a Assembleia Nacional Constituinte, no que tange aos futuros Presidente da República¹³³”.

Na mesma perspectiva o então Deputado Chagas Duarte relata as articulações feitas pela bancada roraimense para a transformação do Território em Estado, Duarte diferentemente de Cavalcanti concebe o acordo entre o Presidente Sarney e a bancada roraimense como “boa vontade do Presidente Sarney”,

[...] na época da Constituição foram eleitos o Ottomar a Marluce Pinto, o Mozarildo e eu, e aí fomos lá, quando participei do governo de Hélio Campos durante os três quatro anos eu era o secretário de finanças depois ele deixou o governo eu sai fiquei como funcionário público, depois me candidatei e fui eleito, essa seria a grande chance na Constituição de transformamos em estado, na verdade nós políticos já vínhamos lutando por isso tendo como grande expoente o Júlio Martins e o Mozarildo. Quando nós chegamos a constituição nos unimos para isso, era consenso e não foi fácil essa luta, porque São Paulo não queria, havia uma pressão também por parte do governo da União de não transformar Roraima e Amapá em estado achava que ainda não estava, ou não tinha elementos suficientes, politicamente falando para exercer cargos todos que o estado teria, mas nós insistimos fomos para a tribuna apresentamos como projeto nosso a transformação e graças a Deus conseguimos, também com a boa vontade do presidente Sarney¹³⁴.

O ex-Governador Getúlio Cruz afirma que a transformação do Território Federal de Roraima em Estado era uma necessidade imperativa,

A criação do estado ela veio por uma necessidade imperativa a estrutura de território federal não comportava as demandas de uma sociedade que se tornava complexa isso resultava no surrupio de cidadania de uma população que não tinha uma justiça a justiça daqui era de um tribunal federal que vinha aqui quer dizer eles passavam no concurso público e passavam dois anos de estágio e iam embora problema de natureza de Ministério Público que não tinha isso dava ao Governador poder para nomear, demitir, perseguir, privilegiar mais não dava ao mesmo tempo instrumentos para ele mudar a realidade por que ele era supervisionado por tecnocratas do Ministério do Interior então o Governador não tinha a assembleia pra fiscalizar os seus atos muito menos um tribunal de contas só o da união muito embora muito rigor por que era supervisionado pelo Ministério, este caráter jurídico de território não era mais compatível para administrar com as demandas sociais de uma sociedade complexa como a nossa que havia triplicado a população com novas demandas território federal é um jurídico capaz de administrar demandas e sociedades de caráter muito simples mais é inadequada para administrar demandas complexas então essa

¹³³ Diário do Congresso Nacional, Ano XLIII – Nº 046. Brasília, Quarta-Feira, 25 de maio de 1988.

¹³⁴ Entrevista com o ex-Deputado constituinte Francisco das Chagas Duarte, 14 de julho de 2008, em sua residência.

transformação era necessária não dava mais para administrar com essa estrutura capenga território numa sociedade que se tornava complexa¹³⁵.

A busca das forças políticas locais para a transformação do Território em Estado estava diretamente ligada a uma estratégia de consolidação hegemônica de espaço dentro das esferas e mecanismo que a nova máquina estatal promoveria. No entanto, percebemos uma lacuna entre a retórica do ex-Governador Getúlio Cruz, que se esvazia, já que na prática a formação de uma estrutura estatal não foi capaz de coibir os desmandos, frutos de uma extensa corrupção que assola o mais novo Estado da Federação. Neste sentido, há uma disputa pelo poder político intensificado entre os chamados nativistas e os forasteiros. Essas disputas vão dar a tônica do jogo político que se desenvolve cujas estratégias estão diretamente ligadas ao poder de articulação dos diferentes grupos de interesses que outrora são rivais, mas que em busca da manutenção do poder oferecido pela direção da máquina estatal, seja na esfera do Executivo ou Legislativo, se unem nos chamados acordos políticos. Destarte, a consolidação do Estado, efetivada com a Eleição do primeiro Governador em 1990, assumindo em 1991, junto à posse do primeiro mandato da Assembleia Legislativa¹³⁶, abre novas possibilidades de formação e reorganização dos grupos políticos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima começou a nascer, de direito, efetivamente às 9 horas do dia 15 de fevereiro de 1991. O Poder Legislativo nascera, de fato, embora possa se dizer também já de direito, no dia 1º de janeiro daquele ano, com a posse dos 24 Deputados Estaduais eleitos. Nascia naquela ocasião, não apenas o Poder Legislativo, mas também o Poder Executivo e o próprio Estado de Roraima¹³⁷.

Na primeira eleição foi eleito para Governador Ottomar de Souza Pinto, essa vitória o colocaria como uma das mais importantes lideranças políticas do novo Estado. A sua força política se estendeu por um longo período no cenário político local. Nesse primeiro mandato Ottomar, governou tendo a maioria da Assembleia Legislativa, e desta forma pôde efetivar sua política assistencialista, elegendo seu sucessor Neudo Ribeiro Campos que até aquele momento era desconhecido¹³⁸.

¹³⁵Entrevista com o ex-Governador Getúlio Cruz, 26 de julho de 2008, em seu escritório Editora do Jornal Folha de Boa Vista.

¹³⁶ Promulgação da Constituição do Estado de Roraima, em 31 de dezembro de 1991, na primeira legislatura estadual.

¹³⁷PINHEIRO, Cláudia. A Primeira Legislatura: Boa Vista, Ed. Gráfica Bezerra de Menezes, 1994.

¹³⁸O engenheiro Neudo Ribeiro Campos, representante da política local, já havia participado da eleição para Governador em 1990, pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), e obteve 3.025 votos, Fonte TRE, 1990.

A eleição do primeiro Governador também foi polarizada entre dois principais candidatos, Ottomar de Souza Pinto vencedor naquele momento, teve como principal adversário o também ex-Governador Romero Jucá. A vitória do primeiro depois de duas derrotas para Prefeito da capital potencializou a sua força política no Estado de Roraima, pois Ottomar derrotou o candidato que na teoria era quem mais aparecia com chances de vencer o pleito, já que foi ele quem governou o Território Federal de Roraima durante o processo de transição e procurou apoiar a população nas atividades de garimpo¹³⁹.

Sua vitória sobre Jucá foi resultado das ações realizadas no período em que foi Governador do Território (1979-1983), governou com apoio de membros da força política local, promovendo uma intensa migração de nordestinos, esse fato lhe trouxe resultado positivo nas urnas. Mais que isso, Ottomar não só criou sua base eleitoral através do incentivo da política migratória, como promoveu em sua gestão uma política assistencialista, também apoiou os pecuaristas contra a demarcação de áreas indígenas realizando reuniões destes em repartições públicas, e participando de reuniões que a FUNAI promovia com as comunidades indígenas (SANTILLI, 2001 p. 70-71).

Em entrevista, o jornalista Laucides Oliveira dar sua versão sobre a vitória de Ottomar Pinto:

[...] veio a primeira eleição para Governador do estado o Ottomar ganhou em função do passado eu acho, o Jucá tinha um passado de dois anos de governo e Ottomar tinha um passado de quatro anos de governo praticamente, o Ottomar tinha um passado de trabalho, o Jucá tinha um passado de realizações sem maiores significado então eu tenho a impressão que realmente foi a bagagem de um e de outro aqui em Roraima é... olha veja é... nós tínhamos um percentual eleitoral pequeno mais a vinda de migrantes foi decisiva pra eleição do Ottomar agora eu acho que independente disso dessa massa eleitoral o que pesou na balança foi ele ter criado uma área de produção a gente não produzia nada então ele ganhou a eleição pelo popularismo que ele tinha que ter e pela família política".(Entrevista concedida pelo senhor Laucides Oliveira, jornalista, foi membro da administração do governo de Getúlio Cruz, em sua residência, em 11 de julho de 2008)

Segundo relata o jornalista Laucides Oliveira a vitória de Ottomar se deu pelo trabalho que ele havia realizado no período em que foi Governador, sobretudo a efetiva política de incentivo a migração através dos projetos de colonização durante o período em que foi Governador biônico.

¹³⁹RODRIGUES, Francilene dos Santos. *Garimpando a Sociedade Roraimense: Uma Análise Sócio-Política*. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) Universidade Federal do Pará, NAEA, Belém, 1996.

Já na visão do ex-Governador Getúlio Cruz a vitória de Ottomar ocorreu devido a um erro do ex-Governador Romero Jucá. Para Cruz Ottomar deixou o governo do antigo território politicamente desgastado, quase enxotado, segundo ele o que atrapalhou a eleição de Jucá foi a aliança política deste com o político alagoano João Lira¹⁴⁰ sogro do irmão do Collor, cuja atitude de “despejar” dinheiro ferindo ao que ele chama de “cidadania” das pessoas, possibilitou naquele momento uma virada para apoio eleitoral a Ottomar Pinto¹⁴¹.

Como Governador, agora eleito pelo voto direto Ottomar Pinto deu continuidade as principais características que o fez ser conhecido durante o período militar. Como base de seu governo as políticas de cunho assistencialistas e procurando alargar sua influência aumentando sua base política como a criação de novos municípios em 1994, e buscando formar base de enfrentamento contra a demarcação e homologação das Terras Indígenas em Roraima compromisso que fazia parte de sua política nas três vezes em que foi Governador.¹⁴² Objetivando dar continuidade aos seus projetos, em 1994 inicia as negociações para a escolha de seu sucessor nas eleições daquele ano.

O ano de 1994¹⁴³ inicia com as articulações para escolha do substituto de Ottomar no Governo do Estado de Roraima, no grupo do então Governador o Deputado Estadual Airton Cascavel se apresenta como provável sucessor de Ottomar, como relata em matéria jornalística: “Airton Cascavel diz que está pronto para governar Roraima. O presidente da Assembleia Legislativa Deputado Airton Cascavel em entrevista ao Diário de Roraima disse está preparado para governar Roraima, sendo sucessor do Governador Ottomar de Souza Pinto”. (Diário de Roraima, 06 de maio de 1994).

¹⁴⁰ Essa prática de importação de políticos de fora do Estado para concorrer a cargos no nascente poder legislativo estadual, os chamados políticos paraquedistas, foi uma constante no Estado de Roraima, desta forma, foram eleitos figuras totalmente estranhas como o Deputado Moysés Lipnik, Bernardo Cabral, políticos trazidos por Ottomar e Jucá respectivamente.

¹⁴¹ Entrevista com o ex-Governador Getúlio Cruz, 26 de julho de 2008, em seu escritório na Editora Boa Vista.

¹⁴² Raposa Serra do Sol: governo decreta luto oficial por sete dias. (Manchete vinculada no sítio do Jornal Folha de Boa Vista, 19 de 2005). Que foi matéria de análise do Artigo da professora Maria do Socorro Leal, intitulado “Raposa Serra do Sol na Mídia Roraimense: a Homologação. Publicado na Revista Icarahy 2010.

¹⁴³ A análise do pleito eleitoral de 1994 foge do que se propõe o recorte temporal desta pesquisa, no entanto, para esclarecer os leitores, trata-se apenas de uma análise preliminar que objetiva apenas compreender as articulações políticas do Governador Ottomar e, a ruptura da criatura com seu criador, já que Neudo Campos rompeu com seu mentor político e se candidatou a reeleição.

De outro lado surge um grupo objetivando formar uma Terceira Via¹⁴⁴ com o intuito de eleger a Governador um representante local, a Terceira Via era composta pelos seguintes partidos: (PDT, PP, PMDB, PMN, PFL, PSDB, PPS, PC do B e o PV). No entanto, em pouco tempo houve rupturas com a saída de algumas agremiações, desencadeada pela indecisão na escolha do nome do candidato ao cargo de Governador. Os nomes que se apresentaram para a função foram: Barac Bento (PFL), Mozarildo Cavalcanti (PFL) e César Dias (PMDB)¹⁴⁵

No grupo da “situação”, o Governador Ottomar de Souza Pinto em uma demonstração do caciquismo predominante no cenário local, onde os partidos possuem donos, escolhe o nome do empresário Neudo Ribeiro Campos, para candidato a sua sucessão e como vice na chapa o Deputado Estadual Airton Cascavel, como anuncia um jornal local: “Candidatura de Neudo é confirmada. O Governador Ottomar de Souza Pinto, em entrevista coletiva confirmou a escolha dos nomes do empresário Neudo Campos e do Deputado Airton Cascavel como Governador e Vice respectivamente”. (Jornal Diário de Roraima, 26 de maio de 1994).

A escolha de Neudo representava a permanência do grupo na direção política do Estado, o que significava a garantia do retorno de Ottomar em 1998. No entanto, o Governador eleito, engenheiro Neudo Campos optou pela sua reeleição. A lei da reeleição foi aprovada em 1997, com ampla articulação do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Contudo o ex-Governador e naquela ocasião Prefeito Ottomar de Souza Pinto, não acreditava, ou pelo menos tentava passar para a população o seu ceticismo acerca das possibilidades de vitória do Governador Neudo Campos, como se pode observar em entrevista exclusiva a um jornal local.

Em entrevista exclusiva a Folha de Boa Vista o Prefeito Ottomar Pinto (PTB), disse não acreditar que o Governador Neudo Campos (PPB), consiga reunir votos suficientes para levá-lo ao segundo turno das Eleições de 04 de outubro. A disputa na eleição deste ano ao governo será entre duas mulheres, se referindo a ex-prefeita Teresa Jucá (PSDB) e a Senadora Marluce, candidata do grupo (PMDB/PTB). (Jornal Folha de Boa Vista, 04 de maio de 1998)

¹⁴⁴Movimento político que não pode ser denominado de esquerda ou de direita pode ser denominado de centro-esquerda ou um socialismo de mercado, mas que aparece como uma opção, como uma alternativa aos grupos políticos que se revezam no poder. Tem como principal mentor o teórico Anthony Giddens, que inspirou o primeiro ministro Tony Blair no seu governo, como primeiro ministro da Inglaterra na década de 1990.

¹⁴⁵TERCEIRA VIA, define essa semana. Jornal Diário de Roraima, 04 de maio de 1994.

O resultado da eleição de 1998, no entanto, contrariaram as previsões de Ottomar, o Governador Neudo Campos ganhou com uma diferença significativa em relação à segunda colocada à ex-prefeita Teresa Jucá, confirmando a teoria, ontem como hoje quem está no comando da máquina estatal já garante cinquenta por cento da vitória nas urnas. E o Governador Neudo Campos não poupou esforços na utilização que o cargo lhe provia para ganhar a eleição, chegando a distribuir dinheiro em praça pública, como anunciado na imprensa, “Governador distribui dinheiro. Neudo Campos (PPB) entregou cédulas de um real a pessoas que assistiam ao lançamento da linha que levará energia a Mucajá” (Jornal Folha de Boa Vista, 05 de maio de 1998).

A distribuição de cédulas de um real, pode ser entendida como uma forma até simbólica do poder econômico em que estão envolvidos os chefes do executivo da política roraimense, já que o ganho de dinheiro por meio de mecanismos da corrupção é uma constante na política brasileira e na política local. Um exemplo desta prática foi o caso gafanhoto que eclodiu após a inquérito da Polícia Federal, denominada “operação praga do Egito”, que desbaratou uma verdadeira quadrilha de parlamentares, juízes, secretários de estado e até mesmo o próprio Governador, na época Neudo Campos (PPB), como o chefe de um esquema em que funcionários contratados, tinham um salário alto, mas recebiam uma parte e repassava a maior parte para seu chefe imediato, poderia ser um parlamentar ou um secretário que dividia com o chefe do executivo, mas mesmo após denúncias publicadas em uma revista de grande circulação nacional, o Tribunal de Contas do Estado, órgão que deveria funcionar como fiscalizador das contas públicas, mostra-se alheio ao caso de corrupção,

Esquema Gafanhoto

Denúncias publicadas na Veja não preocupa TCE, diz Essen

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Essen Pinheiro Filho, disse que não há nada que preocupe o órgão nas denúncias publicadas pela revista Veja, sobre o chamado “esquema gafanhotos” na folha de pagamento do Estado, através do qual eram pagos altos salários a funcionários fantasmas, beneficiando 20 Deputados, e três conselheiros do TCE. Ele disse que a Polícia Federal, o Ministério Público Estadual (MPE), o Ministério Público Federal (MPF) apenas “pegaram carona” na sua iniciativa de pedir auditoria nas folhas de pagamentos do governo para investigar a procedência da denúncia¹⁴⁶.

Nas investigações do Ministério Público Estadual (MPE), do Ministério Público Federal (MPF), da Polícia Federal, constam que no período de 1998, época em que o Estado estava sob o comando do Governador Neudo Campos (PPB), desenvolveu-se um amplo

¹⁴⁶ Fonte: Jornal Folha de Boa Vista, terça-feira, 16 de setembro de 2003.

esquema de corrupção em que o governo criou um verdadeiro aparato de desvio de dinheiro da folha de pagamentos do Estado, estima-se que foram desviado por ano 70 milhões de reais, por cerca de cinco mil “gafanhotos”, que recebiam por procurações, a maioria desses procuradores eram parentes ou assessores de vinte Deputados e três conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, além de Secretários de Estado. O campeão do esquema era o Deputado Jalser Renier Padilha, duas assessoras do Deputado detinham procurações de 135 gafanhotos, cujos salários somam-se 243 mil reais mensais¹⁴⁷. Desta forma, o Deputado ostentou uma vida suntuosa o que podia ser visualizado na sua luxuosa mansão, com piscina coberta e aquário no chão do quarto, Jalser ao defender-se das acusações relata em matéria jornalística,

Acusado de ter sido beneficiado com o recebimento de R\$ 243 mil, através do esquema gafanhoto, o Deputado estadual Jalser Renier (PFL), afirmou que tudo não passa de perseguição política, devido ao “bom trabalho” que realiza no Estado desde que ingressou na política com 21 anos de idade. Hoje tem 31 e está no seu terceiro mandato consecutivo de Deputado.

Sem querer citar nomes Jalser afirma que tem muita gente incomodada com a sua ascensão na vida política e que tentam macular a sua imagem de qualquer forma.

“Eles não querem admitir que um político nascido aqui em Roraima possa crescer como eu cresci”, disse. “Citam um aquário no piso, ele afirma que trata-se de uma invencionice, coloquei a minha casa a disposição da imprensa para que fosse verificada a improcedência da informação¹⁴⁸”.

Um discurso clássico e constante dos políticos quando são acusados, é o de remeter o fato a uma possível conspiração de seus “inimigos políticos”, ou seja, buscam desqualificar a investigação dando ao fato um caráter de perseguição política, cujos objetivos é denegrir sua imagem. Neste caso, o Deputado em questão usa de artifícios como o que permeia o cenário político local, dos conflitos que emergiram desde a criação do Território Federal de Roraima, entre os políticos considerados da “terra” e os “forasteiros”. Reduzindo e buscando justificar a sua riqueza extraordinária e rápida como um fato normal, e só inadmissível sob o olhar dos políticos de fora, que não aceitam o seu sucesso pessoal, de enriquecimento ilícito, sustentando a velha lógica de que os seus ganhos permanecem no Estado ou a velha lógica do “rouba mais faz”¹⁴⁹.

Devemos considerar que essa estratégia reforçada pela certeza de impunidade que opera no Estado brasileiro tem dado certo para esse tipo de político em Roraima, pois o império

¹⁴⁷ Fonte: Folha de São Paulo, domingo, 21 de dezembro de 2003.

¹⁴⁸ Fonte: Jornal Folha de Boa Vista, quinta-feira, 31 de julho de 2003.

¹⁴⁹ Tramita na 1º Vara Federal, processo nº 2004.42.00.000796-5. Requerente Ministério Público Federal. Requerido Jalser Renier Padilha. Pois o caso gafanhoto foi desmembrado em vários processos devido o número de acusados e, sobretudo o grande número de acusações que pesam sobre eles. (Poder Judiciário, Seção Judiciária do Estado de Roraima, Sistema Processual, Processo e suas movimentações, página 13).

político do Deputado Jalser, permanece intocável já que ele continua na Assembleia Legislativa em seu quinto mandato. Outro Deputado que se locupletou do erário público foi Antonio Pereira Mecias de Jesus¹⁵⁰ (ou Mecias de Jesus), na época presidente da casa, Mecias reunia 111 gafanhotos num total mensal de 213 mil reais. Os pagamentos eram feitos através da empresa Norte Serviços de Arrecadações e Pagamentos NSPA¹⁵¹, que entre o período de 11 de dezembro de 2002 a 07 de janeiro de 2003, movimentou R\$ 4,8 milhões, o que surpreendeu as investigações nesta época é que essa empresa tinha a autorização dos secretários de fazenda para movimentar o dinheiro a seu bel prazer.

3.3. MECANISMOS DA PRÁTICA CLIENTELÍSTICA NO ESTADO DE RORAIMA

3.3.1. A MÁQUINA ESTATAL

Notadamente a permanência desses grupos políticos frente ao poder nas esferas do Executivo, Legislativo e por que não dizer com a complacência do Judiciário, se dá merecidamente pela competência dessas elites, uma capacidade de organização facilitada pela apropriação dos mecanismos que são cruciais para a ampliação e a manutenção de seu poder. Um desses mecanismos é a máquina do Estado. De fato, uma vez que conseguem êxito eleitoral, ou seja, o controle da máquina estatal, esses grupos colocam em prática os instrumentos que os credenciam a permanecer no controle. Desta forma, o uso de mecanismos clientelistas como empregos, serviços, cooptações de lideranças populares são uma constante para a manutenção do poder político, sob a égide de uma dominação legítima, cujas ferramentas em muitos casos no cenário local foram sustentadas pela dominação carismática.

Para Weber (1999),

A dominação carismática em virtude de devoção afetiva a pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (carisma) e, particularmente: a faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória. O sempre novo, o extraordinário, o inaudito, e o arrebatamento emotivo que provocam constituem aqui a fonte da devoção pessoal. Seus tipos mais puros são a dominação do profeta, do herói, do guerreiro e do grande demagogo. A associação dominante é de caráter comunitário, na comunidade ou no séquito. O tipo que manda é o líder. O tipo que obedece é o “apóstolo”. Obedece exclusivamente a pessoa do líder por suas qualidades excepcionais e não em virtude de sua posição estatuída ou de sua dignidade tradicional; e, portanto, também somente enquanto essas qualidades lhe são atribuídas, ou seja, enquanto seu carisma subsiste. (pp. 134-135)

¹⁵⁰ Esse Deputado continua na Assembleia Legislativa, em seu 5º mandato.

¹⁵¹ Essa empresa mudou o nome para Amazon Service Bank.

O domínio carismático parece um mecanismo importante para compreender o controle político estabelecido pelos líderes dos grupos de interesse. Suas ações podem ser efetivadas pelas práticas assistencialistas, cujas bases sedimentam-se através do carisma, como pode ser observado nas ações do brigadeiro Ottomar. O então Governador se apresentava a população, sobretudo a grande massa como uma expressão do populismo demagógico, no meio do povo, em comícios e eventos de entrega de diferentes programas desenvolvidos durante seu governo. Ao mesmo tempo, que, aos seus correligionários se apresentavam com uma marca indelével de autoritarismo coronelista. Do outro lado os seus “mandados” acatam suas ordens como uma espécie de devoção incontestável. Desta forma, se montam os quadros burocráticos do serviço público, cujas regras obedecem a fidelidade irracional e não a competência e qualificação profissional para exercer cargos. O jogo doméstico exercido na formação dos quadros da burocracia é legitimado pelas estratégias clientelistas. Os nomes que representam os Secretários de Estados, dos Governos Ottomar, Neudo Campos e Flamarion refletem que os quadros que compõe a burocracia atende as práticas clientelistas que estão envolvidos os poderes.

Tabela 1 Secretários de Estado nos Governos de Ottomar de Souza Pinto, Neudo Ribeiro Campos e Francisco Flamarion Portela.

Governo: Ottomar de Souza Pinto	
SECRETARIA	SECRETÁRIO
Chefe de Gabinete Civil	Luiz Aimbere Soares de Freitas
Secretario Chefe do Gabinete Militar	José Benito Gonzales
Procurador Geral do Estado	
Secretaria de Estado de Planejamento, Indústria e Comércio	Haroldo Eurico Amora dos Santos
Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos	Hildebrando Solano Neves Falcão
Secretaria de Estado da Administração	Ovídio Vieira da Costa
Secretaria de Estado do Trabalho e Bem Estar Social	Cilene Lago Salomão
Secretaria de Estado da Segurança Pública	Rubens Braga Quintela Cavalcante
Secretaria de Estado da Fazenda	Haroldo Eurico Amora dos Santos
Secretaria de Estado da Saúde	Airton Rocha de Souza
Secretaria de Estado do Interior e Justiça	Robério Bezerra de Araújo

Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento	Álvaro Luiz Calegari
Secretaria de Infraestrutura	Ecildon de Souza Pinto
Governo: Neudo Ribeiro Campos	
SECRETARIA	SECRETÁRIO
Chefe de Gabinete Civil	Evandro Moreira
Secretario Chefe do Gabinete Militar	Maj. Francisco de Assis Félix
Procurador Geral do Estado	Luciano Alves Queiroz
Secretaria de Estado de Planejamento, Indústria e Comércio	Alexandre Ferreira de Lima Neto
Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos	Antonia Vieira Santos
Secretaria de Estado da Administração	Glair Flores de Menezes Fernandes
Secretaria de Estado do Trabalho e Bem Estar Social	Cilene Lago Salomão
Secretaria de Estado da Segurança Pública	Roberto Guedes Amorim
Secretaria de Estado da Fazenda	Essen Pinheiro Filho
Secretaria de Estado da Saúde	Marília Natália Pinto Reginatto
Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Interior e Justiça	Gilberto Inácio de Araújo
Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento	Eugenio Thomé
Governo: Francisco Flamarion Portela	
SECRETARIA	SECRETÁRIO
Chefe de Gabinete Civil	Diva da Silva Brígida
Secretario Chefe do Gabinete Militar	Ten. Cor. Dagoberto da Silva Gonçalves
Procurador Geral do Estado	Carlos Eurico Fiss
Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento	Cláudio Marcelo Manguinho Vieira
Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos	Ana Maria Lima Freitas
Secretaria de Estado da Administração	Waldemar Mutran Paracat

Secretaria de Estado do Trabalho e Bem Estar Social	Ângela Maria Gomes Portela
Secretaria de Estado da Segurança Pública	Arnóbio Venício Lima Bessa
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania	Natanael Alves do Nascimento
Secretaria de Estado da Fazenda	Jorci Mendes de Almeida
Secretaria de Estado da Saúde	Altamir Ribeiro Lago
Secretaria de Estado da Infraestrutura	Waldner Jorge Ferreira da Silva
Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento	Marcelo Marcos Levy de Andrade
Secretaria de Estado do Índio	Orlando Oliveira Justino

Fonte 1 Diário Oficial do Estado de Roraima

A tabela acima, demonstra a composição do alto escalão dos governos entre o ano de 1991 a 2003, processo de consolidação do Estado, aqui disposta, à guisa de informação, cuja observação e uma pesquisa criteriosa dos nomes que compõem os quadros burocráticos, permitirá traçar um parâmetro analítico acerca dessa composição, grosso modo, não respeitam critérios meritocráticos, competência ou afinidade com a pasta, mas seguem a regra da clientela, do liame político definido entre os poderes, sobretudo Legislativo e Executivo.

Essa prática coloca em risco a democracia, pois o público passa a ser o privado de um pequeno grupo que se beneficia dos serviços que deveriam ser de todos, para garantir o apoio de uma grande parcela da sociedade, diretamente atendidas com as benesses oferecidas pela máquina. Desta forma, os beneficiários diretos ampliam as relações de controle numa verdadeira teia fomentada através dos “empregos” públicos (terceirizados, comissionados, de confiança). De forma mais explícita os “cargos” de confiança são dados a membros da família e parentes dos chefes do Executivo e de parlamentares. No Estado de Roraima sempre se configurou de maneira natural o fenômeno do nepotismo, onde os diversos Governadores que passaram pelo Estado, desde o período do antigo Território, especificamente o tempo aqui pesquisado, incharam as diversas secretarias de governo por parentes (filhas, genros, cunhados, noras, sobrinhos, esposas e etc.) como podemos observar nessa matéria de um jornal local: “Nepotismo. Fraude reabre discussão. A fraude do INSS que serviu para que a empresa pertencente a um sobrinho do Governador Neudo Campos participasse e ganhasse três processos de licitação pública em obras do Estado, reabriu a discussão sobre o nepotismo

praticado não somente pelo palácio Hélio Campos, mais por outras instituições públicas como o Tribunal de Contas do Estado, por exemplo”¹⁵²

Essa apropriação de cargos públicos como acordos da clientela vão à contramão dos próprios mecanismos da instituição da burocracia, necessária em qualquer regime democrático, pois degenera e dissipam os pilares de uma administração eficiente. Desta forma, a administração pública se torna incapaz de atender as necessidades inerentes ao desenvolvimento de políticas de interesse público. O que se espera, é que no mínimo, haja supremacia da meritocracia sobre o clientelismo, afinal, uma burocratização racional, cujas bases são forjadas com a construção do estado liberal se opõe as práticas de um Estado Patrimonial. Em Roraima prevalecem ainda essas práticas clientelistas que perduraram de forma mais efetiva no período anterior a instituição do concurso público¹⁵³ para provimento de cargos da administração direta e indireta nas diversas secretarias estaduais como rege a Constituição Federal.

Para Prates (2007),

A burocracia racional-legal constituiu uma condição essencial do regime democrático das sociedades liberais contemporâneas. Sua ênfase sobre critérios universalistas e meritocráticos (critérios baseados no mérito pessoal) para recrutamento e ascensão na carreira minou, passo a passo, a lógica do “velho” sistema clientelista da administração pública tradicional (p. 123).

Buscando alargar os tentáculos do poder, possibilitado pela máquina estatal, a Assembleia Legislativa através de líderes políticos iniciaram projetos de criação de novos Municípios¹⁵⁴. Essa política atendia os anseios de ampliação de seus poderes, tanto que, o critério adotado para a criação desses novos Municípios¹⁵⁵ foi mais político que técnico. Não

¹⁵²NEPOTISMO, reabre discussão. Jornal Folha de Boa Vista, 22 de setembro de 1994.

¹⁵³ Instituído no ano de 2003 sob a gestão do então Governador Flamarion Portela, ou seja, 13 anos após a criação do Estado. O Art. 37, Inciso II da Constituição Federal, traz o seguinte texto: - *a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou provas de títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.*

¹⁵⁴Leis nº 082 e 083 de 04 de novembro de 1994, que criaram os municípios de Iracema e Caroebe e Leis nº 096, 097 e 098 de 1995 que criaram os municípios de: Amajari, Pacaraima, Uiramutã, Cantá e Rorainópolis.

¹⁵⁵ A Lei Complementar nº 1, de 09 de novembro de 1967, estabelece os seguintes critérios: Art. 1º - A criação de Município depende de lei estadual que será precedida de comprovação dos requisitos estabelecidos nesta Lei e de consulta às populações interessadas. Parágrafo único - O processo de criação de Município terá início mediante representação dirigida à Assembleia Legislativa, assinada, no mínimo, por 100 (cem) eleitores, residentes ou domiciliados na área que se deseja desmembrar, com as respectivas firmas reconhecidas. Art. 2º - Nenhum Município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes requisitos: I - população estimada, superior a 10.000 (dez mil) habitantes ou não inferior a 5 (cinco) milésimos da existente no

houve um estudo detalhado da potencialidade econômica, política e social, que viabilizassem a transformação dessas antigas Vilas em Municípios. O que mais visavam esses grupos eram a instituição da máquina Municipal e os diversos cargos que ela produziria. A Câmara Municipal e as Secretarias eram mais um mecanismo da geração de cabide de empregos que atendiam os favores da clientela¹⁵⁶. De fato, tal procedimento está diretamente ligado a expansão de processos de cooptação e controle político, pois é nos Municípios onde se dão as relações mais estreitas entre o eleitor e as lideranças políticas roraimenses que se articulam hierarquicamente.

Assim, percebe-se a importância das figuras do Prefeito e de Vereadores nesses Municípios formando alianças com Governadores e líderes nas Câmaras: Estadual e Federal, que extrapolam as siglas partidárias. Isso explica a disputa ferrenha nas eleições da Câmara de Vereadores desses Municípios, cujas receitas são irrisórias, pois dependem totalmente dos recursos repassados do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) que é uma quantia insuficiente, dos convênios com os programas do Governo Federal e as verbas de emendas parlamentares. Santos (2013) analisa a partir do que ele denomina de paradoxo de fraqueza e força desses Municípios, fraqueza econômica e força no plano eleitoral, pois possibilita esses pactos entre as lideranças políticas municipais e os líderes políticos na esfera estadual, que pode ser o Governador ou Parlamentares Estaduais e Federais.

Nesse sentido, formou como prática do jogo político no Estado de Roraima a criação de verdadeiros “guetos eleitorais”¹⁵⁷ demarcados nos diferentes Municípios. É comum encontrarmos Deputados na Assembleia Legislativa que politicamente mandam e desmandam em alguns Municípios¹⁵⁸, estabelecendo assim o controle político, cujas bases e articulações

Estado II - eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população; III - centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200 (duzentas); IV - arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos. A Lei Complementar nº 98 de 2002, do Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), traz o seguinte texto: Art. 2º, A criação, incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios dependerão da realização do Estudo de Viabilidade Municipal (EVM), e de consulta prévia, mediante plebiscito, as populações dos municípios envolvidos, e far-se-ão por lei estadual, obedecidos os prazos, procedimentos e condições estabelecidos nesta Lei Complementar;

¹⁵⁶BAHIA, Luis Henrique. O poder do clientelismo, raízes e fundamentos da troca política. Rio de Janeiro, Renovar, 2003.

¹⁵⁷ Gostaria de ressaltar que o termo “guetos eleitorais”, aqui utilizado refere-se como ao o controle do voto nas mãos de líderes políticos, como: Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores a uma determinada área ou município, sendo que os mecanismos são: a compra de votos, e a troca de favores políticos como cargos e privilégios fomentado pela clientela, nesse caso os vereadores e prefeitos são os representantes desse ou daquele Deputado ou Senador, que fazem parte do grupo do Governador ou da chamada “oposição”.

¹⁵⁸“Então ainda nós estamos numa política paroquiana meio que fechada, meio que provinciana, ainda com resquício do coronelismo do nordeste, dos currais eleitorais dos donos de municípios, dos donos de determinadas

eleitorais se desenvolvem numa espécie de “troca política” entre os chefes do Executivo Estadual, o Deputado, os chefes do poder Executivo Municipal e Vereadores. Portanto, a cooptação de lideranças do povo se dar através de um cargo de confiança nessas Secretarias e nas Câmaras Municipais, numa espécie de simbiose entre os detentores de cargos públicos e aqueles que em busca de ganhos pessoais se submetem em defender os interesses de determinado político se tornando um verdadeiro cabo eleitoral.

Durante o período eleitoral pode-se observar, como ocorre às articulações “políticas” e a disputas que se operam, por exemplo, durante as eleições municipais. Na fala de um entrevistado Titonho Bezerra¹⁵⁹ percebe-se claramente um mapa dessas disputas, num itinerário de polarização entre dois representantes dos principais grupos políticos da época, escopo dessa investigação. O entrevistado narra espontaneamente o que ocorre durante esse período e como se efetiva o jogo eleitoral dos grupos de interesses que possuem o poder da máquina estatal, ou a influência de um mandato parlamentar na esfera estadual e federal.

[...] então parece que Roraima se rendeu a força do estado e ao poder econômico parece que há uma submissão ao estado e ao poder econômico e o poder econômico está ligado ao estado, essas duas coisas aqui em Roraima elas não se desvinculam, um grande empresário que está bem é porque está prestando serviço ao estado, então essas coisas andam bem juntas aqui, não tem como separar. É exatamente [...] você tem o Iradilson que embora seja candidato de partido socialista, então, mas ele é do grupo do Senador Romero Jucá, aí você tem o Luciano de Castro que é do PR partido com características bem diferente, mas é o candidato do Governador, quer dizer, aí você tem no interior a maioria dos candidatos ou é candidato do Senador Jucá ou é candidato do governo, pode ver o exemplo saindo daqui do Mucajaí tem o candidato do Governador, e tem o candidato do Édio Lopes que é do PMDB, do Romero Jucá, você vai a Iracema tem o candidato do governo e o candidato ligado ao Romero, em Caracará tem o candidato que é só do Governador e um candidato que é do Governador e do Romero.

Então você vai para Rorainópolis tem o candidato do Governador, do Romero e o candidato do PT, que vem como força alternativa com o PV, com o PTR, PTC, criando uma alternativa que começa a nascer pelo menos naquele município. Em São Luiz tem o candidato do Governador que não é o prefeito é o vice-prefeito e tem o candidato do PC do B. que o PT tá apoiando, mas que também esse candidato do PC do B. está ligado ao Romero, então por esses acordos não sei se ele representa um poder diferenciado dos dois grupos, no Baliza você tem o grupo do governo e o grupo do Romero. Caroebe o grupo do Romero tem dois candidatos o grupo do Governador tem candidato e outro candidato, mas nenhum caracteriza-se como alternativa. Em Alto Alegre tem o Viru que inicialmente era candidato do governo, depois candidato do Romero, Bonfim idem, Amajari você tem duas candidaturas uma do governo e outra ligada ao Romero que é o irmão do Marcelo Cabral que é Deputado estadual ligado ao Jucá, e você vai para Pacaraima e então você tem um Paulo Cezar Quartiero que é totalmente ligado a oligarquia rizicultora e você tem um candidato que é do

áreas ainda na política de Roraima”, (Entrevista com Titonho Bezerra, presidente um dos fundadores do PT em 1985, e atual vice-presidente do diretório regional e superintendente do INCRA).

¹⁵⁹ Fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), em Roraima, o entrevistado é oriundo de movimentos sociais da Igreja Católica, atualmente faz parte dos quadros burocráticos do Governo Federal (superintendente do INCRA).

governo, que é do Romero, que é do PT, que é de todo mundo, você já tem no Uiramutã duas candidaturas uma do governo e outra do PT que depois de oito anos vem para o terceiro mandato e você tem em Normandia um candidato ligado ao governo que é o atual prefeito e outro candidato ligado ao Marcelo Cabral que também é ligado ao Romero, então é um “balaio de gato”, hoje isso se dar por que o Senador Romero tanto está num grupo de oposição ao governo do estado, como ele está numa aproximação muito forte com o esse governo¹⁶⁰.

A fala de Titonho, demonstra a forma como os tentáculos políticos dos grupos de interesses se configuram açambarcando as esferas de poder, e podem ser confirmados com os resultados das eleições do período abordado, junto ao Tribunal Regional Eleitoral. Essa prática, cujos cargos dentro do poder Executivo e Legislativo proporcionam a manutenção e continuidade dos seus representantes ao comando. Nesse caso uma polarização entre o então chefe do Executivo Estadual, naquele momento o Senhor José de Anchieta e o Senador Romero Jucá. Essa polarização estabelecia à tônica e parece que adiantava o resultado das urnas. A análise mais recente do entrevistado, ou seja, contemporânea a realização da pesquisa, evidencia uma prática recorrente das eleições locais, justificando as estratégias dos grupos de interesses para manterem os cargos do poder Executivo nas Prefeituras dos Municípios, como forma de garantirem e hegemonia política.

Na prática o próprio sistema político brasileiro alimenta o clientelismo, a forma como é montado o sistema político partidário, as eleições proporcionais e majoritárias com a necessidade de formar coligações entre os partidos fomentam a possibilidade de troca de cargos. Essa situação é explicada por Barry Ames, “as estruturas e regras eleitorais incentivam certos tipos de pessoas que já são políticos a agir de determinadas maneiras. Para entender como um sistema eleitoral influi na composição de uma classe política e seu comportamento subsequente, é preciso analisar as estratégias dos candidatos a cargos no Legislativo” (AMES, 2003, p. 105). Entretanto, dentro do processo democrático a distribuição de cargos, secretarias e outros aos partidos aliados são toleráveis.

Um importante mecanismo da democracia é o parlamento, ele possibilita a implementação de maneira mais direta e clara da democracia representativa, e no Brasil esse

¹⁶⁰ Entrevista com Titonho Bezerra (Na sede do PT, em Boa Vista, no dia 28 de julho de 2008), membro fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), em Roraima, atualmente ocupa um cargo de confiança do governo federal Superintendente Estadual do INCRA e foi uma das lideranças do PT, que apoiou a filiação do ex-Governador Flamarion Portela, do qual foi líder do Governo na Assembleia Legislativa. A eleição a qual se refere o entrevistado é a de prefeitos e vereadores daquele ano, cujos nomes dos candidatos e as siglas partidárias podem ser encontradas no Tribunal Superior Eleitoral- RR, e confirmam a descrição de Titonho.

modelo foi ratificado com a Constituição de 1988¹⁶¹. O Poder Legislativo se torna no processo democrático, um mecanismo fundamental para a aplicabilidade de políticas públicas de Estado. Na sua essência ele nasce independente ao Executivo e lhe cabe o papel de fiscalizador, apreciador, propositor de Leis que beneficie o Estado¹⁶². Todavia na prática o Poder Legislativo cada vez mais vem perdendo a sua função e em alguns casos são meros instrumentos de barganhas políticas.

Anastasia (2007) ressalta,

[...] no sistema federativo brasileiro, quando se repartiram as competências, sobraram aos Estados aquelas que não são da União nem dos Municípios. Assim a conhecida preponderância legislativa do Executivo brasileiro se somam as restrições impostas as Assembleias Legislativas frente ao Congresso Nacional [...].

O arranjo institucional da Federalização Brasileira esboçado pela autora demonstra deficiências na sua estruturação, cabendo ao Poder Executivo um aspecto legislador, desvirtuando seu papel. Na prática, o mesmo arranjo que vale para a esfera Federal vale para os Legislativos Estaduais, cuja ineficiência e a debilidade de legislar postergam a ação fiscalizadora colocando a casa legislativa sob o domínio e dependência ao executivo.

No caso de Roraima a Assembleia Legislativa¹⁶³, desde a sua primeira legislatura, sempre foi marcada pela ingerência do Executivo, que possuía a maioria dos parlamentares sob sua tutela, para o ex-Governador Getúlio Cruz, em Roraima predomina o perfil fisiológico dos políticos, cuja simbiose ao Estado é clara, para ele “os Deputados que apoiavam o Neudo Campos como situacionistas, foram os mesmos que apoiaram o Flamarion e o Ottomar”.¹⁶⁴

Essa lógica que coloca o Legislativo dependente do Executivo fere os princípios da democracia, no entanto, tal prática é bem antiga no parlamento brasileiro como podemos averiguar no comentário de Assis Chateaubriand, em 1920, entrevistado por Karl Kautsky, “Doutor Kautsky o poder legislativo no meu país é quase sempre um seio de Abraão, largo,

¹⁶¹Art. 44 Que dispõe sobre o poder legislativo no Brasil que é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara e do Senado Federal.

¹⁶²Art. 32 Das atribuições do poder legislativo.

¹⁶³Art. 30 da Constituição estadual, O poder legislativo é exercido pela Assembleia Legislativa, constituída de Deputados eleitos e investidos na forma da legislação federal para uma legislatura de 4 anos.

¹⁶⁴Entrevista com o ex-Governador Getúlio Cruz, 26 de julho de 2008, na Sede da Editora da Folha de Boa Vista.

generoso, onde todos os Deputados só aspiram a um objetivo: a benquerença do poder executivo”¹⁶⁵.

Esse é meu primeiro mandato, eu fui eleito já fazendo oposição ao governo, e logo me juntei com os parlamentares que faziam oposição, chegando a liderança, nós chegamos a ter um terço dos parlamentares na oposição, isso ocorreu a disputa que se deu em pé de igualdade entre o grupo do Neudo Campos e do Anchieta, uma disputa acirrada, não havendo muita diferença de voto entre os dois candidatos, e o reflexo disso é que no início tivemos um terço da bancada na oposição. O fato desse um terço tá na oposição e a permanência deles estava ligada a expectativa de assumir algum poder, de alguém chegar e lhes oferecer um cargo por exemplo, infelizmente nossa assembleia grande parte não era por convicção, mas mudam de acordo com sua conveniência. A maioria dos nossos parlamentares não são fruto de uma categoria, ou de uma bandeira ideológica, mas aqui em Roraima ainda é muito através do “curral eleitoral” é a eleição da compra de votos, ganha quem tem a melhor condição financeira, quem tem o maior “curral eleitoral”, então nosso povo ainda não elegeu um candidato por convicção por categoria, por escolha, e, isso não nos permite formar uma bancada de oposição na essência da palavra. Mas que isso constituiu um legislativo que venha de fato, responder a legítima representatividade dos anseios do povo. Desta forma, a gente pode imaginar que a maioria dos parlamentares vão atuar de acordo com seu interesses pessoais, interesses que possam garantir arrecadar dinheiro para que eles possam se manter no cargo. A população tem uma parcela de culpa nesse processo pelos parlamentares que elegem, da forma que elegem, então não dar para cobrar de um Deputado que usou da estrutura financeira para se eleger um posicionamento ideológico, no plenário na casa, ele vai votar de acordo com a sua conveniência, neste processo quem tem o poder de cooptar é o executivo, que pode propiciar as benesses, acordos, contratos, cargos. É uma assembleia legislativa que chega até abrir mão de seu poder, um poder independente, que possa de fato representar a vontade do povo. O Legislativo chegou a passar por situações vexatórias, onde fica claro que essa casa se curva aos interesses do executivo, pois os situacionistas sempre são a maioria, tivemos exemplo aqui de alguns desastres como o caso da Lei da Terras, a PEC dos seguranças, onde ficou claro que o legislativo pactua com os desmandos do executivo, tornando o legislativo fraco, fragilizado não tendo condições de fiscalizar o executivo. A PEC dos Seguranças¹⁶⁶ foi uma sessão extraordinária na sala de reunião, não foi nem no plenário, onde eles conseguiram dois terços, três quintos, que é a quantidade de votos necessários para a aprovação, colocaram dezesseis Deputados no plenário, eles conseguiram esses votos da base da situação. Nós da oposição nós retiramos do plenário para obstruir, esvaziar a votação eles não tinham o quórum suficiente para votar, mas suspenderam a sessão para buscar entre seus aliados o quórum.

Essa era nossa estratégia, depois de pedir visto, a última era esvaziar o plenário mas eles tinham um Deputado em stand by, que veio na hora e votou. Mesmo que a gente tenha estratégia regimental tem hora que cai no plenário para a maioria, e o governo tem a maioria folgada, neste caso o mandato passa a ser um balcão de negócio. O que temos percebido é que quando o Governador Chico Rodrigues assumiu com o discurso de continuidade, mas ele trocou os seus “favoritos”, dentro da sua base trocou os “favoritos”, o Anchieta tinha os seus, e, esses novos favoritos aqui dentro tem os privilégios, a maior atenção do governo, e isso criou um racha dentro do grupo de situação, criou-se o G7, sete parlamentares que se sentem alheio ao governo mais que não se declaram oposição, estão esperando uma oportunidade para “mamar”, ou seja,

¹⁶⁵MORAES, Fernando. Chatô: o rei do Brasil, A vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

¹⁶⁶ O Projeto de Emenda Constitucional da qual se refere o Deputado Sampaio votada através de sessão extraordinária é o seguinte: Emenda Constitucional nº 035, de 02 de abril de 2014, traz a seguinte redação: Art. 1º O art. 61-B da Constituição do Estado de Roraima passa a vigorar com a seguinte redação. Art. 61-B. Nos 04 (quatro) anos posteriores, ao término do exercício do mandato, o Governador terá também direito a segurança policial militar ou civil, a sua escolha, com efetivo máximo de 06 (seis) homens. (NR).

garantir as benesses do governo. Isso mostra que a bancada da situação ela é conduzida pelo executivo¹⁶⁷

A fala do Deputado Sampaio desvela o que comumente ocorre no poder legislativo estadual, não obstante essa fala reforça a fala do Chateaubriand, em 1920 acerca do parlamento brasileiro. A subserviência do parlamento ao executivo a grosso modo um desagravo a representatividade democrática, cujos poderes devem ter autonomia no exercício de suas funções. Esta lógica de subserviência da Assembleia Legislativa ao Executivo, instrumentalizada pelos interesses de clientela que operam entre os grupos de parlamentares aglutinados em torno da bancada “situacionista”, segue a mesma lógica do arranjo do Congresso Nacional, analisado pela Ciência Política, para esses analistas, a busca de governabilidade o sistema tende a funcionar de forma desequilibrada entre os poderes, cujos efeitos desse desequilíbrio sobre a legitimidade e o respeito as instituições são deletérios e podem minar-lhes a própria solidez¹⁶⁸.

No caso da Assembleia Legislativa de Roraima, não se vislumbra uma estratégia para vencer a força centrífuga do sistema eleitoral e partidário, a vulnerabilidade de nossa política aos esquemas heterodoxos, e na maioria das vezes corruptos e clientelísticos de arrebatar maiorias parlamentares para a coalizão governamental, decorrem os desvios de funções, e, sobretudo práticas subservientes que desvia as funções fiscalizadoras e proponentes condições fundantes do legislativo. O clientelismo como preponderância no parlamento emerge sob artifícios, cujo poder executivo detém através das benesses que podem ser distribuídas aos seus “aliados”, através dos serviços prestados ao governo através de licitações fraudulentas e sinecuras se tornam uma moeda de troca no jogo político de cooptação dos quadros do legislativo, para Sampaio¹⁶⁹

É difícil você precisar essa ligação entre os parlamentares e algumas empresas aqui, a forma de identificar seria pela lógica, é saber porque aquela empresa sempre ganha a licitação, porque que sua fatura sempre a primeira a ser paga, aí podemos associar esse vínculo de empresa (a) ou (b), com alguns parlamentares ou um figurão da política local. Essa é a forma, legalmente...através de CPF ou RG, você não vai conseguir ligar empresas que prestam serviços para o governo a parlamentares porque se usa de estratégias, como por exemplo o uso de “laranjas” para ter acesso as benesses do governo.

¹⁶⁷ Entrevista com o Deputado estadual Soldado Sampaio (PC do B), no mini plenário da Assembleia Legislativa, 09 de abril de 2014.

¹⁶⁸ CINTRA, Antônio Octavio. LACOMBE, Marcelo Barros. A Câmara dos Deputados na Nova República: a visão da Ciência Política.

¹⁶⁹ Deputado Estadual pelo PC do B, em entrevista ao autor, na sala de reuniões do mini plenário da Assembleia Legislativa, 09 de abril de 2014.

Procurando exemplificar o que está afirmando, Sampaio relata, o exemplo dos transportes escolares, para ele as empresas que ganham para fornecer os veículos para o transporte escolar da rede estadual, ocorre através de apadrinhamento, ou seja, o empresário que não tiver uma articulação política com algum parlamentar da base aliada, direta ou indiretamente ficará alijado do processo licitatório não tendo condições legítimas de competir. No caso dos transporte coletivo existe uma portaria do MEC que define que os veículos para fazerem o transporte escolar devem ter no máximo cinco anos de uso, segundo Sampaio, “em cima da hora foi mudado o edital, para que se prorrogasse em seis meses para as empresas se adequarem, terminado o prazo ninguém faz nada o governo faz vista grossa e nada foi modificado¹⁷⁰”.

O jogo de poder amalgamado entre a bancada situacionista e o chefe do executivo só é possível, pela fragilidade e desvios de papéis da própria função do parlamento, cujo reflexo pode ser apontado em todo o processo de construção da Assembleia Legislativa, entre os nomes que se elegeram para a formação de seus quadros, a que grupo pertencem, pois numa perspectiva de análise de grupo coeso as siglas partidárias que representam percebemos, no caso específico do parlamento local, que não há compromissos com partidos, já que eles se dissipam as conveniências de garantirem, a continuação de seus mandatos, e, para isso, o pacto com o executivo potencializa o financiamento da campanha nas próximas eleições. Por outro lado o quadro de eleitores que se formou ao longo do processo de construção histórica da sociedade roraimense deve ser compreendido a partir da própria conjuntura já relatada neste e em outros trabalhos.

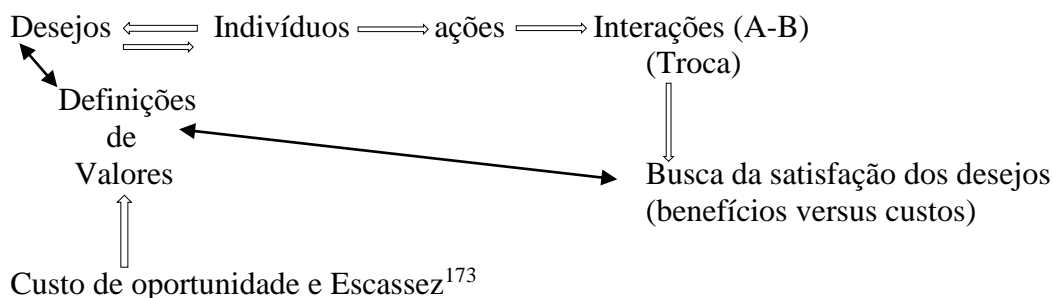
A característica de uma sociedade cada vez mais apática aos processos políticos, não comprometidas com ações de mudanças se enquadrando em um aspecto mais de passividade, ou de coparticipante aos fenômenos clientelísticos, já que direta e indiretamente a grande maioria são beneficiadas pelas relações da clientela em uma economia de supremacia do setor público, cujo concurso público parece não ter rompido com as amarras da dependência ao “governo”, numa expressão de patronato. Esse fenômeno se expressa em uma população apolítica, distante de um quadro de sociedade civil organizada, a ausência de uma formação operária, ou de um proletariado urbano, não obstante isso reflète no quadro de eleitores que

¹⁷⁰ Deputado Estadual pelo PC do B, em entrevista ao autor, na sala de reuniões do mini plenário da Assembleia Legislativa, 09 de abril de 2014.

temos. Vale ressaltar no entanto, que isso não pode ser uma determinante já que as vezes o proletariado urbano pode ser bem mais conservador¹⁷¹. Para Bobbio (2007),

[...] a sociedade civil adquire uma conotação axiologicamente positiva e passa a indicar o lugar onde se manifestam todas as instâncias de modificação das relações de dominação, formam-se os grupos que lutam pela emancipação do poder político, adquire força os assim chamados contra-poderes.

Não afirmamos com isso, num quadro geral, que as condições sociais e econômicas determinam os grupos de eleitores, cujos resultados das urnas reforça o ganho de candidatos que na prática fazem do poder econômico um trampolim para sua ascensão política. Mas há que se investigar dentro do campo da ciência política o comportamento eleitoral¹⁷² de forma extrapolar dados. Ao analisarmos o comportamento do eleitor que negocia seu voto, precisamos ter claro que os ganhos devem ser considerados sob relações diferentes de poder, poder de negociação, cujo retorno se direciona de um maior grau de reciprocidade, para uma maior escala de assimetria. Por exemplo, as camadas populares com menor poder econômico e menor capacidade de poder de reivindicação, enquadram-se no grupo em que as trocas no jogo clientelísticos estabelecem de forma marcadamente assimétrica, cujos ganhos expressam o seu grau de interação no processo político, como: cestas básicas, subempregos etc. Já os membros das classes mais elitizadas com maior poder econômico e por conseguinte poder de reivindicação há uma maior interação na troca política, como as sinecuras e benesses nas licitações para prestações de serviços. Para Bahia *apud* Simmel, a troca de interação humana pode ser traduzida por este gráfico;



¹⁷¹ Basta verificarmos o caso de São Paulo que por repetidas vezes elegeu Paulo Maluf para Prefeito e Deputado Federal.

¹⁷² RÉMOND, Réne. As Eleições, In, RÉMOND, René (org). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 2003

¹⁷³ Gráfico do modelo simmeliano de interação humana, BAHIA, Luiz Henrique Nunez. O Poder do Clientelismo: Raízes e Fundamentos da Troca Política. – Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

No quadro abaixo podemos acompanhar a composição das legislaturas de 1990 a 1998, com vista a percebermos que não ocorreram mudanças significativas de seus membros.

Tabela 2 Legislaturas de 1990 a 1998

LEGISLATURA DE 1990		LEGISLATURA DE 1994		LEGISLATURA DE 1998	
NOME	PARTIDO	NOME	PARTIDO	NOME	PARTIDO
José Maria Gomes Carneiro	PTB	Almir Sá	PPB	Célio Wanderley	PSL
João Alves de Oliveira	PTB	Célio Wanderley	PPB	Édio Lopes	PST
Odete Irene Domingues	PTB	Édio Lopes	PPB	Francisco Guerra	PPB
Antônio Evangelista Sobrinho	PTB	Chico Guerra	PPB	Berinho Bantim	PSL
Jeil Valério	PTB	Berinho Bantim	PPB	Irakilson Sampaio	PSDB
Airton Antônio Soligo	PTB	Irakilson Sampaio	PFL	Rosa Rodrigues	PST
Renan Bekel Pacheco	PTB	Rosa Rodrigues	PMDB	Sérgio Ferreira	PST
Francisco Guerra	PTB	Jalser Renier	PPB	Vera Regina	PST
Ramiro José Teixeira e Silva	PTB	Aurelina Medeiros		Jalser Renier	PFL
Eulina Gonçalves Vieira	PTB	Urzeni da Rocha Freitas Filho	PTB	Aurelina Medeiros	PPB
Almir Moraes Sá	PTB	Helder Teixeira Grossi	PMDB	Sebastião da Silva	PPB
Paulo Sérgio Ferreira Mota	PPR	Francisco de Souza (Chico Doido)	PMDB	Suzete Mota	PDT
Édio Vieira Lopes	PPR	Paulo Hiama	PPB	Raul Prudente de Moraes	PDT
Irakilson Sampaio de Sousa	PPR	Henrique Machado	PPB	Mecias de Jesus	PSL
Rodolfo de Oliveira Braga	PPR	Flamarion Portela		Henrique Machado	
Otoniel Ferreira de Sousa	PPR	Zenilda Portela	PTB	Augusto Alberto Iglesias Ferreira	PST
Herbson Jairo Ribeiro Bantim	PPR	Lúcio Elber Távora	PMDB	Gelb Pereira	PDT
Noêmia Bastos Amazonas	PPR	Mecias de Jesus	PPB	Urzeni Rocha	PPB
Rosa Almeida Rodrigues	PSDB	Antonio Evangelista Sobrinho	PTB	Francisco Assis da Silveira	PMDB
Célio Rodrigues Wanderley	PSDB			Homero Neto	PFL
Evônio Pinheiro Menezes	PSDB			Helder Grossi	PMDB
Vera Regina Guedes da Silveira	PL			Ângelo de Paiva Moura	PST
Luiz Afonso Faccio	PDT			Erci de Moraes	PPS

Percebe-se que durante as três primeiras legislaturas não ocorreu uma renovação significativa no quadro dos representantes do Poder Legislativo Estadual. Outro elemento importante para análise dos elementos que compõem a política do Estado é olharmos de forma criteriosa para as siglas partidárias que esses membros do parlamento representam. A primeira legislatura, a (Assembleia Constituinte), a legislatura de 1998 compreendida pela reeleição do Governador Neudo Campos numa “provável” ruptura com o ex-Governador Ottomar Pinto. Os Deputados que se reelegeram na transição 1994 a 1998, na sua grande maioria representavam as siglas (PPB/PTB/PMDB), Partidos do Governador Neudo, Ottomar e Marluce Pinto respectivamente, migraram para siglas pequenas (PST/PSL). Notadamente para participarem da base de apoio do Governador reeleito.

A Assembleia Legislativa em Roraima é um exemplo contundente de como se expressa a manutenção e perpetuação dos grupos políticos dominantes. Uma análise criteriosa dos representantes que foram eleitos para o Poder Legislativo da primeira, até a atual legislatura demonstra as alianças que se operam durante o pleito eleitoral, processam um revezamento de poder dos mesmos grupos em uma espécie de continuísmo, estabelecendo uma verdadeira dinastia, ou hereditariedade. Os representantes na sua grande maioria tem alguma ligação ou de parentesco ou aliança política com algum político de carreira, ou seja, que está ou já foi membro do legislativo estadual, federal ou mesmo do executivo. Como exemplo no Parlamento pode-se analisar a família Portela. Na Legislatura de (1994-1998), a representante era Zenilda Portela, Nas Legislaturas de (2002-2006) e (2006-2010) o membro da família era Sebastião Portela ex-prefeito de Caracará, e na atual Legislatura (2010-2014), a representante do clã é Angela Águida Portela filha de Sebastião e Zenilda.

A claramente nos quadros da Assembleia Legislativa de Roraima uma hegemonia em torno dos mesmos nomes demonstra que o espaço do parlamento aqui é ocupado por políticos que concebem a política como um “bom emprego”. Da primeira legislatura até a atual, não houve praticamente troca entre seus membros, são eleitos alguns novos parlamentares, novos pelo menos no nome, mais que foram apoiados por políticos carimbados do cenário roraimense, como foi o caso do Deputado Jean Frank Padilha Lobato (PMN), apoiado pelo veterano Jalser Renier Padilha (DEM). Renier é o que podemos chamar de velho cacique político da Assembleia, eleito desde a segunda Legislatura, o político se envolveu no escândalo dos gafanhotos¹⁷⁴ (novembro de 2003), mas não perde uma eleição para o Parlamento Estadual. Outro que tem o parlamento estadual como uma carreira profissional estável, quase um cargo vitalício é o Deputado Francisco de Sales Guerra (Chico Guerra). Guerra que atualmente é o presidente daquela casa é parlamentar desde a primeira legislatura, e em todos os seus mandatos como parlamentar Guerra sempre esteve como membro do chamado grupo dos “situacionistas”, ou seja, de Ottomar a Francisco Rodrigues (atual Governador), independente da sigla ou do grupo ao qual pertencia o Governador, a sua atuação reflete uma postura camaleônica típica da maioria dos políticos profissionais.

¹⁷⁴ Operação Praga do Egito, desencadeada pela Polícia Federal em novembro de 2003, ficou conhecida como caso gafanhotos, referindo-se aos funcionários fantasmas que “comiam” a folha de pagamento do estado. Cerca de 20 autoridades do poder legislativo, judiciário e executivo, o próprio Governador na época Neudo Campos, foram indiciados nenhum está preso. O Deputado Jalser Renier segundo a denúncia foi um dos que mais se beneficiou do esquema dos “gafanhotos”. Eleito Deputado aos 21 anos, o ex-radialista, orgulha-se de seu passado humilde e explica que sua ascensão política e econômica deve-se a seu mérito pessoal.

3.4. PARTIDOS POLÍTICOS EM RORAIMA

Em Roraima assim como no cenário político nacional os partidos políticos representam e servem aos interesses de pequenos grupos ou oligarquias, podendo ser denominado também de classe política, o termo “classe política” foi analisado por Mosca e refere-se às diferentes oligarquias que se coligam para ratificar seus interesses dentro da esfera de poder político buscando homogeneizar essas ações de controle em detrimento a uma maioria desorganizada (MOSCA *apud* BOBBIO, 1982, p. 62-63). Na política local os partidos majoritariamente são conduzidos pelos grupos políticos que estiveram sob o comando político e econômico da região. A ruptura só foi possível durante o processo de redemocratização e a criação no Território Federal de Roraima de Partidos de “esquerda” como o Partido dos Trabalhadores (PT, 1985) que tinha em seus quadros sindicalistas e membros de movimentos sociais ligados à igreja católica. Para Santos:

“A modalidade de atuação aqui é de partidos débeis, que atendem única e exclusivamente a vontade dos chefes políticos. Salvo as organizações de esquerda que contam nas suas hostes com um pequeno número de adeptos” (SANTOS, 1998, p. 12). Desta forma percebe-se o papel das forças políticas através dos partidos, que nesse contexto serve para atender as aspirações dessas ao poder político institucional. Portanto a lógica prioritária de atuação dos partidos em Roraima se configura pelo interesse de grupos, ou forças políticas, dentro desse quadro anota Bobbio (2000),

[...] O que especifica o conceito genérico, vago, maldefinível e indefinido de “interesse” são os adjetivos que lhes são atribuídos, como “privado” ou “público”, “particular” ou “geral”, “local” ou “nacional”, “individual” ou “coletivo”, “parcial” ou “global” “imediato” ou “mediato”, “presente” ou “futuro” e assim por diante (p. 460).

E segue seu postulado exemplificando os aspectos inerentes ao interesse dos grupos antagonicos no jogo político;

[...] Essas observações precisavam ser feitas porque, quando se fala de “representação de interesses”, a palavra “interesses” é tomada não no seu sentido genérico, que sem uma especificação é demasiadamente vaga para significar alguma coisa, mas no sentido específico de interesses parciais, ou locais, ou corporativos, ou fracionais em oposição aos interesses gerais, nacionais, coletivos, comuns, e não se pretende em absoluto dizer que a representação política não seja também ela uma representação de interesses. A representação política também é uma representação de interesses, com a diferença de que fica subentendido que se refere a interesses gerais, assim como na expressão “representação de interesses” fica subentendido que se refere a interesses particulares ou de grupos [...]. (BOBBIO, 2000, p. 460).

Como já abordamos anteriormente, a retomada aqui dos partidos que surgiram a época da criação do Território é apenas como guisa de especificar os escopo proposto, neste subitem, ou seja, os partidos políticos locais. Naquele cenário em que os Governadores eram indicados, as forças políticas locais utilizam-se da organização partidária para o embate político com os ditos forasteiros, como ocorrera no caso da formação da Frente Única composta pelos partidos PTB, PSD e a UDN, que tinha como objetivo derrubar o Deputado Félix Valois e eleger um de seus representantes para Deputado Federal. Já na década de 1980, mais precisamente no ano de 1985 a disputa política no Território Federal de Roraima estava acirrada entre dois partidos o PMDB e o PFL, que seguem a direção nacional se aliam formando a chamada “Aliança Democrática¹⁷⁵”, lançando como candidato a Prefeito e Vice respectivamente, Silvio Leite (PMDB) e Robério Araújo (PFL, hoje DEMOCRATAS). Na outra ponta estava o PTB, liderado pelo ex-Governador o brigadeiro Ottomar de Souza Pinto e o PDT, liderado pelo também ex-Governador Hélio da Costa Campos.

Essa aliança entre o PFL e PMDB, foi importante para que esses dois partidos obtivessem ganhos eleitorais, assim como a indicação, depois de um longo tempo de um representante local para Governador do Território (Getúlio Cruz). Essa aliança proporcionou a vitória de Silvio Leite e Robério Araújo para Prefeito de Boa Vista e teve êxito nos demais Municípios como anunciado em jornal local. A “Aliança Democrática” elegeu sete Prefeitos dos oito Municípios do Território, foram eles¹⁷⁶:

- Boa Vista, Silvio Leite.
- Caracaráí, Sebastião Portela.
- Mucajaí, Roldão Almeida.
- São Luiz do Anauá, Gentil Gomes.
- Normandia, Sebastião de Oliveira Costa.
- Alto Alegre, Fernando Alves Nicaço.
- Bonfim, Vicente Josemar Saraiva.

¹⁷⁵ A chamada Aliança Democrática, foi importante no processo de redemocratização, formada pelos partidos PFL\PMDB, no cenário nacional elegeu no Colégio Eleitoral em 1985, Tancredo Neves e José Sarney, Presidente e Vice respectivamente.

¹⁷⁶ ALIANCA DEMOCRÁTICA, vence em sete. Jornal O Roraima, 20 de novembro de 1985.

A “Aliança Democrática” resistiu até julho de 1986, quando foi quebrada por divergências políticas, como podemos observar na manchete de um jornal local, “Desfeita a Aliança Democrática no Território”, “O governo agora é só do PFL.”¹⁷⁷

Na prática o Governador Getúlio Cruz (PFL), decide substituir assessores do PMDB, por membros do PFL, intensificando a disputa entre o Prefeito e o Vice, que trocam acusações publicas, o acirramento dessa disputa se dá quando Silvio Leite fecha as portas da Prefeitura para que o vice, Robério Araújo não assuma o cargo na sua ausência. A briga entre os dois só encerra com a saída do Prefeito do cenário político local. Silvio Leite sofreu um atentado em Julho de 1987, e em outubro de 1987¹⁷⁸.

Nesse período surgem novos partidos que vão acomodando as diversas lideranças políticas, em maio são formados os quadros de dois partidos, o Partido Liberal (PL, hoje PR), que tem a frente Vera Regina e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), liderado por Carlos Libório. No ano de 1986 ocorrera à eleição para a escolha dos quatro Deputados Federais, de um lado o PTB de Ottomar Pinto, que elegera dois nomes, o seu próprio e o de sua esposa Marluce Pinto. No outro lado a coligação “Frente Social Liberal” composta pelos partidos (PFL, PDT, PSB, PL e PDS), que elegeu os outros dois nomes: Mozarildo Cavalcanti (PFL) e Chagas Duarte (PFL). Nesse contexto podemos perceber como se configura o poder político e se alternam em diferentes situações. E esse poder personificado em torno dos nomes de Ottomar e Jucá¹⁷⁹.

Em Roraima, como em outras regiões do Brasil ainda persiste a personificação reforçada pela prática clientelística empreendida por figuras como os ex-Governadores Ottomar e Jucá e as ex-primeiras-damas, Marluce¹⁸⁰ e Teresa¹⁸¹, e em menor escala, em representantes dos Parlamento Federal, Estadual e Municipal que servem de alicerce para a cooptação de apoio que conseqüentemente desencadeia em votos. A esse fenômeno explica Santos¹⁸²,

¹⁷⁷ALIANCA DEMOCRÁTICA, resistiu até julho. Jornal Folha de Boa Vista, 30 de julho 1986.

¹⁷⁸PREFEITO, fecha as portas da prefeitura. Jornal Folha de Boa Vista, 30 de novembro de 1986.

¹⁷⁹Entrevista com o ex-Governador Getúlio Cruz, o jornalista Laucides Oliveira e Titonho Bezerra que foram unânimes ao afirmar essa liderança em torno dos nomes de Jucá e Ottomar.

¹⁸⁰ Com a morte do ex-Governador Ottomar, a figura de Marluce Pinto foi politicamente apagada o que fez com que Marluce afasta-se do cenário político local.

¹⁸¹ No caso de Teresa, não mais atende pelo sobrenome Jucá, após a separação Teresa continua aliada politicamente ao ex-marido, contando com sua influência para instrumentalizar as políticas frente à prefeitura de Boa Vista.

¹⁸²SANTOS, Roberto Ramos. Roraima: do pára-quedismo ao clientelismo. Revista Textos & Debates Nº. 5, 1998.

[...] a autonomia política e o padrão clientelístico empreendido por Ottomar, Jucá e outras lideranças diminuem a presença das instituições partidárias no âmbito estadual. Elas atuam como simples figurantes no processo político. Os partidos não são elos de ligação entre cidadãos e Estado, com imagens nitidamente definidas, capazes de transformar demandas populares em políticas públicas, ou mesmo, organizações que competem por voto e que estão sempre sujeitos a conflitos internos, normalmente realizados pelos grupos que aspiram a hegemonia. (SANTOS, 12.1998).

Visivelmente os principais partidos, ou seja, aqueles que lograram êxito com mandatos políticos em Roraima, são aqueles que servem apenas como instrumentos de negociação em períodos eleitorais, são partidos que possuem donos. O caso da escolha da sucessão do Governador Ottomar Pinto é um exemplo típico do caciquismo local. Na época anterior a lei da reeleição, cogitava-se o nome do Deputado Airton Cascavel presidente da Assembleia, seu aliado político e como abordamos anteriormente, Ottomar escolhe o empresário Neudo Campos, numa típica demonstração de mando¹⁸³.

As exceções são os partidos de “esquerda”, como o Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) Antigo (PRT), o Partido da Causa Operária (PCO) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Todavia esses partidos pequenos com exceção do PT¹⁸⁴, que conseguiu êxito ao eleger Vereadores na eleição de 1996, um Deputado Estadual em 2002, assim como teve em seu quadro, a filiação após a eleição do Presidente Lula, de Prefeitos, Senadores e o Governador Flamarion Portela. Os outros não tiveram ascensão a cargos eletivos. Na prática, os partidos de esquerda em Roraima não conseguem ainda aglutinar uma massa capaz de gerar uma identidade com seus programas, os poucos que compõem os quadros dessas siglas como os sindicalistas e líderes de movimento social urbano e rural não conseguem transformar suas lutas em votos, no entanto, esses partidos são a resistência ao “comércio do voto”. Marcadamente as eleições em Roraima se configuram como um verdadeiro comércio do voto.

¹⁸³ O empresário Neudo Ribeiro Campos, havia sido secretário de estado do governo Ottomar, politicamente era desconhecido teve uma votação pífia quando se candidatou a Governador pelo PRN em 1990.

¹⁸⁴ A denominação de Partidos de Esquerda ao PT e ao PC do B, gostaria de salientar aos leitores remonta a formação histórica de ambos os partidos e suas alianças a setores populares como movimentos sociais e sindicatos durante um longo período de sua formação. Não se pode negar essa história, mesmo a eleição do primeiro vereador do PT em 1996, no município de Boa Vista se deu sob a égide de defesa aos interesses populares e na contramão das práticas clientelistas, pois existia um fórum popular compostos por representantes de movimentos sociais que era responsável para definir as prioridades do mandato do então Vereador Titonho Bezerra, denominado de “Mandato Popular”. Já no mandato como Deputado, o PT através da corrente articulação que sempre foi majoritária no PT Regional, definiu aliança com Flamarion Portela, o que rachou com o partido e fez sumir a militância de fato, essa mesma análise serve para o PT Nacional.

É comum nesse período a chamada compra de votos que se dão com dinheiro em espécie no dia anterior à eleição populares dos bairros denominados periféricos ficam até tarde da noite, pois esperam que algum cabo eleitoral chegue em sua casa para comprar seu voto e de sua família, com dinheiro em espécie ou materiais. Já no dia da eleição ocorre a chamada “boca de urna”, e a “distribuição” de materiais a comunidades ou a indivíduos. Na eleição de 2010¹⁸⁵, ocorreu um exemplo clássico dessa prática nas eleições locais. Um assessor da campanha do Senador da República Romero Jucá, ao ser perseguido pela polícia federal jogou pela janela do carro o equivalente a cem mil reais, como podemos ver em matéria jornalística,

Ministério público Estadual (MPE), está analisando o procedimento investigatório encaminhado pela Polícia Federal referente a apreensão de R\$ 100 mil, jogados da janela de um carro por um aliado do Senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do Governo no Senado as vésperas do segundo turno das eleições. O dinheiro estava em poder do empresário e colaborador voluntário da coligação de Jucá, Amarildo da Rocha Freitas, irmão do Deputado Federal Urzeni Rocha (PSDB-RR). Em depoimento, ele afirmou que recebeu das mãos de Jucá, momentos antes da abordagem da polícia sem saber que se tratava de dinheiro¹⁸⁶.

O relatório do Tribunal Eleitoral de Roraima, confirma a matéria noticiada na imprensa,

Trata-se de Representação Eleitoral ajuizada pelo Ministério Público Eleitoral em face de Romero Jucá Filho, Wirlande Santos da Luz e Sander Fraxe Salomão, com fulcro no art. 30-A, da lei 9. 504\97. A petição inicial (fls. 02\22), protocolada em 27. 12. 2010, pede a cassação dos diplomas dos acusados, com fundamento em fatos que atrairiam a incidência da penalidade contida no mencionado dispositivo legal, podendo ser elencados da seguinte forma:
1.movimentação ilícita de recursos, com ofensa aos artigos 22, parágrafo 3, da LC 64, e art. 21,VII parágrafo 1, da RES. 23.21\2010, pois houve movimento sem respaldo em conta bancária, conforme apreensão de R\$80.000,00 (oitenta mil reais) encontrados no veículo de Luiz Antonio Teixeira da Silva, colaborador da campanha, e apreensão de R\$100.000,00 (cem mil reais), dia 01.10.2010, que foram jogadas pela janela de um carro em fuga, dirigido por Amarildo Rocha de Freitas, o qual afirmou que o dinheiro lhe tinha sido entregue por Romero e Rodrigo Jucá¹⁸⁷.

Em depoimento no processo a senhora, Rosilene de Brito Pereira, presidente do Comitê Financeiro, relatou o seguinte:

¹⁸⁵ O Processo de Representação contra o Senador Romero Jucá, nº 2753. Captação ou gasto ilícito de recursos financeiros de campanha eleitoral – Pedido de cassação de Diploma. O referido processo tramita no TRE-RR, cujo parecer do relator Juiz Marcos Rosa fere diversos artigos da lei eleitoral (Lei 9.504\97), movimentação ilícita de recursos, com ofensa aos artigos 22, e art. 21. VII da Res. 23.21\2010, pois houve movimentação sem respaldo na conta bancária, conforme apreensão de R\$ 80.000 (oitenta mil reais) no veículo de Luiz Antônio Teixeira da Silva, colaborador da campanha do Jucá, e apreensão de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dia 01.10.2010, que foram jogadas pela janela de um carro em fuga, dirigido por Amarildo Rocha de Freitas, o qual afirmou que o dinheiro lhe tinha sido entregue por Romero e Rodrigo Jucá;

¹⁸⁶ Folha Web, 24 de novembro de 2010.

¹⁸⁷ Representação nº. 2753-33.2010.6.23.0000. Ministério Público Eleitoral. Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, novembro de 2013.

(...) Que os R\$ 100 mil reais que o referido Senhor jogou pela janela de um veículo era para o pagamento de militantes em Boa Vista; (...) Que em relação aos R\$ 100 mil reais apreendidos, o valor da folha era em torno de R\$ 135 mil reais. Como uma parte já havia sido paga na semana da eleição, os R\$ 100 mil reais eram para o pagamento da diferença; (...) ¹⁸⁸

No entanto o caso aqui relacionado foi julgado como improcedente pelo relator do processo o meritíssimo Juiz do caso Marcos Rosa. Esse e vários casos explícitos de corrupção eleitoral sempre ficam impunes aos olhos da justiça burocrática brasileira, corroborando com as práticas ilícitas, cuja clientela vai sempre favorecer o poder aos grupos de interesses que conseguem aglutinar votos através dos partidos, que nesse caso servem como instrumento de negociações e barganha no jogo aqui relatado.

A tabela de resultados das eleições majoritárias e proporcionais mostra a participação dos principais partidos nos números de votos.

Tabela 3 Pleito de 1990

PODER JUDICIÁRIO-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA				
DATA: 13/10/90				
Cargo: Governador Votos Brancos: 4. 354 Votos Nulos: 1. 543 Abstenção:17. 506 Percentual: 20. 30				
Partido/coligação	Número do candidato	Nome do Candidato	Vvotos	Percentual
Frente Popular Nova Estrela	14	Ottomar de Souza Pinto	32. 143	43,26
Partido Democrático Social	11	Romero Jucá Filho	22. 394	35,64
Movimento Roraima Livre	45	Getúlio Cruz	8. 407	13,36
Partido da Reconstrução Nacional	36	Neudo Ribeiro Campos	3. 025	4,81
Partido dos Trabalhadores	13	Robert Dagon	1. 195	1,90
Novo Roraima	20	Belgerrac Vilela Batista	659	1,04

Fonte 3 Tribunal Regional Eleitoral de Roraima. TRE-RR

Tabela 4 Pleito de 1994.

PODER JUDICIÁRIO-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA				
ELEIÇÃO/ANO: 1994				
Cargo: Governador Votos Brancos: 10. 380 Votos Nulos: 3. 292				
Partido/coligação	Número do candidato	Nome do Candidato	Votos	Percentual
Luta Roraima	36	Neudo Ribeiro Campos	35.805	44,6
União por Roraima	45	Getúlio Cruz	24.972	31,1
Terceira Via	15	César Augusto Dias	12. 798	1,5
Partido Democrático Trabalhista	12	Airton Dias	3.350	
Partido dos Trabalhadores	13	Elvira Alzira da Silva	3.305	

Fonte 4 Tribunal Regional Eleitoral TRE-RR.

¹⁸⁸ Depoimento da Senhora Rosilene de Brito Presidente do Comitê Financeiro da campanha do Senador Romero Jucá, ao Ministério Público Eleitoral, novembro de 2013.

Tabela 5 Pleito de 1998

PODER JUDICIÁRIO-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA				
ELEIÇÃO/ANO: 1998				
Cargo: Governador Votos Brancos:				
Partido/coligação	Número do candidato	Nome do Candidato	Votos	Percentual
PPB/PDT/PSL/PTN/PL/PAN/PGT/PSD	11	Neudo Ribeiro Campos	57.864	47
PSC/PFL/PRP/PSDB/PC do B	45	Maria Teresa Jucá	48.612	39,9
PTB/PMDB/PMN	15	Marluce Moreira Pinto	13.840	11,35
PT	13	Fábio Martins	1.521	1,25

Fonte 5 Tribunal Regional Eleitoral de Roraima. TRE-RR.

As tabelas 3, 4,5 ilustram o domínio dos partidos de direita nas primeiras eleições para Governador do Estado de Roraima. Os partidos que obtiveram mais votos (PTB, PDS, PRN) tem como chefes, Ottomar Pinto, Romero Jucá e Neudo Campos respectivamente. Esse domínio perdura até a atualidade, refletindo a prática clientelista. Vale lembrar, porém, que os líderes aqui analisados nem sempre tiveram êxitos nas urnas. Entretanto, percebe-se que quando perderam a eleição majoritária, a perderam dentro de um quadro rotativo tolerável. Na primeira eleição (1990), Ottomar e Jucá em uma margem de diferença de menos de dez pontos percentuais que demonstra a influência de ambos. Na segunda eleição, Neudo representando Ottomar e Getúlio Cruz representando Jucá. E na terceira eleição Neudo que rompeu com Ottomar, Teresa Surita representante de Jucá e Marluce Pinto representante de Ottomar polarizaram os votos.

4.3. RELAÇÕES POLÍTICAS, PODER E ALIANÇAS NA FORMAÇÃO DOS GRUPOS POLÍTICOS EM RORAIMA.

Quando analisamos as relações de poder em Roraima, de forma criteriosa observa-se o jogo de interesses instalado no Estado representado ao longo dos períodos já analisados aqui e por outros pesquisadores por grupos de interesses, no início do século XX, por famílias de criadores de gado (VIEIRA, 2007, CIRINO, 2008, SANTOS, 2010). Com criação do Território Federal do Rio Branco os conflitos e disputa pelo poder se intensificam entre os ditos pioneiros e os novos atores políticos que chegaram para instalar o governo territorial. Com o processo de redemocratização e advento da criação do Estado as instituições político-administrativas abre espaço para antigos e “novos” grupos de pressão. Os grupos de interesses roraimenses se articulam de forma heterogênea, e por natureza buscam o poder. Santos (2013) observa que esses grupos não se identificam ou se apoiam em siglas partidárias, já que, esses partidos são sempre numerosos e não costumam ter estabilidade e identificação com os líderes locais.

Não obstante, os líderes locais membros dos grupos políticos que costumam fazer a mediação e articulação com o governo central não ficam muito tempo no mesmo partido, já que necessitam está sempre próximo ao poder central (SANTOS, 2013, p. 253). A permanência desses grupos de interesses nas esferas de poder fica evidente quando se observa a rotatividade de seus líderes e pessoas ligadas a eles, seja por laços de parentesco ou aliança política desde a segunda metade da década de 1980. Os ex-Governadores Ottomar e Jucá instituíram uma verdadeira teia de poder político que os possibilitou participar com vitória eleitoral total e parcial em todos os pleitos eleitorais do processo de redemocratização aos dias atuais.

Na primeira eleição para Governador (1990) Ottomar foi vencedor mas Jucá elegeu Teresa para a Câmara Federal sendo a candidata mais votada, dois anos depois nas eleições municipais para Capital Jucá novamente elege Teresa Surita, derrotando o candidato de Ottomar, Alceste Almeida. Em 1994, Ottomar elegeu seu candidato para Governador, o empresário Neudo Campos, que na eleição seguinte se reelegeu a Governador derrotando Teresa Surita e Marluce Pinto, desta forma aparecia como uma nova força política representando os políticos “da terra”. No entanto, os resultados mostraram que se tratava de mais um grupo nas disputas, não uma hierarquização com a hegemonia de algum setor político-econômico. Na eleição de 2002, Neudo elegeu seu vice, mais ficou em quarto lugar na votação para Senador da República, esse resultado está ligado a sua participação no caso dos gafanhotos ainda muito presente na memória dos eleitores.

Os interesses familiares são constantes na prática dos líderes políticos locais, comumente elegem para o Poder Executivo e Legislativo suas esposas e seus filhos. Marília Pinto filha de Ottomar que já havia assumido cargos administrativos durante o governo de seu pai foi eleita Deputada Estadual por dois períodos: na quarta Legislatura (2003-2006) e reeleita (2007-2010). Já sua outra filha Otília Pinto foi eleita Vereadora no período (1996-2000) e Prefeita do Município de Rorainópolis (2001-2004), além de sua esposa eleita Deputada Federal Constituinte (1986), Senadora (1990). Romero Jucá se tornou um dos políticos mais influentes de Roraima, o fato de ter perdido a eleição para Governador em 1990, não afetou seu prestígio eleitoral. Eleito Senador da República em 1994 (PSDB), tornou-se vice-líder do governo Fernando Henrique Cardoso, em 2002 se reelegeu para mais um mandato de Senador. Entre março e julho de 2005 foi Ministro da Previdência Social, em 2006, foi escolhido como líder do Governo Lula no Senado, e se reelegeu na eleição de 2010, no seu caso o cargo de Senador

parece vitalício. Acompanhando seu grupo a sua ex-esposa Teresa Surita eleita Deputada Federal por duas vezes (1990, 2010), quatro vezes eleita Prefeita da capital Boa Vista (1992, 2000, 2004, 2012). Em 2010, Romero elegeu seu filho Rodrigo Jucá¹⁸⁹ Deputado Estadual¹⁹⁰.

4.4. GRUPOS INTERMEDIÁRIOS:

Em face da conjuntura de supremacia dos grupos de interesses que se instalaram em Roraima entre “pioneiros” e “forasteiros”, vale ressaltar o papel dos diferentes grupos de enfrentamento que se colocam como grupos ou forças políticas intermediárias, frente ao desafio de opor-se a hegemonia do poder desses grupos. A busca para romper com prática política clientelística, são, portanto, bandeira de lutas desses movimentos, que através da sindicalização e formação política de seus membros possibilita um empoderamento capaz de combater os velhos vícios presentes no cenário político local como o nepotismo, o assistencialismo, configurando uma política do pão e circo¹⁹¹ afrontando o bom senso e o respeito pela dignidade humana.

A grande dificuldade dos movimentos sociais em Roraima é de aglutinar para seus quadros uma participação significativa, pois as forças políticas que emergiram na busca de organizar os trabalhadores objetivando a luta por direitos sociais e políticos. Deparam-se com uma conjuntura extremamente desfavorável, já que grande maioria da população dos centros urbanos são funcionários públicos, que apresenta-se como à atividade econômica, com maior índice de participação no PIB do Estado, as outras atividades como: indústria, comércio, agropecuária e construção civil, têm resultados pífios ou quase nenhum. Como podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 6 Participação das principais atividades econômicas no PIB de Roraima.

Evolução	1994	2002	2003	2004
Comércio	19,40%	10,00%	9,70%	9,30%
Construção Civil	11,50%	6%	5,90%	6,00%
Agropecuária	17,50%	4%	3,40%	3,80%

¹⁸⁹ Rodrigo Jucá, em 2013, deixou a Assembleia Legislativa para assumir o cargo de Secretário Municipal de Educação da capital Boa Vista, cuja prefeita é Teresa Surita. Cargo que ele deixou seguindo a lei no último prazo para quem pretende candidatar-se nas eleições vindouras, já que Rodrigo é candidato a vice-Governador na chapa do atual Governador.

¹⁹⁰ Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR).

¹⁹¹ Termo cunhado durante a Antiguidade, no Império Romano, onde o povo recebia pão nos eventos de massa do Coliseu Romano.

Administração Pública	21,40%	56,10%	56,20%	58,20%
-----------------------	--------	--------	--------	--------

Fonte 6 SEPLAN/DEPLAE

A tabela acima mostra essa realidade que transforma o Estado de Roraima em “economia do contracheque”. Esse fator cria um verdadeiro bloqueio a participação política, pois a grande maioria da população com escolaridade de Nível Médio e Superior está amarrada ou possuem algum parente no serviço público. Por outro lado, a população rural encontra-se abandonada pelo Poder Público, sem políticas públicas básicas de saúde, educação e uma alternativa de renda, já que as vias de tráfego na maior parte do ano ficam intrafegáveis. Vítimas de programas assistencialistas dos Governos: Federal, Estadual, e Municipal, sem apoio, acabam migrando para a Capital, que hoje abriga mais de 70% da população do Estado segundo os últimos dados do IBGE/RR, e são esses contingentes populacionais vulneráveis ao modelo de política clientelística.

Vejamos o quadro abaixo que mostra a evolução da população desde a década de 1950, e a inversão população urbano-rural.

Tabela 7 População de Roraima 1950/2000.

ANO	TOTAL	URBANO	RURAL	% URBANO	% RURAL
Anos 50	18. 116	5. 132	12. 984	28, 33	71, 67
Anos 60	28. 304	12. 148	16. 156	42, 92	57, 08
Anos 70	40. 885	17. 481	232. 404	42, 76	57, 24
Anos 80	79.159	48. 734	30. 425	61, 56	38, 44
Anos de 1991	217. 583	140. 818	76. 765	64, 72	35, 28
Ano de 1996	247. 131	187. 294	59. 837	75, 79	24, 21
Ano 2000	324. 397	247. 016	77. 381	76, 15	23, 85

Fonte 7 IBGE/RR/2000

Neste sentido, os números mostram que o processo clientelístico funciona como um círculo vicioso, se alimentando da situação de miséria de grande parte da população que resulta no fenômeno de migração interna, ou seja, rural/urbano contribuindo na formação das massas que compõem as periferias da capital. Essa situação corrobora para o continuísmo de seus ganhos políticos. Um outro quadro que nos ajudará é o de migração.

TABELA 9 - Migração em Roraima:

Tabela 8 Migração em Roraima

NASCIDOS EM:	VIVEM EM RORAIMA	% DO TOTAL DO ESTADO.
RORAIMA	171. 422	52, 8
MARANHÃO	59. 072	18, 2

AMAZONAS	19. 539	6, 0
PARÁ	19. 964	6, 2
CEARÁ	12. 542	3, 9
NORDESTE	87. 126	26, 9

Fonte 8 IBGE/RR/2000

A migração é um fenômeno presente no Estado de Roraima desde os projetos de colonização da Amazônia, fomentado na década de 1940 com a criação do Território Federal do Rio Branco e intensificada no período militar. Ocorrendo uma explosão demográfica no final da década de 1980 para a década de 1990, com o garimpo e a transformação em Estado, como podemos observar no quadro da evolução populacional. Segundo o IBGE/RR, o fluxo migratório até a metade da década de 1990, era composto de indivíduos na sua esmagadora maioria sem “qualificação” profissional e com menos de três anos de escolaridade. A partir da metade da década de 1990, esse contingente é formado por outro grupo de indivíduos, agora com Ensino Médio e formação Universitária em busca de vagas nos concursos públicos e nas Universidades Públicas.

Em recente trabalho de pesquisa acerca da questão agrária no sul do Estado de Roraima, a professora Maria José dos Santos traça uma importante análise acerca da migração para o Estado de Roraima. Desta forma a autora desvela que o processo de migração não pode ser analisado de forma simplista, como um fato apenas ligado aos empreendimentos governamentais, ou seja, as políticas de colonização do INCRA, mas, sobretudo, explicita em pesquisa documentais e fonte oral, ao processo de migração espontânea de grande parte dos migrantes que ocuparam a região das BR-174 e Perimetral Norte (BR-210), fomentando a formação de núcleos populacionais no final da década de 1980. Para Maria José (2010), “Quanto ao estabelecimento dos migrantes nos lotes, de acordo com a pesquisa realizada nos arquivos do INCRA e ITERAIMA, além das pesquisas de campo, podemos afirmar, que o mesmo ocorreu de forma espontânea até 1983”.

A análise corrobora com a redução de uma colonização marcadamente oficial, como defende literaturas anteriores, acerca da questão, pois evidencia que a migração ocorre através de conexões próprias do cenário em que se estabelece a rede de comunicações migrantes, dos que migram e dos que ficaram, estabelecendo uma corrente de contatos das subjetividades e dos diversos motivos que os levam a migrar, tendo a questão social uma constante nessa decisão

de deixar sua “terra¹⁹²”. O fato é que entre as décadas de 1970 e 1980, grande parte dos migrantes que chegaram em Roraima, podem ser enquadrados como formadores dos quadros que contribuem para a os potenciais eleitores, corroborando com os grupos de poder. Esses migrantes segundo análise do IBGE\RR, na sua maioria era composta por pessoas analfabetas ou semianalfabetas em busca de “melhores condições de vida”, e isso se configura em conseguir um pedaço de terra. Desta forma, são mais vulneráveis as políticas assistencialistas e a clientela. Um dos fenômenos que diferenciava e marcava a vida dos migrantes que aqui chegavam nesse período, destes a maioria iam para os projetos de colonização nas BRs 174 e 210, era o contato direto que eles tinham com os políticos locais, Deputados e até o Governador em suas práticas populistas se colocavam no meio do povo. Era notável a admiração dos populares com a aproximação dos “políticos” com a população, cujas ações populistas sempre foram uma constante em Roraima¹⁹³.

O segundo grupo formado por migrantes que aqui chegaram a partir da segunda metade da década de 1990, segundo o IBGE\RR, já salientado anteriormente, bem poderia ser o contingente poderia capaz de engrossar as fileiras de resistência, junto às organizações de esquerda que se pautam trazendo outros discursos capazes de sensibilizar parte da população para uma reação, todavia não foi o que aconteceu, a resistência se desenvolve de maneira lenta e com poucos quadros. Nesse sentido além dos partidos tradicionais de que historicamente se constituíram como partidos de “esquerda”, como é o caso do PC do B¹⁹⁴ e do PT. Mas que na prática sempre o PC do B fez alianças políticas com partidos da direita e o PT, não mais se enquadra nessa linha. Restando as siglas, PSTU, PCO e mais recentemente o PSOL¹⁹⁵, que de forma ainda tímida se apresentam como alternativas de mudança à conjuntura local, atuando com eventos de formação e de mobilização popular. No entanto, a participação da esquerda na política local ainda não é consistente, como afirma Santos (2003). Apenas na eleição de 1996, conseguiu eleger na capital seu primeiro vereador, o sindicalista Antônio Bezerra Marques, o Titonho, pelo Partido dos Trabalhadores. O fato de eleger um candidato fora do círculo da

¹⁹² SANTOS, Maria José. Em Busca da Terra: Migração, Organização e resistência na Política de Colonização no Sudeste de Roraima. (1970-1990). Dissertação de Mestrado Universidade Federal do Amazonas UFAM, Manaus, 2010.

¹⁹³ Não é nosso interesse uma análise mais profunda acerca da migração em Roraima, mas apenas informar esse evento como conexão ao escopo da pesquisa, sobre migração recomendo o Trabalho de pesquisa que resultou na dissertação de Mestrado da professora Maria José dos Santos já referenciado neste trabalho.

¹⁹⁴ Na última eleição para a Assembleia Legislativa, o PC do B, elegeram o Deputado Estadual Soldado Sampaio e na eleição seguinte para vereador do município de Boa Vista o Guarda Alexandre. O Soldado Sampaio faz parte da oposição naquela casa.

¹⁹⁵ Na última eleição municipal o bancário Robert Dagon, candidato a Prefeito pelo PSOL, obteve uma votação expressiva com mais de 15 mil votos.

política clientelista representava a possibilidade de romper com as amarras e apostar em fóruns populares para discutir problemas urbanos em Boa Vista, cujas associações de moradores tradicionalmente estavam atreladas ao Governo (SANTOS: 2003, p. 17).

Entretanto, o Partido dos Trabalhadores (PT) na atual conjuntura não mais se encaixa no mesmo patamar de seus pares. Já que desde o ano de 2002¹⁹⁶ quando ascendeu politicamente ao mais alto cargo político do país, a Presidência da República. A partir desse momento se apresenta como situação, e essa nova posição na esfera federal possibilitaram mudanças na sua estrutura regional, com novos filiados que já detinham cargos eletivos.¹⁹⁷ A maioria dos antigos militantes do PT se transformaram em meros burocratas do setor público. A filiação do então Governador Flamarion Portela em março de 2003, em solenidade que reuniu a alta cúpula do PT, ligada a tendência há muito tempo majoritária dentro do partido, Articulação¹⁹⁸, significou naquele momento uma negociação que colocou o partido no rol dos partidos de conveniência, ou seja, sem nenhuma ideologia, já que seu representante na época Titonho Bezerra, passou a ser o líder do governo na Assembleia legislativa. O que representava um atrelamento político subserviente ao executivo e o afastamento dos fóruns populares como mecanismos de romper com o clientelismo.

Naquele momento o Governador Flamarion Portela, respondia por acusações de envolvimento na rede de corrupção do caso que ficou conhecido como “gafanhotos”, pois segundo reportagem da Revista Veja, após a licença eleitoral do Governador Neudo Campos a gafanhotada não só seguiu comendo a folha mas se multiplicou. E coube ao líder do Governo

¹⁹⁶ Assim como no cenário nacional com a eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em Roraima o Partido dos Trabalhadores, teve seu quadro ampliado por políticos já com mandato como a filiação do então Governador Flamarion Portela. A filiação de Flamarion Portela significou o fim de qualquer possibilidade do Partido dos Trabalhadores representar uma resistência as denúncias de corrupção e desmandos em que mergulhou a política local, com o caso gafanhoto (uma referência clara ao inseto que come as folhas, em Roraima desenvolveu-se um esquema de funcionários fantasmas ou funcionários que contratados recebiam um valor menor repassando a maior parte para o seu contratante, literalmente comendo a folha de pagamento do Estado). Flamarion era vice-Governador de Neudo Campos e sua filiação ao PT, partido do Presidente da República pode ser compreendida como uma forma de salvar de uma provável cassação, e sua filiação teve muita resistência de militantes do partido. Em matéria vinculada em 16 de setembro de setembro de 2003, ‘Militantes cobram explicações de Diretório Regional do PT’. (Jornal Folha de Boa Vista).

¹⁹⁷Entrevista com Titonho Bezerra, um dos fundadores do PT em 1985 atualmente vice-presidente do diretório Regional, em 21 de julho de 2008.

¹⁹⁸ Segundo informações dos dirigentes do PT local, e conforme noticiado na imprensa, a ida do Governador Flamarion ao PT, foi convite do próprio Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva. A assinatura da ficha de filiação ocorreu no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, as 15:30 do dia 18 de março de 2003. Contou com a presença do Presidente Nacional do partido José Genoíno, os ministros: da Fazenda Antonio Palocci, da Casa Civil, José Dirceu, do Planejamento Guido Mantega, além do Senador Aluísio Mercadante. (Jornal Folha de Boa Vista, 19 de março de 2003).

na Assembleia defender o governo das acusações, que segundo pronunciamento “as matérias vinculadas na imprensa tem características de material pago com o objetivo de tentar desestabilizar e atingir o Governador Flamarion Portela e, por tabela o PT¹⁹⁹”. Todavia não foi o envolvimento de Portela no caso gafanhoto que o levou a uma espécie de execração por parte da população do Estado, mas sim a realização do concurso público, ocorrido no mesmo ano. Nos deparamos com uma situação complexa, cujos resultados refletem o grau de envolvimento da população nas práticas clientelísticas e corruptivas, pois nessa lógica desenvolveu-se aqui uma concepção de que fazer o que manda a lei, como no caso da realização do concurso público, recomendada na época pelo Ministério Público Estadual, é transgredir o “certo”, como se existisse uma normalidade, no ilícito, desde que esteja os beneficiando. As contratações por indicação uma constante durante o período de Território e após a transformação para Estado, que desencadeou no Caso “Gafanhoto”, recebia o apoio de grande parte da população, concordando com o roubo de dinheiro público, mas que o fruto do roubo era distribuído. O resultado das eleições de 2010, onde o ex-Governador Neudo Campos, considerado pelos órgãos de investigação como o líder dos gafanhotos e que responde a centenas de processos na justiça, se apresentava naquele pleito como o arauto da democracia, ganhando as eleições no primeiro turno²⁰⁰.

Na busca de enfrentamento político e formação, os sindicatos emergem para garantir os direitos das diferentes categorias de classe. Um dos primeiros sindicatos fundado em Roraima foi o Sindicato dos Empregados em Estabelecimento Bancário-SEEB.

O Sindicato dos Bancários de Roraima foi fundado no dia 26 de agosto de 1986, quando deixou de ser Associação dos Bancários, tornando-se sindicato. A associação foi criada no em 1985, por bancários e bancárias que se organizaram em busca de uma entidade combativa e representativa. Atualmente o sindicato representa a categoria profissional, abrangendo os (as) empregados (as) dos bancos comerciais, investimentos, fomento, desenvolvimento, múltiplos, caixa econômica, cooperativas de crédito, cadernetas de poupança, financeiras, casas de câmbio, estabelecimentos de crédito e órgão afins, perfazendo um total de 300 bancários (as) na capital Boa Vista e nos municípios de Mucajaí, Caracaraí, Rorainópolis, São João da Baliza e Pacaraima.²⁰¹

A Constituição de 1988, Art. 8 e inciso I-VIII, assegurou a formação dos Sindicatos e Associações, e em 12 de novembro de 1988, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores em

¹⁹⁹ Jornal Folha de Boa Vista, terça-feira, 16 de setembro de 2003.

²⁰⁰ No primeiro turno da eleição para governo do Estado, o candidato Neudo Campos (PP), da coligação “Pra Roraima Voltar a Ser Feliz”, (PP\PSB\PT\PDT\PTB\PSC\PCB\PTC\PC do B), venceu com 104.804, 47,62% dos votos contra, 99.124, 45,03% de José de Anchieta. O resultado do segundo turno foi revertido a favor do então Governador na época, José de Anchieta venceu com 107.466, 50,47%, contra 105.707, 49,59%, do votos, demonstrando o poder da máquina estatal.

²⁰¹Histórico do SEEB. Disponível em < <http://www.bancariosr.org.br>>. Acesso em 14 de Agosto de 2008.

Educação do Estado de Roraima (SINTER), protagonizando um grande embate durante a Gestão do então Governador Neudo Campos, promovendo em 1995, uma paralisação expressiva dos trabalhadores em educação, como relata Santos:

Os sindicatos, a maioria ocupando prédios públicos doados pelo governo, não possuem uma presença relevante na sociedade, desenvolvem suas atividades sem reconhecimento da maioria da classe trabalhadora e são privados da capacidade de exercer alguma influência sobre os rumos da política do estado. Os que conseguem eventual destaque são: o Sindicato dos trabalhadores em educação de Roraima, SINTER, que em 1995 deflagrou uma greve paralisando as escolas públicas por 45 dias. (SANTOS, 1998, p. 16)

A participação e fortalecimento sindical fez emergir a Pró-Cut em 1994, desencadeando no primeiro Congresso da Central Única dos Trabalhadores-CUT, em 7 de agosto de 1999, deliberando pela criação da CUT/RR²⁰². No meio Rural tivemos a fundação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Roraima FETAG/RR, fundada em 02 de setembro de 2000²⁰³, formada por 12 sindicatos rurais. No ano de 2003 por meio do Bispo Dom Aparecido surge, da junção dos trabalhadores rurais, dos povos indígenas e dos trabalhadores urbanos o movimento “Nós Existimos”, com o objetivo de colocar em pauta discussões que são comuns aos três segmentos²⁰⁴.

Não podemos desconsiderar nessa conjuntura a contribuição da Igreja Católica, sobretudo na formação política de grande parte dos membros desses movimentos sociais e partidos de esquerda. A partir do final da década de 1960 e início da década de 1970 com as conferências de Medellin e Puebla²⁰⁵, onde os bispos da América Latina fazem a chamada “opção preferencial pelos pobres”, fomentando aí a ala progressista da igreja denominada ‘Teologia da Libertação’. Esse fenômeno também influenciou a Diocese de Roraima, com a chegada dos Padres da Ordem Consolata, as Pastorais Sociais e as Comunidades Eclesiais de Base (Cebs), com destaque para a Pastoral da Juventude-PJ, sendo esta, a primeira a realizar uma passeata em 1985 de manifesto em apoio a Dom Aldo Mongiano²⁰⁶.

²⁰²Entrevista com Lúcia Glória, presidente da entidade no período (2004-06) e Rosa Maria Barbosa, atual presidente, na antiga sede do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, em.

²⁰³Entrevista com Luís Carlos Gomes de Lima, Presidente, na sede da FETAG, em Julho de 2008. Há que salientar que esta entidade mantém vínculos estreitíssimo com o poder constituído, sobretudo sob o comando do entrevistado que nas últimas eleições para governo apoiou o ex-Governador Julho de 2008 José de Anchieta.

²⁰⁴Histórico da ONG. Disponível em < <http://www.nosexistimos.org.br>>. Acesso em 14 de agosto de 2008.

²⁰⁵Conferências de Medellin cidade colombiana e Puebla cidade do México onde ocorreram em 1968 e 1979 respectivamente com decisões extremamente progressistas para a igreja da época.

²⁰⁶Essa passeata em solidariedade a Dom Aldo Mongiano, pois a sua posição intransigente em defesa dos povos indígenas batia de frente com os interesses das forças políticas locais, ocorrendo vários ataques na mídia local e ameaça de morte.

Outro elemento importante dentro dessa conjuntura que possibilitou uma nova concepção acerca da máquina estatal, foi a realização do primeiro Concurso Público Estadual em 2003, na gestão do então Governador Francisco Flamarion Portela, tornando-se um importante mecanismo de combate à clientela produzida pelos inúmeros “cargos comissionados e funções de confiança”, que atrela esses servidores ao grupo detentor de poder político. O papel dos grupos intermediários já citados anteriormente foi extremamente importante como pressões para a realização do Concurso Público apesar das dificuldades encontradas em romper com esse modelo, sempre se pautaram pela luta em defesa da moralização dos serviços públicos e, sobretudo, pela formação dos trabalhadores objetivando uma tomada de consciência.

Vale ressaltar que o concurso público realizado em 2003, ocorreu por força de lei, sob a Ação Civil Pública²⁰⁷ do Ministério Público Estadual (MPE-RR), como anunciou em matéria em um jornal local,

[...] O presidente em exercício da ALE, Deputado Chico Guerra, admitiu que é curto o tempo para análise, recepção de sugestões, inclusão de emendas e o relatório final para ser levado ao plenário. Ele justificou a correria como sendo o resultado de uma decisão judicial, obrigando o Estado a realizar os concursos até o mês de setembro.

“Para o Estado cumprir o prazo, a Assembleia tem que votar o Plano de Cargos e salários, ainda este mês, com o tempo do edital ser publicado, além das providências exigidas a realização dos certames²⁰⁸”.

O quadro de funcionários público na época do certame era de 33 mil divididos em cargos regulares e o cargos comissionados e temporários, com o concurso esse número ficaria reduzido a 18 mil funcionários, como previa o Governo do Estado. Sendo essa uma das preocupações do então Governador Flamarion, como declarava, “que se dez mil pais de famílias ficarem desempregados após o concurso, poderia acarretar em um desequilíbrio social no Estado²⁰⁹”. Ainda afirma Portela, na época “que não se sentia feliz com o grande número de pais que irão ficar desempregado mais que não poderia fugir de suas obrigações institucionais²¹⁰”.

²⁰⁷ Ação Civil Pública impetrada pelo Ministério Público Estadual, no dia 14 de novembro de 2002, em desfavor do Estado de Roraima, pedindo o afastamento em um prazo de dez meses, a partir da concessão da medida, todos os servidores contratados sem concurso públicos, e exigindo medidas conferidas em lei, cujos servidores públicos devem ser contratados mediante a concurso público com ampla divulgação. Nessa ação o Ministério Público Estadual estabeleceu multa diária de 20 mil reais, caso o Estado não tomasse providências. (Ação Civil Pública Nº010.02.054916-7, 2ª Vara Cível, Alexandre Moreira Tavares dos Santos e Luiz Antônio Araújo de Souza, Promotores de Justiça).

²⁰⁸ Jornal Folha de Boa Vista, sexta-feira, 11 de julho de 2003.

²⁰⁹ Jornal Folha de Boa Vista, sábado, 04 de outubro de 2003.

²¹⁰ Idem.

O concurso em Roraima foi um evento que movimentou toda a sociedade, de um lado o Estado que teve que criar um verdadeiro aparato de segurança em torno das provas no dia do certame, que foram realizadas pelo CESPE\UNB, assim como cursos de preparação para os funcionários do Estado para que estes garantissem seus empregos de outro as pessoas que já trabalhavam em situação irregular e aspiravam a licitude, e, sobretudo a permanência em seus empregos, assim como as que sonhavam em ingressar no serviço público e garantir estabilidade. O dia das provas do concurso praticamente parou o Estado de Roraima, “Até comércio vai fechar por causa do concurso público²¹¹”.

²¹¹ Jornal Folha de Boa Vista, sábado, 18 de outubro de 2003.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção historiográfica de Roraima, passa por importantes transformações nos últimos anos, tanto em número, como em qualidade, pois não só nos deparamos com os trabalhos feitos pelo autodidatas, que durante um bom período procuraram escrever uma história de cunho político-administrativos que objetivava explicar as origens da história de Roraima, desta forma, visava enaltecer o legado dos grandes desbravadores, alijando desse processo a maioria da população, cujas ações se apresentam como periférica ou meramente figurativa. Lamentavelmente a desorganização dos documentos acerca da história política de Roraima nos impossibilitou de ter acesso, a fontes importantes para análise dos eventos ligados aos Governadores que por aqui passaram durante o período em que definimos como recorte temporal. A leitura desses documentos nos possibilitaria compreender a partir das ações de governo, os liames entre os grupos “pioneiros” e os “forasteiros”, na formação dos quadros burocráticos do ex-Território Federal do Rio Branco.

Na busca para desvelar a miopia acerca da história política de Roraima, neste trabalho, procurei demonstrar, por meio de investigação em documentos, jornais e fontes orais, os elementos de formação e manutenção do poder político de alguns grupos de pressão e interesses que ao longo da construção histórica buscam por meio de práticas clientelistas, manutenção do poder nas esferas do Executivo e Legislativo. Desta forma, a instituição do antigo Território Federal do Rio Branco possibilitou criar e articular os mecanismos de poder entre os antigos mandatários e os novos líderes que foram produzidos durante a instituição do Governo Territorial.

Durante o Regime Militar o Território Federal de Roraima, foi marcado pelo clientelismo, e altamente dependente dos investimentos federais possibilitando para a população do Território, vislumbrar a partir dos projetos de integração que fomentaram a instalação das principais estruturas físicas da capital Boa Vista produzindo uma imagem diferente dos militares para os Territórios. E nesse bojo dos grandes investimentos emergiu dessa política de integração um dos mais influentes políticos que desde sua chegada ao Território Federal de Roraima (1979-1983), como Governador, se tornou um dos protagonistas da classe política com uma capacidade articuladora, aglutinando forças políticas locais e ao mesmo tempo agudizando conflitos com novos líderes que despontaram com a criação do

Estado, que trataram logo de buscar seu espaço político dentro das esferas de poder que a institucionalização da máquina burocrática estatal lhes aferia.

Podemos conferir que durante o processo de redemocratização do Estado brasileiro, durante a segunda metade da década de 1980, as alianças feitas a nível nacional, como a Aliança Democrática (PFL\PMDB), que elegeu através do colégio eleitoral Tancredo Neves e José Sarney, presidente e vice respectivamente, no ex-Território Federal de Roraima também se efetivou com a escolha de Getúlio Alberto de Souza Cruz para Governador e na eleição de Silvio Leite para Prefeito da capital Boa Vista. No entanto, as disputas entre esses dois partidos locais logo produziram um racha, cujos resultados refletiam naquele momento os conflitos que se produziria para consolidação dos grupos ao poder político com o advento do Estado. Foi nesse momento que ocorreu um grande aumento no contingente populacional, reflexo dos incentivos governamentais, da migração espontânea e do boom do garimpo. Esse processo fez com que os líderes políticos canalizassem esforços para a construção de um projeto político que atendessem os interesses imediatos da massa garimpeira e dos produtores e criadores de gado.

Nesse jogo político o clientelismo aparece como o mecanismo mais eficaz de cooptação e de controle. Percebe-se claramente que os grupos de interesse local se estruturaram em torno de Ottomar Pinto, ou após sua morte em torno do seu nome, pois políticos como José de Anchieta estrategicamente procura ascender politicamente sobre a sombra deixada por Ottomar, tentando através da retórica colocar-se como seu herdeiro político e Romero Jucá, não havendo uma hegemonia ou coesão fechada aos componentes dessas forças políticas, pois em um momento se aliam e em outro momento estão em lados opostos.

Pelo exposto, há que se compreenderem as questões cruciais que giram em torno das esferas de poder em Roraima, notadamente os grupos ou forças políticas se aliam e articulam com vistas a garantir o poder político e desta forma, utilizam-se das práticas clientelistas permutando o serviço público como cargos, Secretarias, Prefeituras dos Municípios, Direção de autarquias, Presidências do Poder Legislativo Estadual e Municipal, o aparelho de Estado é negociado em troca de favores políticos, ou seja, apoio que possa ser transformado em votos.

Dessa forma, a reflexão focalizou fissuras estruturais e debilidades política na formação do Estado de Roraima. O cenário aqui traçado potencializa a formação de grupos, cujas bases é a própria ineficiência do Estado em garantir políticas públicas capazes de

consolidar uma verdadeira autonomia estatal. Roraima após 23 anos de criação do Estado continua dependente das políticas do Governo Federal, não se tornando independente. Nesse contexto a classe política local composta na sua grande maioria por ‘forasteiros’, e os que outrora se denominaram filhos da terra souberam amalgamar forças que os colocaram sob o mando dos principais mecanismos de poder em detrimento de uma massa desorganizada, cujos grupos intermediários aqui analisados não conseguiram atingir.

Portanto é neste espaço que se dão as políticas de interesses, e no Estado de Roraima, observamos que a sua formação obedece ao interesse de uma elite política e econômica e a priori na sua formação não se permite que ocorra uma dialética. Já que as relações são assimétricas, unilateral de submissão de uma grande maioria a um pequeno grupo de representantes da elite. Essa concentração de poder nas mãos de uma minoria só é possível dentro de uma organização onde prevalece a prática do clientelismo, em Roraima as ações mostram de forma muito clara que é essa lógica a grande responsável pela manutenção do poder político dessas elites.

Esse trabalho não se propõe esgotar o tema acerca dos grupos políticos e as práticas clientelistas, pois uma pesquisa com essa envergadura não está definitivamente acabada e pronta, mas o que fica são inconclusões. Definir os grupos políticos que se formaram com ênfase a partir da criação do ex-Território Federal do Rio Branco, como grupos doutrinários e homogêneos, seria precipitação. Em Roraima existem grupos políticos, de interesses, de forças políticas, que em determinados momentos da história local se organizaram com objetivo de ter sobre seu poder o comando do governo. E essa luta se travou entre os representantes locais e os “forasteiros”, que vieram para governar o ex-Território.

Essa pesquisa não se encerra, mas dá uma pausa em um momento crucial para a leitura dos eventos que se materializam com o advento de mais uma eleição, onde os grupos mais uma vez tecem as alianças de interesses da manutenção do poder em torno das instituições “democráticas” do Estado. Por outro lado a população parece assistir bestializada as mudanças repentinas de políticos que há pouco tempo esbravejava com um discurso oposicionista ao governo e de repente mudam sua postura almejando uma benesse política, cujos resultados se apresentarão após a apuração das eleições vindouras. O cenário atual demonstra uma hegemonia para a manutenção do poder político, transparecendo em forma de aliança entre governo e prefeitura, com o slogan espalhado por toda a cidade: “juntos fazemos mais”, soa

para grande parte da população como a união em torno de melhorar as ações de políticas públicas para a capital Boa Vista e para o Estado de Roraima.

Na prática essa aliança se dá em torno de interesses de manter o poder político nas mãos dos mesmos grupos que parece, pelo menos temporariamente se fundiu em um, pois essa fusão gira em torno do Senador Romero Jucá, José de Anchieta, Teresa Surita e a maioria dos Deputados Federais e Deputados Estaduais, até os que a pouco tempo se diziam oposição ao governo de Anchieta e passou para o bloco dos situacionistas, como o Deputado Mecias de Jesus, velho cacique da política local, cujo acordo é a sua eleição à presidência da Assembleia Legislativa no próximo mandato. De outro lado parece se formar um outro grupo, com a indicação da Senadora da República Ângela Portela (PT), a candidatura ao cargo de Governadora nas eleições. A essa aliança cogita-se a possibilidade da participação do Senador Mozarildo Cavalcanti, de políticos como Telmário Mota e até do ex-Governador Neudo Campos. Hoje como ontem numa expressão bem popular as práticas continuam a mesma.

Penso que não há muito mais o que concluir, fruto de alguns anos de pesquisa buscando compreender o jogo político que se desenvolvem acerca das práticas clientelistas, chegamos em um momento de certezas e incertezas, parece paradoxal, mas é o que me parece mais evidente nesse momento. Uma pesquisa histórica que caminha no campo da nova história política, mas que ao mesmo tempo parece evidenciar ao leitor uma análise dos grupos de interesses, ou elites políticas que se formaram e se firmaram politicamente na própria construção histórica do o que hoje é o Estado de Roraima, não estaria também reforçando o status quo desses grupos, ou seja, dando muita importância as suas ações. Essa talvez seja um pouco minha frustração acadêmica, me comprometendo a ampliar essa pesquisa, traçando uma maior análise aos grupos de resistência aos mecanismos da clientela, como sindicatos, movimentos populares de trabalhadores e movimentos ligados a pastorais sociais.

Na “Terra de Makunaima: os desafios de buscar uma alternativa de sociedade capaz de romper com práticas que corroem a democracia, que fragiliza as instituições deve ser compromisso de todos, da academia, dos movimentos populares, dos sindicatos de categorias, dos que ainda acreditam que “um outro mundo é possível”. Colocou-se apenas um ponto nesse trabalho, que não é ponto final desta pesquisa que buscou dar uma parcela de contribuição para o amplo campo de pesquisa acadêmica que é o político.

FONTES CONSULTADAS POR ACERVO

CASA DA CULTURA MADRE LEOTÁVIA- BOA VISTA, RR.

Fotos da pontes. **Álbum**. Casa de cultura Madre Leotávia. Boa Vista, RR.

Artigos do Jornal O Átomo, de 1953 a 1954.

FIRMADO acordo entre todos os partidos locais para o estabelecimento de uma frente única de combate ao Deputado Felix Valois. **Jornal O Átomo**. Boa Vista, 21\03\1953.

COMÍCIO contra a Frente Democrática. **Jornal O Átomo**. Boa Vista, 01\05\1953.

REVIDA Dr. Valério Magalhães as acusações do Deputado Valois, sua defesa enviada para ser lida na câmara. **Jornal O Átomo**. Boa Vista. 11\06\1953.

DEFENDE-SE o Sr. Antonio Martins seu revide aos ataques do Deputado Valois. **Jornal O Átomo**. Boa Vista, 20\06\1953.

NOVAMENTE em Foco o Senador. **Jornal O Átomo**. Boa Vista 24\10\1953.

No PTB o Deputado Valois. **Jornal O Átomo**, Boa Vista, 15\11\1953.

FOME, Muita Fome, em Boa Vista!!!. **Jornal O Átomo**. Boa Vista, p. 04, 04\09\1954.

RESULTADOS da Apuração. **Jornal O Átomo**, Boa Vista, 16\10\1954.

Artigos do Jornal Boa Vista, de 1973 a 1979.

A Vez das Pontes. **JBV**, Boa Vista 15\09\1973.

O Panorama da Ponte. **JBV**, Boa Vista, 15\09\1973

POLAMAZÔNIA a Revolução do Desenvolvimento. **JBV**, Boa Vista, 29\09\1974

A Conquista do Bem Querer. **JBV**, Boa Vista, 24/07/1976.

CARACARAÍ Vibra com o Projeto do Bem-Querer. **JBV**, Boa Vista, 24/07/1976

OTTOMAR Volta a Roraima, traz assessores, visita o interior e nega a formação de seu secretariado”. **JBV**. Boa Vista, 18\02\1979.

O atual e o futuro Governador atenderam a inúmeras pessoas no Mucajaí, num diálogo franco e cordial” **JBV**. Boa Vista, 18\02\1979.

“NO Mucajaí o Cel Ottomar, dialogou com agricultores, aconselhando-os a organizarem uma Cooperativa” **JBV**, 18\02\1979.

RORAIMA Será Polo Açucareiro da Amazônia e Terá Hidrelétrica. **JBV**. Boa Vista, 24\03\1979.

Artigos do Jornal O Roraima, 1985.

ALIANCA DEMOCRÁTICA, Vence nos sete municípios. **Jornal O Roraima**, 20\11\1985.

Artigos do Jornal de Roraima, 1991

INTERNACIONALIZACAO, de Roraima: empresários e agropecuaristas se manifestam. **Jornal de Roraima**, 23\01\1991.

Artigos do Jornal Folha de Boa Vista, de 1985 a 2003.

DEBATE, mostra as riquezas minerais. **Jornal Folha de Boa Vista**. Boa Vista. 02\07\1985.

PREFEITO, fecha as portas da prefeitura. **Jornal Folha de Boa Vista**. Boa Vista,30\11\1986.

ESQUEMA Gafanhoto. **Jornal Folha de Boa Vista**, 16\09\2003.

NEPOTISMO, reabre discussão. **Jornal Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 22\09\1994.

MILITANTES cobram explicações de Diretório Regional do PT”. **Jornal Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 16\09\2003.

ALE Analisa Plano de Cargos Para Estado Contratar 11 mil Servidores. **Jornal Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 11\07\2003.

FLAMARION Afirma que não pode fugir de obrigação institucional. **Jornal Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 04\10\2003.

Artigos do Jornal Tribuna de Roraima, 1988.

DEPUTADO aproveitou o período carnavalesco para fazer contatos. **Jornal Tribuna de Roraima**. Boa Vista, 19\01\1988.

TERCEIRA VIA, define essa semana. **Jornal Diário de Roraima**. Boa Vista, 04\05\1994.

DOCUMENTOS DO CONGRESSO NACIONAL. BRASÍLIA-DF

Diário do Congresso Nacional, Ano XL, - Nº 056. Brasília. Plenário da Câmara, Quarta Feira, 29 de maio de 1985.

Diário do Congresso Nacional, Ano XL, - Nº 056. Brasília, Plenário da Câmara, Quarta Feira, 29 de maio de 1985.

Diário do Congresso Nacional, Ano XL – Nº 015. Brasília, Plenário da Câmara, Sexta Feira, 22 de março de 1985.

Diário do Congresso Nacional – Ano XL N 069. Brasília, Plenário da Câmara, quarta-feira 19 de junho de 1985.

Diário do Congresso Nacional. Ano XLII-N8. Brasília, Plenário da Câmara, terça-feira, 28 de abril de 1987.

Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, Plenário da Câmara, Quinta-feira, 15 de outubro de 1987.

Diário do Congresso Nacional, Ano XLIII – Nº 046. Brasília. Plenário da Câmara, Quarta-Feira, 25 de maio de 1988.

DOCUMENTOS CONSULTADOS.

BRASIL, Constituição. (1988), Constituição da República Federativa do Brasil; promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF Senado Federal, 1999.

RORAIMA, Constituição. Boa Vista, Assembleia Legislativa, 1991.

Decreto N° 5.812, de 13 de setembro de 1943, que criou os Territórios do Amapá, Ponta Porã, Rondônia, Guaporé e Rio Branco.

Decreto N° 1 de 21 de novembro de 1944, organiza em caráter provisório a administração do Território Federal do Rio Branco.

PROCESSOS E AÇÕES CÍVEIS.

Processo: N° 2004.42.00.000796-5. TRF-Objeto Dano ao Erário – Improbidade Administrativa. 1° Vara Federal – Helder Girão Barreto. Requerente – Ministério Público Federal – Requerido – Jalser Renier Padilha. Poder Judiciário Seção Judiciária do Estado de Roraima, Boa Vista, 22\04\2014.

Processo: N° 9046\87. Ministério Público Ofereceu Denúncia contra TERMAR MOTA DE OLIVEIRA. Poder Judiciário – Justiça do Distrito Federal dos Territórios - 1° Circunscrição Judiciária de Roraima, fls 1. Boa Vista 17 de dezembro de 1987.

Processo: N°010.02.054916-7 – Ministério Público do Estado de Roraima – Ação Civil Pública; em desfavor do ESTADO DE RORAIMA Boa Vista, 14 de novembro de 2002.

Representação n°. 2753-33.2010.6.23.0000. Ministério Público Eleitoral. Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, novembro de 2013.

DOCUMENTOS DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE RORAIMA – BOA VISTA, RR.

Diário Oficial do Governo Ottomar de Souza Pinto. Boa Vista, 16\01\1991, p. 02.

Diário Oficial do Governo Neudo Ribeiro Campos. Boa Vista, 02\01\1995, p. 02.

Diário Oficial do Governo Francisco Flamarion Portela. Boa Vista, 26\02\2003, p. 02.

DOCUMENTOS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE RORAIMA – BOA VISTA, RR.

I Plano de Desenvolvimento de Roraima, I PDR. Ministério do Interior Governo de Roraima, Boa Vista 1980.

DOCUMENTO DA SECRETARIA DE ESTADO DA GESTAO ETRATÉGICA E ADMINISTRACAO DO ESTADO DE RORAIMA- SEGAD – BOA VISTA, RR.

Ofício nº 1554\2013, GAB\SEGAD. Boa Vista-RR.

ARQUIVOS DO ACERVO PESSOAL.

Ofício enviado ao Presidente da República, 20 de maio de 1953, assinam os representantes dos Partidos PTB, PSD, UDN e PSP.

Relatório do então Governador Major José Maria Barbosa ao Presidente da República Juscelino Kubitschek, no ano de 1958.

Programa Especial de Desenvolvimento PED (1990-1994). Ministério do Interior – Governo de Roraima. Outubro de 1989.

ENTREVISTAS.

BARBOSA, Rosa Maria. Militante ex-Presidente da CUT\RR. Entrevista concedida a Manoel Ribeiro Lobo Junior, 12 de Julho de 2008, Boa Vista-RR.

CAVALCANTE, Mozarildo. Senador da República. Entrevista concedida a Manoel Ribeiro Lobo Junior, 23 de junho de 2013, Boa Vista-RR.

CRUZ, Getúlio Alberto de Souza. Ex-Governador do Território Federal de Roraima. Entrevista concedida a Manoel Ribeiro Lobo Junior, 26 de julho de 2008, Boa Vista-RR.

DUARTE, Francisco Chagas. Ex-Deputado Territorial. Entrevista concedida a Manoel Ribeiro Lobo Junior, 14 de julho de 2008, Boa Vista-RR.

GLÓRIA, Lúcia. Militante ex-Presidente da CUT\RR. Entrevista concedida a Manoel Ribeiro Lobo Junior, 12 de julho de 2008, Boa Vista-RR.

LIMA, Luís Carlos Gomes de. Presidente da FETAG. Entrevista concedida a Manoel Ribeiro Lobo Junior, 12 de julho de 2008, Boa Vista-RR.

MARQUES, Antônio Francisco Bezerra (Títonho) ex-Deputado e ex-Vereador, presidente do Diretório regional do PT. Entrevista concedida a Manoel Ribeiro Lobo Junior, 28 de julho de 2008, Boa Vista-RR.

MARTINS, Júlio. Ex-Prefeito de Boa Vista e ex-Secretário Geral do Governo do Antigo Território Federal de Roraima. Entrevista concedida a Manoel Ribeiro Lobo Junior, 23\10\2013, Boa Vista-RR.

OLIVEIRA, Laucides. Jornalista. Entrevista concedida a Manoel Ribeiro Lobo Junior, 11 de julho de 2008, Boa Vista-RR.

SAMPAIO, Soldado. Deputado Estadual. Entrevista concedida a Manoel Ribeiro Lobo Junior, 09 de abril de 2014, Boa Vista-RR.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANASTÁSIA, Fátima. **Democracia, Poder Legislativo, Interesses e Capacidades**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- BAHIA, Luis Henrique. **O poder do clientelismo, raízes e fundamentos da troca política**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- BARROS, Nilson Cortez Crócia de. **Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional**. Recife: Universitária\UFPE, 1995.
- BECKER, Bertha, EGLER, Cláudio. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1998.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos** – Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- BORGES, Nilson. A DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E OS GOVERNOS MILITARES: REGIME MILITAR E MOVIMENTOS SOCIAIS EM FINS DO SÉCULO XX, In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida. **O Brasil Republicano, O tempo da Ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168p. (Série Legislação Brasileira).
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **História e poder: uma nova história política**. In: **Novos Domínios da História/ organizadores, Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CARDOSO, Fernando Henrique Cardoso. MULLER, Geraldo. **Amazônia: Expansão do Capitalismo**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1978.
- CARVALHO, José Murilo de. FUNDAMENTOS DA POLÍTICA E DA SOCIEDADE BRASILEIRA. In: AVELAR, LÚCIA et al (org.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação KONRAD – Adenaver-Stiftung, São Paulo: Fundação UNESP, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.
- CAVALCANTI, Araújo. **Recuperação e desenvolvimento sustentável, economia política do meio ambiente e a problemática ecológica na Amazônia**, In D`INÇÃO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel (org), **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994
- CASTRO, Mauro Silva. **Política e População em Roraima (1943-1962)**. Monografia (Especialização em Metodologia de Pesquisa) UFRR, Boa Vista, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2 Ed, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CINTRA, Antônio Octavio. LACOMBE, Marcelo Barros. A CÂMARA DOS DEPUTADOS NA NOVA REPÚBLICA: A VISÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA. In: AVELAR, LÚCIA et al (org). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação KONRAD – Adenaver-Stiftung. São Paulo: Fundação UNESP, 2004.

CIRINO, Carlos Alberto Marinho. **A “Boa Nova” na Língua Indígena: contornos da evangelização dos wapischana no século XX**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

COUTO, Ronaldo Costa. **História Indiscreta da Ditadura e da Abertura**, Brasil: 1964-1985. São Paulo, Record, 2003.

D’ACAMPORA, Marcia. Território Federal do Rio Branco: realidade e legalidade. In: MAGALHAES, MARIA DAS GRACAS DIAS et al (org). **Roraima\Boa Vista: temas sobre o regional e o local**. Boa Vista Editora da UFRR, 2012.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. 13 ed. São Paulo, 1998.

FRANKLIN, Cleber Batalha. Roraima Geopolítica e Universidade, In ALVES, Cláudia Lima Esteves. **Formação do Espaço Amazônico e Relações Fronteiriças**. Boa Vista: Gráfica Boavistense, 1997.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e História de Roraima**. 5 ed, Manaus: Belvedere, 1997.

FREITAS, Aimberê. **História Política e Administrativa do Estado de Roraima**. 1943-1985. São Paulo: Umberto Calderaro, 1993.

FREITAG, Valter Diaules Wolschik. **Políticas Públicas e Desenvolvimento no Estado de Roraima- OPD\A no contexto da migração e da agricultura familiar na CEPRRA, região do Apiaú**. In VIEIRA, JACI GUILHERME (org). O Rio Branco Se Enche de História. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

GRYNSZPAN, Mário. **Ciência, Política e Trajetórias Sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.

HALBWACHS. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 4 ed, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MARTINS, Elisangela. **Memória do Regime Militar em Roraima**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2010.

MALFATTI, Selvino Antonio. **A Teoria das Elites como uma ideologia para a perpetuação no governo**. Artigo Científico, Universidade de Santa Maria, RS, 2011.

MAUAD, Ana Maria. LOPES, Marcos Felipe de Bruno. História e Fotografia. In CARDOSO, CIRO FLAMARION. VAINFAS, RONALDO et al (org). **Novos Domínios da História**. Rio Janeiro: Elsevier, 2012.

MICHELS, Robert. **Por uma Sociologia dos Partidos Políticos**. Lisboa: Antígona, 2001.

MORAES, Fernando. Chatô: **O Rei do Brasil, A vida de Assis Chateaubriand**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A Herança e os Descaminhos na Formação do Estado de Roraima**. Tese (Doutorado em História Social) Universidade do Estado de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, CPDOC, vol.5, n.10, 1992.

PRATES, Antonio Augusto Pereira. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E BUROCRACIA. In: AVELAR, LÚCIA et al (org). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação KONRAD – Adenaver-Stiftung. São Paulo: Fundação UNESP, 2004.

PINHEIRO, Cláudia. **A Primeira Legislatura**: Boa Vista, Ed. Gráfica Bezerra de Menezes, 1994.

RICE, Hamilton. **Exploração da Guiana Brasileira**. São Paulo: Itatiaia/USP, 1978.

RÉMOND, René (org). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

RÉMOND, Réne. AS ELEIÇÕES, In, RÉMOND, René (org). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 2003

RÉMOND, René. O século XIX: 1815-1914- Editora Cultrix Ltda: São Paulo, 1997.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Garimpendo a Sociedade Roraimense: Uma Análise Sócio-Política**. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento), Belém: Universidade Federal do Pará, NAEA, 1996.

SANTILLI & FARAGE. Estado de Sítio; Territórios e identidades no vale do rio Branco. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo Companhia das Letras: FAPESP, 1992.

SANTILLI, Paulo. **Pemong Patá: Território Macuxi, Rotas de conflito**. São Paulo. Editora. Unesp, 2001.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. **Política e Poder na Amazônia: O caso de Roraima (1970-2000)** – Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. **Políticas Públicas, economia e poder. O Estado de Roraima entre 1970 e 2000**. Tese (Doutorado Desenvolvimento Sustentável). Belém: Universidade Federal do Pará/NAEA, 2004.

SANTOS, Roberto Ramos. **Roraima: do pára-quadismo político ao clientelismo**. Textos & Debates. Nº. 5, Editora da UFRR, CCH, Boa Vista, 1998.

SANTOS, Maria José dos. **Em Busca da Terra: Migração, Organização e Resistência na Política de Colonização no Sudeste de Roraima.** (1970-1990). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2010.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **CRISE DA DITADURA MILITAR E O PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA NO BRASIL, 1974-1985.** In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida. **O Brasil Republicano, O tempo da Ditadura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)** – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, João Mendonça de. **A Manaus Boa Vista: roteiro histórico.** Manaus: Governo Federal de Roraima, 1977.

SOUZA, Sônia Suely Soares; VIEIRA, Jaci Guilherme. Roraima: **Território Federal Sob o Governo Militar. (1964-1985).** Centro de Ciências Humanas –V.1, nº1 (Ago-Dez 1995). Editora da UFRR, Boa Vista, 1995.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Gerenciamento das eleições gerais de 1990, 1994 e 1998:** Relatório Parcial. Boa Vista: Secretaria de Informática, 2000.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: a Disputa Pela Terra.** Boa Vista: ed. UFRR, 2007.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. v. 1 e 2. Brasília: UNB, 1999
